



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

**A Estrutura da Frase no Português Europeu e
Brasileiro**
**Estudo Sintático de Caráter Sincrónico e
Diacrónico**

David Jorge Lopes Suelela

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em
Estudos Didáticos, Culturais, Linguísticos e Literários
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Professor Doutor Paulo Osório
Coorientadora: Professora Doutora Ana Rita Carrilho

Covilhã, maio de 2017

À memória dos meus pais,
António Jorge e Domingas Francisco Lopes.

Agradecimentos

Ao Estado Angolano, pela metodologia adotada para a formação pós-graduada de quadros nacionais.

Aos meus orientadores, Professores Doutores Paulo Osório e Ana Rita Carrilho, pela disponibilidade, rigor científico e pela minha formação em linguística funcional e histórica.

Aos meus professores do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, Professora Doutora Teresa José da Costa Camacha, Mestre Afonso Miguel, Professor Doutor Manuel Muanza, Mestre Paixão Gomes, Professor Doutor Victorino Reis, Mestre António Vilela de Freitas, Professor Doutor António Costa e ao Mestre Clemêncio Queta, pela minha formação em ciências da linguagem e pela concessão da Bolsa de Estudo para o exterior.

À Doutora Paula Henriques, pelo apoio pessoal e institucional incondicional e por aceitar que integrasse o grupo de quadros para a formação na Universidade da Beira Interior.

À Professora Doutora Luísa Carvalho, pelo esforço empreendido junto do Instituto Camões, durante o primeiro trimestre de 2014, para a obtenção de uma Bolsa de Estudo.

Ao João Major Serrote, pela preparação da minha vinda para Portugal.

Aos colegas Néelson Soquessa, Gaudêncio Gameiro, Mateus Manuel, Araújo dos Anjos, Catarina Luís, Sérgio de Carvalho Rodrigues, Baptista Muassangue, Indira Fernando e Mateus Matias, pela camaradagem durante o tempo da nossa formação.

Ao Padre Manuel António da Silva e aos Doutores Kayosso Cunha e Marcelina de Castro, pela amizade constante.

Resumo

As línguas naturais caracterizam-se por serem dinâmicas e aparentemente estáveis. Além da mudança e estabilidade, apresentam-se como sistemas historicamente recursivos. A língua portuguesa não ficou paralisada no histórico século XIII e não se apresenta, em nenhuma fase e local da sua realização, como um sistema homogéneo, pois a sintaxe escrita do português europeu contém aspetos comuns e diferentes da sintaxe escrita do português brasileiro.

O recurso a propostas teóricas e metodológicas seguras, como o funcionalismo europeu, a gramática diferencial e a linguística de *corpus*, tornou possível a elaboração de uma dissertação de natureza funcional cujo foco de abordagem consistiu, exclusivamente, em descrever e explicar os fenómenos atestados nos jornais *Público* e *O Globo* a partir de estruturas sintáticas equivalentes. Trata-se, portanto, de uma proposta de gramática de funções e não de uma gramática que se ocupa do que se deveria dizer em Portugal e no Brasil.

Com efeito, o português europeu diferencia-se do português brasileiro nos mecanismos de indeterminação do sujeito, nas estruturas perifrásticas formadas com o verbo auxiliar aspetual estar, na sintaxe posicional dos clíticos e nos padrões posicionais dos constituintes nas frases interrogativas totais e parciais. A articulação metodológica estudo sintático sincrónico vs. estudo sintático diacrónico permitiu verificar, por exemplo, que o *ele* acusativo e o *lhe* dativo e acusativo do português brasileiro também tinham estes valores sintáticos no português medieval e clássico.

Palavras-chave

Português europeu e brasileiro, estrutura da frase, sintaxe funcional, gramática diferencial, linguística de *corpus*, sincronia, diacronia, linguística histórica.

Abstract

The natural languages are characterized by their dynamics and for being apparently unchanged. Besides the change and stability, they are historically recursive systems. Portuguese language did not get paralyzed in the historical 13th century and is not an homogeneous system, in any phase or place, because the written syntax of the european portuguese and the written syntax of the brazilian portuguese have common and different features.

The resort to safe theoretical and methodological proposals, such as the european functionalism, the differential grammar and the corpus linguistics, made possible a dissertation of functional nature which focuses, exclusively, on describing and explaining the occurrences evidenced on the Público and O Globo newspapers from the syntactic equivalent structures. Therefore, it is a grammar of functions proposal and, of course, it is not a grammar that concerns to what should be said in Portugal and in Brazil.

Therefore, the european portuguese has its difference from the brazilian portuguese in the subject indetermination mechanisms, in the formed periphrastic structures with the aspectual auxiliary verb *estar*, in the non syntactic position, in the clitics site and also in the order of the constituents, in the total and partial interrogative sentences. The methodological link between the synchronic study and the diachronic study of syntax allowed us to verify, for instance, that the accusative *ele* and the dative *lhe* which is also accusative in the brazilian portuguese had these same syntactic functions in the medieval and classic portuguese.

Key-words

European and brazilian portuguese, structure of the sentence, functional syntax, differential grammar, *corpus* linguistic, synchrony, diachrony, historical linguistics.

Índice geral

0.	Introdução	1
0.1.	Variação linguística	4
0.2.	Norma, norma-padrão e norma culta: notas sobre a padronização da língua portuguesa	7
0.3.	Regência e modalidade	9
0.4.	Do funcionalismo à análise diferencial	14

Capítulo 1

Da natureza estrutural e funcional da frase: enquadramento teórico

1.1.	Do método funcional ao método gramatical: a investigação em sintaxe	17
1.2.	Natureza estrutural e funcional da frase em português	18
1.2.1.	Três critérios/três modos de classificar as frases	21
1.2.2.	Frase e oração	23
1.2.2.1.	Orações simples, compostas e complexas	24
1.2.3.	Constituintes da frase	27
1.2.3.1.	Sujeito	28
1.2.3.1.1.	Sujeito realizado e nulo	29
1.2.3.2.	Predicado	33
1.2.3.2.1.	Predicado simples e complexo	34
1.2.3.2.2.	Predicado verbal, nominal e verbo-nominal	35
1.2.4.	Complementos e modificadores verbais	38
1.2.4.1.	Complemento direto	38
1.2.4.2.	Complemento indireto	41
1.2.4.3.	Complemento oblíquo	43
1.2.4.4.	Predicativo	46
1.2.4.5.	Agente da passiva	47
1.2.4.6.	Adjunto adverbial	49
1.2.5.	Complementos e modificadores nominais	49

1.2.6. Tipos de frase: pela ordem dos constituintes	53
1.2.6.1. Declarativas e imperativas	54
1.2.6.2. Interrogativas, exclamativas e optativas	55
1.2.7. Coordenação e subordinação: conclusão do estudo	58
Capítulo 2	
A estrutura da frase no português europeu e brasileiro: análise do <i>corpus</i>	
2.1. <i>Corpora</i> , perfil dos jornais e forma de tratamento dos dados: pressupostos metodológicos	66
2.2. A estrutura da frase no português europeu e brasileiro	67
2.2.1. <i>Nós</i> e <i>a gente</i> : o sujeito indeterminado de primeira pessoa	68
2.2.2. <i>Haver</i> e <i>ter</i> expletivos	71
2.2.3. Sujeito correferente realizado	72
2.2.4. <i>Infinitivo</i> vs. <i>gerúndio</i> : construções perifrásticas com o verbo auxiliar aspetual <i>estar</i>	75
2.2.5. Auxiliares modais <i>ter de</i> e <i>ter que</i>	77
2.2.6. Objeto direto pronominal átono e reto	79
2.2.7. Pronome <i>lhe</i> : um morfema com função sintática cumulativa no português brasileiro	81
2.2.8. Aposto marcado e não marcado	83
2.2.9. Sintaxe posicional dos clíticos	86
2.2.9.1. Frases declarativas e afirmativas	86
2.2.9.2. Frases interrogativas e negativas	88
2.2.9.3. Orações subordinadas finitas	89
2.2.9.4. Orações infinitivas regidas pela preposição <i>para</i>	91
2.2.9.5. Mesóclise: conclusão do estudo	92
2.2.10. Ordem direta e derivada nas frases interrogativas totais e parciais	93
Capítulo 3	
Da sincronia à diacronia: a estrutura da frase em três períodos da história do português	
3.1. CIPM e <i>Corpus Davies</i> : para a investigação em sintaxe histórica	98
3.2. Três períodos/três marcos linguísticos para o estudo da sintaxe do português	101
3.3. Considerações sintáticas preliminares	103
3.3.1. <i>Haver</i> e <i>ter</i> expletivos	103
3.3.2. Construções perifrásticas infinitivas e gerundivas com o verbo auxiliar aspetual <i>estar</i>	106

3.3.3. A realização do pronome <i>ele</i> como objeto direto reto: um vestígio sintático do português arcaico e clássico	109
3.3.4. Das realizações sintáticas do pronome <i>lhe</i> no português arcaico, arcaico médio e clássico	110
Conclusão	112
Referências Bibliográficas	114
Anexos	119

Índice de quadros sinóticos

Quadro sinótico 1	
Modalidade e modalizadores discursivos	12
Quadro sinótico 2	
Frase e oração	26
Quadro sinótico 3	
Complemento oblíquo	45
Quadro sinótico 4	
Complementos e modificadores nominais	53
Quadro sinótico 5	
Tipos de frases	58
Quadro sinótico 6	
Textos medievais e clássicos	100

Índice de tabelas

Tabela 1	
Sujeito indeterminado de primeira pessoa do plural	70
Tabela 2	
<i>Haver</i> e <i>ter</i> expletivos	71
Tabela 3	
Sujeito correferente realizado	74
Tabela 4	
Construções perifrásticas infinitivas e gerundivas com o auxiliar aspetual <i>estar</i>	75
Tabela 5	
Auxiliares modais <i>ter de</i> e <i>ter que</i>	78
Tabela 6	
Objeto direto pronominal	80
Tabela 7	
Aposição relativa	86
Tabela 8	
Sintaxe posicional dos clíticos nas orações subordinadas finitas	89
Tabela 9	
Clíticos em orações infinitivas regidas pela preposição <i>para</i>	91
Tabela 10	
Frases interrogativas	93

Tabela 11	
Ordem das palavras nas frases interrogativas parciais	94
Tabela 12	
Auxiliares modais <i>ter de</i> e <i>ter que</i> no galego-português e português médio	105
Tabela 13	
Construções perifrásticas infinitivas e gerundivas com o auxiliar aspetual <i>estar</i> no português arcaico, arcaico médio e clássico	107
Tabela 14	
Objeto direto pronominal no português arcaico, arcaico médio e clássico	109

Índice de gráficos

Gráfico 1	
Sujeito indeterminado de primeira pessoa do plural	70
Gráfico 2	
<i>Haver</i> e <i>ter</i> expletivos	72
Gráfico 3	
Sujeito correferente realizado	74
Gráfico 4	
Construções perifrásticas infinitivas e gerundivas com o auxiliar aspetual <i>estar</i>	75
Gráfico 5	
Auxiliares modais <i>ter de</i> e <i>ter que</i>	79
Gráfico 6	
Objeto direto pronominal	81
Gráfico 7	
Da sintaxe do pronome <i>lhe</i>	83
Gráfico 8	
Aposto marcado e não marcado	84
Gráfico 9	
Ordem das palavras nas frases interrogativas	95
Gráfico 10	
<i>Haver</i> e <i>ter</i> expletivos no português medieval e clássico	105
Gráfico 11	
Construções perifrásticas infinitivas e gerundivas com o auxiliar aspetual <i>estar</i> no português arcaico, arcaico médio e clássico	107
Gráfico 12	
Das realizações sintáticas do pronome <i>lhe</i> no português arcaico, arcaico médio e clássico	111

«Uma das mais velhas ilusões do homem é a de que uma língua deve ser exactamente igual para todos que a falam»¹.

¹ Ivo Castro, «Diversidade Linguística», in MATEUS, Maria Helena Mira (coord.), *Mais Línguas, Mais Europa: Celebrar a Diversidade Linguística e Cultural da Europa*, Lisboa, Colibri, 2001, p. 24.

0. Introdução

A nossa formação em Ensino da Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED) forneceu-nos ferramentas científicas e metodológicas para a observação do português como objeto de estudo e instrumento de comunicação em Angola, de modo particular, e nas Comunidades de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), de modo geral. Esta nossa preocupação em ensinar o português e de analisar, com alguma regularidade, o comportamento linguístico de certos falantes, veiculado sobretudo pelos meios de comunicação social, permitiu-nos a elaboração, em 2013, de uma monografia apresentada ao Departamento de Língua Portuguesa da instituição de ensino acima referenciada sobre a *Regência da Oração Completiva Finita nos Jornais de Angola e dos Desportos*, um trabalho de natureza sintático-semântica do português que pensamos retomar em futuras investigações.

Assim, na presente dissertação, procuraremos proceder à descrição diferencial da estrutura frásica das variantes europeia e brasileira do português. Trata-se, conforme se poderá notar, de um estudo sintático e semântico a ser delineado a partir das metodologias funcionalistas propostas, essencialmente, em André Martinet¹ e da linguística contrastiva proposta em António Franco².

Apesar da natureza descritiva e diferencial desta dissertação, será possível observar que, em ciências da linguagem, não é apropriado estabelecer fronteiras rígidas entre certas disciplinas desta área do conhecimento como a sintaxe e a semântica, uma vez que a ocorrência de um elemento frásico ou oracional é determinada pelas propriedades significativas e pragmáticas do constituinte em causa. A regência, por exemplo, é, em regra, um fenómeno sintático que, além da coesão, também determina a coerência dos enunciados. É nesta conformidade que olharemos, tal como procedeu Eugenio Coseriu³, para os fenómenos a serem estudados de maneira complementar e não dicotómica.

Também por imperativos de ordem metodológica, empregaremos, na parte teórica e na parte sobre a discussão e apresentação dos resultados, a nomenclatura gramatical luso-brasileira adotada em Celso Cunha e Lindley Cintra⁴, visto que a obra destes autores são consideradas basilares no ensino e aprendizagem da língua portuguesa na generalidade dos países de Língua Oficial Portuguesa.

As duas variantes do português, que estudaremos nesta dissertação, permitirão que se possa compreender, à semelhança do que se expressa em Benveniste, que a língua constitui

¹ André Martinet, *Éléments de Linguistique Générale*, Paris, Armand Colin, 1996, pp. 6-30; André Martinet, *Fonction et Dynamique des Langues*, Paris, Armand Colin, 1989, pp. 7-52.

² António Franco, «A Gramática de Valências como Modelo para a Construção Alemão-Português: a Ordem das Palavras na Frase em Alemão e Português à luz desta Gramática», in António Franco (org.), *Duas Línguas em Contraste (Português e Alemão): Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português e Alemão*, Porto, Instituto de Estudos Germanísticos, 1989, pp. 171-173.

³ Eugenio Coseriu, *Teoria da Linguagem e Linguística Geral*, Rio de Janeiro, Presença, 2ª ed., 1987, pp. 14-30.

⁴ Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, João Sá da Costa, 21ª ed., 2014.

um dos principais traços de identificação e de caracterização de um povo⁵. Daí que, em forma de complementação a este carácter social e cultural da língua, Julia Kristeva considera que «quem diz linguagem diz demarcação, significação e comunicação»⁶. É com base nisso que a nossa dissertação virá enquadrada com o objetivo de descrever a estrutura frásica do português escrito nas variantes europeia e brasileira, uma língua histórica e funcional que é, ao mesmo tempo, a principal marca identitária e instrumento de comunicação de muitos portugueses, brasileiros, angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, guineenses e são-tomenses. Vale sublinhar, por conseguinte, que não é nossa pretensão, com este trabalho, realizar um estudo que se prese em construir níveis valorativos entre as duas variantes selecionadas, colocando, assim, uma à margem da outra. Trata-se, pois, de um estudo descritivo e diferencial que fará com que se possa notar que a língua portuguesa não ficou paralisada no histórico século XIII⁷ por apresentar, tal como todas as línguas vivas, um dinamismo inerente nos seus diferentes planos: «A realidade da língua é movimento e, mesmo quando considerada sincronicamente, fundamenta-se num equilíbrio instável»⁸.

Considerando a abrangência dos fenómenos linguísticos possíveis de serem analisados sobre o português europeu e brasileiro, centraremos o objeto de estudo da nossa dissertação na sintaxe, o ramo das ciências da linguagem que, em investigadores como Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov⁹, se ocupa da frase e das relações de conexão e de dependência dos seus constituintes. Contudo, não deixará de ser um estudo de interface entre outros ramos das ciências da linguagem como a morfologia e a semântica, uma vez que a função sintática sujeito, por exemplo, é representada, formalmente, por uma classe gramatical e, significativamente, por uma classe gramatical com traços sémicos /+ Humano/; /+ ou - Humano/; /- Humano/.

Importa referir, com efeito, que a nossa opção em trabalhar com a variante escrita jornalística se deve ao facto de que a língua veiculada através dos jornais representa uma das principais amostras da norma-padrão e da norma culta do português europeu e brasileiro, embora reconheçamos que o *corpus* apresentaria mais dados se também trabalhássemos com a variante oral, porque, em conversa com determinados falantes portugueses e brasileiros, que idealmente fazem parte da norma culta, é possível observar alguns fenómenos sintáticos que não são registados na escrita jornalística devido ao seu carácter de monitoramento e padronização da língua¹⁰. A título de exemplo deste carácter padronizador da escrita, Claudia Roncarati e Jussara Abraçado¹¹ consideram, a partir de variáveis obtidas da oralidade, que a

⁵ Émile Benveniste, *O Homem na Linguagem*, Lisboa, Veja, 2ª ed., 1992, pp. 50-51.

⁶ Julia Kristeva, *História da Linguagem*, trad. de Maria Margarida Barahona, Lisboa, Edições 70, 1969, p. 15.

⁷ Altura em que surgiram os primeiros documentos escritos em português, nomeadamente o *Testamento de Afonso II* e a *Notícia de Torto*.

⁸ Eugénio Coseriu, *op. cit.*, p. 14.

⁹ Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov, *Dicionário das Ciências da Linguagem*, Lisboa, Dom Quixote, 8ª ed., 2009, p. 223.

¹⁰ Para mais dados sobre a padronização/normalização linguística em geral, vide Juliette Garmadi, *Introdução à Sociolinguística*, Lisboa, Dom Quixote, 1983, pp. 51-53.

¹¹ Claudia Roncarati e Jussara Abraçado (orgs.), *Português Brasileiro II: Contato Linguístico, Heterogeneidade e História*, Niterói, Editora da Universidade Federal de Fluminense, 2008, p. 90.

topicalização é um fenómeno linguístico presente na sintaxe do português do Brasil já há algum tempo por meio do deslocamento do objeto direto ou do circunstante para a fronteira inicial da frase (1) e (2) e da reiteração lexical do sujeito (3)¹²:

(1) A bicicleta eu comprei-a na loja.

(2) A bicicleta eu comprei na loja.

(3) O professor ele é importante.

Por razões metodológicas, não nos ocuparemos da topicalização neste trabalho. Deste modo, em três grandes capítulos, procuraremos responder ao objetivo geral da nossa pesquisa que resultou de um levantamento bibliográfico criterioso dos principais trabalhos realizados no domínio da linguística funcional e contrastiva, bem como dos trabalhos realizados no domínio da história da língua portuguesa e da sociolinguística. No primeiro capítulo, faremos o enquadramento teórico do trabalho onde, com o método funcional ou introspeção linguística¹³, descreveremos a natureza estrutural e funcional da frase em português. O segundo capítulo, por consequência, servirá para descrever, de forma mais pormenorizada, o procedimento usado sobre a constituição do *corpus* e a respetiva análise e discussão dos resultados que, conforme veremos, possibilitará inferir a hipótese levantada por Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz segundo a qual «a norma culta brasileira diverge da portuguesa não só em traços fonéticos ou no léxico, mas também nas particularidades sintáticas»¹⁴. O terceiro capítulo será uma breve incursão histórica sobre alguns dos aspetos sintáticos a serem abordados no segundo capítulo. Com o terceiro capítulo, as noções linguísticas de sincronia e diacronia serão encaradas como marcos complementares e não dicotómicos, pois, e como sublinha Rosa Virgínia Mattos e Silva, todo o trabalho sobre as línguas que partem do uso, desde que feito com base em *corpora* datados e localizados, é parte da Linguística Histórica¹⁵.

¹² Para Inês Duarte, em *A Construção da Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre Movimento*, Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1987, pp.84-85, a topicalização é caracterizada pela presença de uma lacuna na frase na posição em que ocorreria o constituinte topicalizado conforme se depreende nos exemplos (2) e (3). No exemplo (1), o corre outro fenómeno de construção de tópicos marcado denominado, na terminologia adotada por essa autora, Deslocação à Esquerda Clítica.

¹³ De acordo com o que se assinala na obra *Sintaxe Transformacional do Adjectivo: Regência das Construções Completivas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981, pp. 5-9 e em *A Arte de Mandar em Português: Estudo Sintático-Estilístico baseado em Autores Portugueses e Brasileiros*, São Paulo, Lexikon, 2014, pp. 24-28, de João Malaca Casteleiro, a técnica de introspeção linguística consiste na criação de exemplos de contra-exemplos. Assim, ao contrário da técnica de constituição de *corpus*, o linguista assume a posição de falante, intui e elabora exemplos.

¹⁴ Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Luz, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Edições 70, 1971, p. 121.

¹⁵ Rosa Virgínia Mattos e Silva, *O Português Arcaico: Uma Aproximação*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p. 25.

0.1. Variação linguística

O conceito de variação linguística, que do ponto de vista epistemológico vem enquadrado no domínio da metodologia variacionista, evidencia que nenhuma língua, em nenhuma fase da sua história, é um sistema uniforme e homogéneo. Neste sentido, todas as línguas vivas se apresentam, segundo referem Celso Cunha e Lindley Cintra, como «um conjunto de sistemas linguísticos, isto é, um diassistema no qual se inter-relacionam diversos sistemas e subsistemas»¹⁶. Por isso, João Andrade Peres e Telmo Mória assinalam que «uma língua de vasta expansão como o português não constitui uma entidade uniforme, antes se desdobrando numa multiplicidade de variantes»¹⁷, tal como podemos observar através da realização posicional dos pronomes clíticos nos seguintes exemplos:

(4) Resolveu conhecer-me e tentar chegar a um acordo para eu desistir (*Público*, 20 de Abril de 2016, p. 3).

(5) O funeral realiza-se na terça-feira e o seu último livro será publicado em maio (*Público*, 26 de fevereiro de 2016, p. 1).

(6) Me lembro então de Jean Paul Sartre e do manifesto antifamília [...] (*O Globo*, 20 de abril de 2016, p. 3).

(7). Na época, o escritor se queixava das dificuldades de se viver de literatura no Brasil (*O Globo*, 26 de fevereiro de 2016, p. 1).

Nas duas orações coordenadas de (4) e (5), o pronome átono ocupa a posição pós-verbal dada a inexistência de proclisadores, ao contrário do que ocorre em (6) e (7) onde o pronome átono ocupa a posição pré-verbal, apesar de não haver qualquer morfema próximo que o atraia para essa posição. As duas construções são válidas e corretas por ocorrerem e serem realizadas em contextos geográficos diferentes: os dois primeiros enunciados em Portugal e os dois últimos no Brasil. Isto torna evidente a existência de duas variantes dentro de uma mesma língua, ou seja, de duas formas linguísticas alternativas, o que não pressupõe que uma seja melhor que a outra, porquanto «todas as variantes têm idêntico interesse e dignidade enquanto objetos de estudo, uma vez que elas são sistematicamente organizadas por uma gramática»¹⁸.

Maria Helena Mira Mateus e Esperança Cardeira, por sua vez, consideram que «qualquer variedade de uma língua é, também ela, um sistema que varia e se transforma. Não se pode dizer, portanto, que algumas variedades são melhores que outras: todas são sistemas complexos a que recorreremos em momentos diferentes»¹⁹. Afinal, a posição do pronome átono antes do verbo sem qualquer atrator, exemplificada em (6) e (7) sobre o português brasileiro, foi um padrão alternativo da posição proclítica determinada por atractores no português medieval e clássico: «As diferenças mais profundas encontram-se nas

¹⁶ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 3.

¹⁷ João Andrade Peres e Telmo Mória, *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1995, p. 13.

¹⁸ *Idem, ibid.*, p. 35.

¹⁹ Maria Helena Mira Mateus e Esperança Cardeira, *Norma e Variação: O Essencial sobre Linguística*, Lisboa, Caminho, 2007, p. 14.

orações com verbo no modo finito. Nas orações não dependentes afirmativas (e não introduzidas por quantificadores, advérbios, sintagmas qu- ou focalizados), os clíticos podiam antepor-se ou pospor-se ao verbo, no português medieval e clássico, enquanto no português actual necessariamente se pospõem»²⁰.

Assim sendo, poder-se-á afirmar, em conformidade com André Martinet, que tudo numa língua pode mudar, desde as unidades significativas às unidades distintivas, desde o eixo paradigmático ao eixo sintagmático, ou seja, «tout peut changer dans une langue: la forme et la valeur des monèmes dans l'énoncé, autre ment dit la syntaxe; la nature et les conditions d'emploi des unités distinctives, c'est-à-dire la phonologie»²¹. Ou seja, «nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico o tempo todo»²².

No desenvolvimento precedente, demonstramos que a variação linguística é inerente aos sistemas linguísticos e que ocorre em todos os níveis de uma determinada língua: fonético, fonológico, lexical, morfológico, sintático, semântico e pragmático. Todavia, a variação de uma língua, para Maria Cecilia Mollica e Maria Luiza Braga, «não se processa de maneira instantânea e abrupta como se numa determinada manhã a população inteira acordasse falando de maneira diferente da do dia anterior»²³; é determinada, com efeito, por fatores de natureza geográfica ou diatópica, constituindo, deste modo, variantes regionais (português de Lisboa ou da Beira; português de São Paulo ou do Rio Grande do Sul; português de São Nicolau ou de São Vicente; português de Luanda ou do Bié), nacionais (português de Portugal, Brasil, Cabo-Verde, Angola, Moçambique) e variantes continentais (português europeu, americano e africano) e, por outro lado, por fatores de natureza temporal ou diacrónica, visto que nenhuma língua é falada do mesmo modo em tempos diferentes.

Além do eixo geográfico/temporal, fatores de ordem sociocultural (nível de escolaridade, prestígio social e económico, facilidade no acesso à informação e ao conhecimento) e diafásico (faixa etária ou o género dos falantes) também determinam para a variação e diferenciação de uma língua porque estudos realizados no domínio da sociolinguística chegaram a comprovar que «os falantes mais velhos costumam preservar mais as formas antigas, o que pode acontecer também com as pessoas mais escolarizadas, ou das camadas da população que gozam de maior prestígio social, ou ainda de grupos sociais que sofrem pressão social normalizadora»²⁴.

Tomando como exemplo o português europeu, Inês Duarte²⁵ considera que, em Portugal, certos falantes mais idosos e com elevado nível de escolaridade normalmente não

²⁰ Ana Maria Martins, *Clíticos na História do Português, Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1994, 267.

²¹ André Martinet, *Éléments de Linguistique Générale*, p. 173.

²² Marcos Bagno, *Preconceito Lingüístico: O que é? Como se faz?*, São Paulo, Loyola, 2008, p. 68.

²³ Maria Cecilia Mollica e Luiza Maria (orgs.), *Introdução à Sociolinguística: O Tratamento da Variação*, São Paulo, Editora Contexto, 2015, p. 43.

²⁴ *Idem, ibid.*

²⁵ Inês Duarte, *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise*, Lisboa, Universidade Aberta, 2000, p. 25.

aceitam a *subida do clítico*²⁶ em construções com verbos modais, ao contrário das gerações mais jovens que aceitam e produzem com naturalidade. Neste sentido, as gerações mais adultas empregam com particularidade o exemplo (8) marcado pela ocorrência do clítico depois do verbo principal (infinitivo), ao passo que as gerações mais novas empregam, de forma alternada, os exemplos (9) e (10) onde o clítico não tem uma posição fixa, oscilando entre o verbo principal e o auxiliar:

(8) Podes dar-me um livro.

(9) Podes dar-me um livro.

(10) Podes-me dar um livro.

Tal como Inês Duarte, Maria Cecilia Mollica e Maria Luiza Braga afirmam que no Brasil o uso do pronome *nós*, variante conservadora, é mais frequente entre os homens que entre as mulheres que optam mais pela variante inovadora *a gente*²⁷. Verifica-se, no entanto, que «uma variante pode vencer outra a partir de um emprego discursivamente motivado, gerando, assim, desequilíbrios e inovações»²⁸.

As situações de contacto e as de coabitação entre duas ou mais línguas no mesmo espaço geográfico são outros fatores determinantes para a variação linguística pelo facto de poderem ocorrer fenómenos de empréstimos, inovação e enriquecimento entre as línguas em contacto e coabitação. A propósito disto, Serafim Neto²⁹, Paul Teyssier³⁰ e Ivo Castro³¹ consideram que o português brasileiro resultou do contacto entre a língua geral dos índios, as línguas de base africana, o português simplificado também proveniente de África e outras línguas europeias faladas por imigrantes, sobretudo por italianos, espanhóis e alemães:

Um país pode conviver com mais de uma língua como é o caso do Brasil: somos plurilingues, pois, além do português, há em nosso território cerca de 180 línguas indígenas, de comunidades étnico-culturalmente diferenciadas, afora as populações bilingues que dominam igualmente o português e línguas do grupo românico, anglo-germânico e eslavo-oriental, como em comunidades multilingues português/italiano, português/espanhol, português/alemão, português/japonês³².

Ao contrário do contexto brasileiro, o português europeu só coabita com uma língua, o mirandês³³. Para Manuela Ferreira e Domingos Raposo³⁴, esta situação de diglossia ocorre apenas no extremo nordeste de Portugal, ao longo da fronteira a sul de Alcanices, entre a

²⁶ Em Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *Gramática do Português*, vol. 2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 2288, a subida do clítico é encarada como um fenómeno sintático caracterizado pela ocorrência do clítico fora do domínio do infinitivo ao qual pertence.

²⁷ Maria Cecilia Mollica e Maria Luiza Braga (orgs.), *op. cit.*, p. 36.

²⁸ Claudia Roncarati e Jussara Abraçado (orgs.), *op. cit.*, p. 57.

²⁹ Serafim da Silva Neto, *História da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Presença, 6ª ed., 1992, p. 604.

³⁰ Paul Teyssier, *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 6ª ed., 1994, p. 75.

³¹ Ivo Castro, *Introdução à História do Português*, Lisboa, Colibri, 2006, p. 31.

³² Maria Cecilia Mollica e Maria Luiza Braga (orgs.), *op. cit.*, p. 10.

³³ Ivo Castro, «Diversidade Linguística», in Maria Helena Mira Mateus (coord.), *Mais Línguas, Mais Europa: Celebrar a Diversidade Linguística e Cultural da Europa*, Lisboa, Colibri, 2001, p. 23.

³⁴ Manuela Barros Ferreira e Domingos Raposo (coord.), *Convenção Ortográfica da Língua Mirandês*, Miranda do Douro/Lisboa, Câmara Municipal Miranda do Douro/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1999, p. 9.

ribeira de Angueira, a poente e sul, e o rio Douro. Em síntese, poder-se-á enunciar que, para a variação de qualquer língua, concorrem fatores de ordem linguística e não linguística, realizando, portanto, de forma simultânea e não isolada: «As variáveis, tanto linguísticas quanto não linguísticas, não agem isoladamente, mas operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem o emprego de formas de variantes semanticamente equivalentes»³⁵.

0.2. Norma, norma-padrão e norma culta: algumas notas sobre a padronização da língua portuguesa

Em Eugenio Coseriu, a norma é definida como a realização coletiva do sistema de uma língua³⁶. Esta noção de norma linguística é retomada em Francisco da Silva Borba³⁷ e Mário Vilela³⁸ como o uso fixado historicamente pela sociedade. Com base nisso, pode-se considerar que a norma pertence ao plano do que é dito ou escrito numa dada comunidade linguística e não ao plano do que se deveria dizer ou escrever: «Não se trata da norma no sentido corrente, estabelecida ou imposta segundo critérios de correção e de valoração subjetiva do expressado, mas sim da norma objetivamente comprovável numa língua, a norma que seguimos por sermos membros duma comunidade»³⁹.

A norma representa, por outro lado, a estabilidade aparente de uma língua que, apesar de ser dinâmica, funciona como o modelo supradialetal de uma comunidade linguística, principal fator de identidade, unidade e estabilidades sociais⁴⁰. Por isso, em Eugenio Coseriu, sublinha-se que «na linguagem é importante o pólo da variedade que corresponde à expressão individual, mas também o é o da unidade que corresponde à comunicação inter-individual e é garantia de intercompreensão»⁴¹. Assim sendo, «dentro da mesma comunidade linguística nacional e dentro do mesmo sistema funcional é possível comprovar várias normas»⁴². Isto quer dizer que, no caso da língua portuguesa, a noção de norma deve partir do atual conceito de comunidade linguística portuguesa que, afinal, são comunidades e não comunidade.

Não obstante, quando a norma deixa de ser preocupação apenas do linguista para ser simultaneamente o centro de atenção das instituições sociais, passa a ser designada norma-padrão, ou seja, o modelo linguístico esperado pelos membros da sociedade e que, em Marcos Bagno, representa a língua que deve ser usada pelas autoridades, pelos órgãos oficiais da sociedade, pelas pessoas mais escolarizadas, pelos escritores e jornalistas⁴³. Conforme se

³⁵ Maria Cecilia Mollica e Maria Luiza Braga (orgs.), *op. cit.*, p. 26.

³⁶ Eugenio Coseriu, *op. cit.*, p. 68.

³⁷ Francisco da Silva Borba, *Introdução aos Estudos Linguísticos*, São Paulo, Pontes, 1991, p. 48.

³⁸ Mário Vilela, *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina, 1999, p. 30.

³⁹ Eugenio Coseriu, *op. cit.*, p. 69.

⁴⁰ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 7.

⁴¹ Eugenio Coseriu, *op. cit.*, p. 75.

⁴² *Idem, ibid.*

⁴³ Marcos Bagno, *A Língua de Eulália: Novela Sociolinguística*, São Paulo, Parábola Editorial, 2010, p. 22.

observa, trata-se do modelo de língua que deve ser ensinado e aprendido na escola e veiculado pelos meios de comunicação social de uma certa comunidade.

A norma culta, com efeito, representa a língua falada pelos indivíduos com maior nível de escolaridade de uma sociedade e veiculada pelos meios de comunicação social. A diferenciação entre norma e norma-padrão coloca em paralelo, por outro lado, a diferenciação entre gramática descritiva e prescritiva, uma vez que a norma constitui o objeto de estudo da gramática descritiva e a norma-padrão da gramática prescritiva: «No que concerne à gramática propriamente dita, a gramática estrutural é a ciência do sistema enquanto a gramática descritiva é a ciência da norma. Como ciência do falar apresenta-se, por sua vez, a chamada gramática dos erros»⁴⁴.

As duas gramáticas, em autores como H. Gleason Jr.⁴⁵ e Joaquim Camara Jr.⁴⁶, têm a sua pertinência no domínio dos estudos linguísticos, porém, não devem ser misturadas num único estudo por apresentarem pressupostos metodológicos que se opõem: «Gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. [...]. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer linguística sincrónica com preocupações normativas»⁴⁷.

Para o longo processo de padronização da língua portuguesa, confluíram fatores linguísticos e extralinguísticos. Neste quesito, faremos referência a alguns fatores externos à língua. Em primeiro lugar, seria necessário sublinhar o relevo cultural protagonizado pela Revolução de 1383-1385 que, em Maria Helena Mira Mateus e Esperança Cardeira, foi determinante para a afirmação da língua portuguesa e para a conseqüente emergência da consciência nacional do povo português⁴⁸. Evanildo Bechara⁴⁹ afirma, por outro lado, que a designação *língua portuguesa* também surgiu dentro desse espírito nacionalista que teve o seu protagonismo com os escritores da Casa de Avis, sobretudo com D. João I para substituir as antigas designações como *romance*, *romança*, *linguagem* e *coube*, com efeito, a D. Dinis a oficialização do português como língua veicular dos documentos administrativos em substituição do latim.

Do ponto de vista geopolítico, Maria Helena Mira Mateus e Esperança Cardeira sublinham que foi com a dinastia de Avis que a classe dominante se desloca para o sul de Portugal, para um eixo definido principalmente para o eixo Coimbra-Lisboa⁵⁰. Com a concentração populacional em Lisboa, notou-se o surgimento de «uma variedade linguística neutra que facilita a comunicação e coesão num espaço sociocultural diversificado»⁵¹. Foi, igualmente, com a Casa de Avis que se observou o crescente interesse pela tradução, pela

⁴⁴ Eugenio Coseriu, *op. cit.*, p. 80.

⁴⁵ H. A. Gleason Jr., *Introdução à Linguística Descritiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed., 1961, pp. 214-220.

⁴⁶ Joaquim Mattoso Camara Jr., *Estrutura da Língua Portuguesa*, Petrópolis, Vozes, 25ª ed., 1970, p. 17.

⁴⁷ *Idem, ibid.*

⁴⁸ Maria Helena Mira Mateus e Esperança Cardeira, *op. cit.*, p. 37.

⁴⁹ Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa*, São Paulo, Nova Fronteira, 37ª ed., p. 24.

⁵⁰ Maria Helena Mira Mateus e Esperança Cardeira, *op. cit.*, p. 37.

⁵¹ *Idem, ibid.*

leitura de novelas de cavalaria, de crónicas e nobiliários, criando, assim, condições para uma significativa evolução na escrita.

As autoras em referência destacam, por conseguinte, que a chegada da imprensa a Portugal nos finais do século XV foi outro fator importante para o processo de padronização da língua portuguesa porque possibilitou a difusão das produções literárias escritas em português⁵². Assim sendo, procede-se, em 1516, à publicação de toda a poesia produzida nas cortes de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel. De igual modo, Maria Celeste Redondo Salvado Nunes escreve que durante os séculos XVI-XVIII surgem na Europa as primeiras Academias a fim de preservarem a língua através da criação de normas ortográficas⁵³. Em Portugal, funda-se, com o mesmo propósito, a Arcádia Lusitana em 1757 que, em 1776, passa a ser designada Nova Arcádia e, em 1779, surge a Academia Real das Ciências de Lisboa. É neste espírito padronizador da língua que surgiram a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536) de Fernão de Oliveira, a *Cartinha para Aprender a Ler* (1539) e a *Gramática da Língua Portuguesa* (1540) de João de Barros e o *Dictionarium ex Lusitano in Sermonem* (1562) de Jerónimo Cardoso.

O século XX assistiu ao surgimento de trabalhos conjuntos sobre a tentativa de padronização/uniformização da ortografia da língua portuguesa realizados entre 1911 a 1990 por linguistas e filólogos portugueses e brasileiros⁵⁴. O processo de padronização da língua portuguesa não parou por aqui, pois, dentro da CPLP, cada país tem trabalhado, através de criação de políticas linguísticas, para a definição da sua norma nacional. No Brasil, segundo nos dá a conhecer Ataliba Castilho⁵⁵, têm surgido, desde 1969 à atualidade, projetos coletivos sobre as particularidades do português brasileiro, como o *Projeto da Norma Urbana Linguística Culta* (1969), *Banco de dados Usos do Português* (1980), *Projeto Censo Linguístico do Português do Rio de Janeiro* (1983) e o *Projeto para a História do Português Brasileiro* (1997).

0.3. Regência e modalidade

O conceito de regência, com o sentido de que um verbo rege os seus complementos, descrito pela gramática tradicional, é alargado pela gramática generativa a outras categorias lexicais principais como a dos nomes, adjetivos e a das preposições⁵⁶. Esta noção de regência é expressa em pormenor através das seguintes frases:

(11) Nesse momento, escutei o canto doce.

⁵² *Idem, ibid.*

⁵³ Maria Celeste Redondo Salvado Nunes, *Norma e Variedade: Estudo do Vocalismo e do Léxico nos Falares do Concelho de Fundão, Tese de Doutoramento*, Covilhã, UBI, 2010, p. 6.

⁵⁴ Jaime Ferreira da Silva e Paulo Osório, *Introdução à História da Língua Portuguesa: dos Factores Externos à Dinâmica dos Sistemas Linguísticos*, Alpiarça, Cosmos, 2008, pp. 115-118.

⁵⁵ Ataliba T. Castilho, «Língua Portuguesa e Política Linguística», in *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pp. 202-203.

⁵⁶ Maria Henriqueta Campos e Maria Francisca Xavier, *Sintaxe e Semântica do Português*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999, p. 72.

(12) Canto da minha mãe.

Em (11), há, conforme assinalam Celso Cunha e Lindley Cintra, uma dependência entre os constituintes da oração, formando, assim, um todo significativo⁵⁷. Na frase em análise, o verbo (termo regente) liga-se diretamente ao seu complemento (termo regido), estabelecendo uma relação de dependência. Em (12), a expressão *da mãe*, complemento nominal com valor determinativo, subordina-se ao termo *canto* (nome), ao contrário do que se verifica em (11), visto que em (12) a palavra *canto* é o termo regente e *da mãe* é o termo regido.

Assim sendo, a regência pode ser definida como «a relação que se estabelece entre duas palavras da frase em que uma das quais serve de complemento a outra»⁵⁸. Nos exemplos em voga, a expressão *o canto doce* funciona como complemento frásico do verbo (*escutei*) e a expressão *da mãe* como determinador nominal (*canto*). Por isso, a regência é, de igual modo, o procedimento sintático que «envolve a dinâmica de um elemento sobre o outro, o que leva à interdependência entre os constituintes e, por conseguinte, à hierarquização das funções sintáticas»⁵⁹.

Maria Henriqueta Campos e Maria Francisca Xavier assinalam que, em português, o regente lexical precede o seu complemento, regendo-o à direita. Com base nisso, consideram, quanto à sintaxe posicional, que o sentido ou a direcionalidade da regência é à direita, em português⁶⁰:

(13) N Complemento [SN Conselho dos vizinhos].

(14) V Complemento [SV Aconselhar os vizinhos].

(15) A Complemento [SA Conselheiro dos vizinhos].

Nas frases acima, observa-se que o regente lexical pode ser um verbo (14), um nome (13) ou um adjetivo (15). Observa-se, igualmente, que é a partir da natureza lexical do termo regente que a regência pode ser designada verbal, nominal e adjetival. Mas se a palavra regente for uma preposição e não um nome, adjetivo ou verbo, a regência será denominada preposicional⁶¹. É com base nesse critério morfológico e sintático que, em Isaac Agostinho⁶², se denomina por regência verbal a forma especial de um verbo se ligar pelo significado ao termo requerido. Assim, se o verbo for transitivo direto, exigirá uma regência direta (um complemento direto ou objeto direto a ele regido sem preposição intermediária: *contou uma estória*); se for um verbo transitivo indireto, requererá uma regência indireta (um complemento indireto ou objeto indireto a ele regido por intermédio de uma preposição: *contou ao filho*); se o verbo for bitransitivo ou birregencial, exigirá os dois tipos de regência: direta e indireta (*contou uma estória ao filho*). Em Isaac Agostinho⁶³, também se refere que as regências nominais e adjetivais são, em geral, indiretas, ao contrário da verbal, como se

⁵⁷ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 641.

⁵⁸ *Idem, ibid.*

⁵⁹ Francisco da Silva Borba, *op. cit.*, p. 191.

⁶⁰ Maria Henriqueta Campos e Maria Francisca Xavier, *op. cit.*, p. 338.

⁶¹ Até ao caminho; para o amigo; contra proposta.

⁶² Isaac Agostinho, *Pronominalização Relativa*, Luanda, Edição do Autor, 2011, p. 43.

⁶³ *Idem, ibid.*

pode verificar através das expressões *canto da mãe*, *conselho dos vizinhos* e *conselheiro dos vizinhos*. Nesta conformidade, há, por um lado, um complemento nominal e um complemento adjetival, por outro lado.

Importa sublinhar que, tal como os complementos direto e indireto que são regidos por verbos transitivos, outros constituintes oracionais, como os predicativos do sujeito e do complemento/objeto direto e o complemento oblíquo, este último denominado complemento relativo em Evanildo Bechara⁶⁴ e Rocha Lima⁶⁵, também dependem da natureza regencial do verbo, pois se o verbo for nominal, a palavra regida será o predicativo do sujeito (16); se for transitivo-nominal, a palavra regida será o predicativo do complemento ou objeto direto (17) e se for de sintaxe intrinsecamente preposicional, a palavra regida será o complemento ou objeto oblíquo (18):

(16) Aquela casa **continua inundada**.

(17) Os vizinhos **consideram** aquela casa **inundada**.

(18) Ninguém **gosta daquela casa**.

O desenvolvimento substancial sobre a natureza e a particularidade sintática destas construções será feito no primeiro capítulo da presente dissertação. Entretanto, ficou assinalado, a partir do que se referiu nos parágrafos anteriores, que «com o esquema de regência se pretende fazer o levantamento das combinações de uma palavra e das respetivas significações»⁶⁶, permitindo, deste modo, o conhecimento dos mecanismos de funcionamento da sintaxe dependencial e funcional da frase, pois, para Ana Alexandra da Silva, «falamos, evidentemente, de uma sintaxe dependencial, mais precisamente funcional, que é, em essência, uma sintaxe da frase»⁶⁷.

Segundo Francisco da Silva Borba, a modalização corresponde à atitude do falante com respeito ao conteúdo objetivo da oração⁶⁸. Daí que, em Maria Henriqueta Campos e Maria Francisca Xavier, «o valor modal (ou modalidade) de um enunciado exprime diferentes tipos de relação entre enunciador e a relação predicativa subjacente a esse enunciado, afetados de valores referenciais das restantes categorias gramaticais»⁶⁹. Em F. R. Palmer, a modalidade é definida como um estado prepositivo que se diferencia do tempo e do aspeto por não fazer referência a características eventivas: «Modality differs from tense and aspect in that it does not refer directly to any characteristic of the event, but simply to the status of the proposition»⁷⁰.

Assim sendo, a modalidade pode ser vista como «a categoria do verbo pela qual o falante revela a sua atitude em relação ao que fala e que pode ser de certeza,

⁶⁴ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 419.

⁶⁵ Rocha Lima, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1992, p.251.

⁶⁶ Mário Vilela, *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*, Coimbra, Almedina, 1992, p. 16.

⁶⁷ Ana alexandra Lázaro Vieira da Silva, *Estatuto Sintático dos Advérbios: Função e Classe*, Évora, Centro de Estudos em Letras da Universidade de Évora, 2009, p. 25.

⁶⁸ Francisco da Silva Borba, *op. cit.*, p. 194.

⁶⁹ Maria Henriqueta Campos e Maria Francisca Xavier, *op. cit.*, p. 338.

⁷⁰ F. R. Palmer, *Mood and Modality*, New York, Cambridge University Press, 2007, p. 1.

incerteza/dúvida, possibilidade, necessidade, obrigação, desejo ou de ordem»⁷¹. Daqui podemos apresentar os seguintes tipos de modalidade: epistémica ou da certeza que indica a verdade de um enunciado (19), volitiva ou do desejo que designa vontade ou necessidade (20), valorativa ou apreciativa que designa apreciação, juízo de valores, dúvida, possibilidade ou eventualidade (21) e deôntica que indica um dever, uma obrigação ou uma ordem (22):

- (19) a. Minhas lembranças **são** aves.
 b. **Acredito** que as minhas lembranças são aves.
 c. **É certo** que as minhas lembranças são aves.
- (20) a. **Espero** que as minhas lembranças sejam aves.
 b. **Desejo** que as minhas lembranças sejam aves.
 c. **Pretendo** que as minhas lembranças sejam aves.
- (21) a. **Acho** que as minhas lembranças são aves.
 b. **Considero** que as minhas lembranças são aves.
 c. As minhas lembranças **podem ser** aves.
- (22) a. As minhas lembranças **devem ser** aves.
 b. As minhas **têm de ser** aves.
 c. As minhas lembranças **podem ser** aves.

Em todos os exemplos enumerados acima, a marca da modalidade está no verbo em negrito, afigurando-se, assim, como o modalizador do enunciado. Para mais conhecimento dos principais modalizadores do discurso em português, veja-se o seguinte quadro sinótico que resultou do que se propõe em Maria Helena Mira Mateus *et alii*⁷² e Luiz Carlos Travaglia⁷³:

Modalidade	Modalizadores
Epistémica ou da certeza	<ul style="list-style-type: none"> • verbos de crença, como acreditar, aceitar, crer e de conhecimento como conhecer e saber; • substantivos e adjetivos clarividentes como certeza, verdade, evidência; certo, verdadeiro, evidente; • advérbios e locuções adverbiais clarividentes como realmente, sinceramente, verdadeiramente; com certeza, sem dúvida;
Volitiva ou do desejo	<ul style="list-style-type: none"> • Verbos volitivos como querer, desejar, precisar, necessitar, pretender, esperar, exigir, ordenar, pedir, proibir;

⁷¹ Luiz Carlos Travaglia, *Na Trilha da Gramática: Conhecimento Linguístico na Alfabetização e Letramento*, São Paulo, Cortez Editora, 2013, p. 50.

⁷² Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 2003, p. 245.

⁷³ Luiz Carlos Travaglia, *op. cit.*, pp. 107-109.

	<ul style="list-style-type: none"> • A interjeição <i>que</i> e a locução interjetiva <i>tomara que</i> em construções como <i>que não haja mais inundação nessa região; tomara que não haja mais inundação nessa região</i>.
Apreciativa ou da avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Verbos apreciativos como <i>achar, julgar, considerar, apreciar, parecer</i>, bem como o verbo modal <i>poder</i>; • Adjetivos apreciativos e dubitativos como <i>bom, necessário, provável; duvidoso, facultativo, oportuno</i>; • Advérbios de dúvida como <i>talvez, possivelmente, provavelmente</i>
Deôntica ou do dever	<ul style="list-style-type: none"> • Construções imperativas afirmativas e negativas; • Certos verbos com significação de mando ou obrigação como <i>proibir, obrigar, permitir, dever</i> e o modal <i>ter</i>.

Quadro sinótico n.º 1 Modalidade e modalizadores discursivos

Em português, o verbo modal *ter* apresenta dois padrões sintáticos, ou seja, rege tanto a preposição *de* quanto o complementador *que*, conforme se ilustra em (23) e (24):

(23) Tinha **de** tratar da casa inundada.

(24) Tinha **que** tratar da casa inundada.

Em trabalhos de natureza prescritiva, as duas construções são diferenciadas quanto ao valor modal e pragmático. Assim, em (23), o valor modal situa-se no plano da possibilidade e, em (24), no plano do dever, obrigação ou de uma ação categórica. Trata-se, não obstante, de uma perspetiva de análise oposta a abordagens de natureza funcional, como a que João Malaca Casteleiro procede em *A Arte de Mandar em Português*. Em nossa opinião, as duas construções contêm traços formais e sémicos da modalidade deôntica. Por isso, só nos ocuparemos da descrição diferencial dos níveis de realização das mesmas no português europeu e brasileiro.

Embora a ideia de frase apareça em muitas gramáticas tradicionais como sinónimo de enunciado, julgamos que o devido esclarecimento desta questão passa pela compreensão dos conceitos de regência e de modalidade, visto que um enunciado resulta de uma relação predicativa, de um quadro de coordenadas enunciativas ou sistema referencial, ao passo que a frase resulta, em geral, da relação sequencial ou de dependência entre os seus constituintes⁷⁴. Com base nisso, alude-se, em Mário Vilela, que «os enunciados constituem

⁷⁴ Cf. Maria Henriqueta Costa Xavier, *Dever e Poder: Um Subsistema Modal do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 25-32.

uma unidade comunicativa, julgadas e interpretadas pela sua finalidade e as frases são unidades gramaticais julgadas pela sua correção»⁷⁵.

0.4. Do funcionalismo à análise diferencial

À semelhança de algumas obras existentes na especialidade sobre a linguística funcional como os de Ana Alexandra da Silva⁷⁶ e Maria Joana de Almeida dos Santos⁷⁷, optaremos em delinear o objeto da nossa pesquisa em conformidade com a metodologia do funcionalismo, uma corrente linguística que, na sequência do trabalho de Ferdinand de Saussure⁷⁸, olhou para a língua não apenas como possuidora de uma estrutura, mas também de uma função e que é a comunicativa. Assim sendo, José Antonio Martínez refere que «para el funcionalismo, todas las propiedades atribuídas al lenguaje humano tiene su base en el hecho de la comunicación»⁷⁹. Esta corrente, segundo afirmam Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov, «aparece particularmente no método de investigação dos fenómenos fónicos definida primeiro com o nome de fonologia por N. S. Trubetzkov e desenvolvida sobretudo por A. Martinet, R. Jakobson e pela chamada escola de Praga»⁸⁰.

É possível constatar, a partir de Ana Alexandra da Silva⁸¹ que, atualmente, a linguística funcional é representada por cinco principais individualidades: André Martinet em França, M. Halliday e S. Dik na Inglaterra, Robert Van Valen Jr. e Talmy Gívon nos Estados Unidos da América. Contudo, a nossa dissertação enquadrar-se-á exclusivamente no funcionalismo de orientação francesa, porque, segundo considera a autora em referência, a linguística funcional perspectivada em André Martinet defende que a sintaxe se baseia no facto de que o homem utiliza a língua para comunicar, ou seja, a língua é e funciona pela sua pertinência comunicativa⁸².

Outro dado relevante no funcionalismo perspectivado em André Martinet é o facto de que as línguas naturais são dinâmicas e não estáticas⁸³, bem como o facto de que um estudo linguístico descritivo deve basear-se na observação do comportamento linguístico do falante, abstendo-se, no entanto, de fazer prescrição ou estabelecer normas linguísticas⁸⁴, afinal «a descrição de uma língua, que tem valor explicativo e não só descritivo, é a descrição do conjunto das opções que pode fazer o locutor e que o ouvinte pode reconhecer»⁸⁵.

⁷⁵ Mário Vilela, *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*, p. 29.

⁷⁶ Vide a já referida obra de Ana Alexandra Lázaro Vieira da Silva sobre a natureza morfossintática dos advérbios.

⁷⁷ Maria Joana de Almeida Vieira dos Santos, *Os Usos do Conjuntivo em Português: Uma Proposta de Análise Sintática e Semântico-Pragmática*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

⁷⁸ Ferdinand de Saussure, *Cours de Linguistique Générale*, Paris, Payot & Rivages, 1995.

⁷⁹ José Antonio Martínez, *Propuesta de Gramática Funcional*, Madrid, Istmo, 1999, p. 22.

⁸⁰ Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov, *op. cit.*, p. 41.

⁸¹ Ana Alexandra Lázaro Vieira da Silva, *op. cit.*, p. 25.

⁸² *Idem, ibid.*

⁸³ André Martinet, *Fonction et Dynamique des Langues*, pp. 47-52.

⁸⁴ *Idem, Éléments de Linguistique Générale*, p. 6.

⁸⁵ Christian Baylon e Paul Fabre, *Iniciação à Linguística*, trad. de Telmo Verdelho, Coimbra, Almedina, 1990, p. 156.

Apesar da nossa opção pela metodologia funcionalista, não deixaremos de equacionar, sempre que for possível, outras propostas metodológicas como o variacionismo que tem sido bastante explorado em estudos de natureza sociolinguística, pois, segundo sublinham Maria Cecilia Mollica e Maria Luiza Braga, «cabe à Sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático»⁸⁶. Julgamos, assim, que também será necessário recorrermos à metodologia de trabalho da linguística contrastiva ou diferencial, porque, embora se dedique à comparação de duas ou mais línguas para a elaboração de material didático destinado ao ensino de uma língua segunda ou de uma língua estrangeira⁸⁷, nos permitirá proceder à análise e descrição dos dados obtidos dos jornais *Público* e *O Globo* com a mesma terminologia gramatical.

É, pois, da procura e conjugação de áreas e metodologias de trabalho seguras que iremos buscar da linguística de *corpus* o aplicativo *Notepad++* para a contagem e análise dos dados. A seguir, procederemos ao enquadramento teórico da nossa dissertação por meio da descrição de conceitos operatórios sobre a natureza estrutural e funcional da frase em português.

⁸⁶ Maria Cecilia Mollica e Maria Luiza Braga (orgs.), *op. cit.*, p. 11.

⁸⁷ H. A. Gleason Jr., *op. cit.*, p. 219.

Capítulo 1

Da natureza estrutural e funcional da frase: enquadramento teórico

Auguramos que este capítulo possa trazer alguma contribuição para a compreensão da natureza estrutural e funcional da frase em português. Ao contrário do que em regra se verifica na generalidade das gramáticas tradicionais elaboradas sobretudo com finalidades didáticas, decidimos associar aqui a investigação e o ensino, isto é, apresentaremos, em primeira instância, algumas notas sobre os procedimentos de investigação em sintaxe e, em segunda instância, a descrição pormenorizada das principais categorias sintáticas. Assim sendo, é possível que o linguista e o professor de língua portuguesa possam encontrar, nesta dissertação, algum suporte de trabalho.

1.1. Do método funcional ao método formal: a investigação em sintaxe

Segundo João Malaca Casteleiro, a investigação em sintaxe é feita segundo dois pressupostos metodológicos: pela introspeção linguística ou método funcional e pela constituição de *corpus* ou método formal⁸⁸. No primeiro caso, o investigador assume a posição de falante e procede à construção de um número significativo de exemplos para a demonstração e descrição de determinados fenómenos sintáticos. Trata-se, com efeito, de um método que «toma como ponto de partida a ideia para ver através de que formas linguísticas como esta se exprime»⁸⁹. No segundo caso, o investigador parte do falante e do levantamento dos factos linguísticos em si, porém, orientado por uma arquitetura gramatical para a demonstração e descrição dos fenómenos a estudar. Com este procedimento, «o linguista deve esforçar-se por obter um *corpus* que seja representativo no seu conjunto mínimo»⁹⁰. Poder-se-ia, assim, dizer que, em sintaxe, o investigador dispõe de um método psicológico ou funcional cujos critérios de trabalho são o sintático, o estilístico e o semântico e de um método formal ou gramatical cujo critério de orientação é o morfológico⁹¹.

A nossa dissertação será elaborada segundo estes dois métodos, embora em secções e momentos diferentes: o método funcional no primeiro capítulo e o gramatical no segundo e terceiro capítulos. Quer dizer que partiremos do método mais recente ao tradicional:

O método gramatical ou formal - aquele que tem uma tradição mais longa - tem sido aplicado, e com certa justificação, nas gramáticas práticas, normativas e ainda nas gramáticas históricas. O método psicológico ou funcional - que surgiu nos fins do século passado - tem sido empregado nas chamadas gramáticas psicológicas e ainda em monografias sintáticas⁹².

⁸⁸ João Malaca Casteleiro, *Sintaxe Transformacional do Adjectivo: Regência das Construções Completivas*, p. 5.

⁸⁹ João Malaca Casteleiro, *A Arte de Mandar em Português: Estudo Sintático-Estilístico Baseado em Autores Portugueses e Brasileiros*, p. 21.

⁹⁰ H. A. Gleason Jr., *op. cit.*, p. 208.

⁹¹ João Malaca Casteleiro, *op. cit.*, pp. 21.

⁹² *Idem, ibid.*

Partiremos do método funcional e não do gramatical porque, em trabalhos como este, a apresentação e análise dos factos linguísticos em si devem ser precedidas de uma base teórica assente na nomenclatura e tradição gramaticais da comunidade ou comunidades linguísticas em estudo. Não obstante, a atitude funcionalista, de acordo com André Martinet⁹³ e Christos Clairis⁹⁴, implicaria que o ponto de partida fosse o método gramatical, a descrição dos dados observados:

A observação e o respeito pelos dados observados constituem um princípio fundamental da atitude funcionalista. Uma tal atitude leva à rejeição de todo e qualquer apriorismo e ao reconhecimento da importância de uma base empírica da investigação. É cultivada em permanência uma relação dialéctica entre os dados observados e a teoria linguística. Nesta linha de conduta, em caso de divergência entre os dados observados e a teoria, será, evidentemente, esta última que terá de mudar e não o inverso⁹⁵.

A partir do exposto acima, pode-se, pois, referir que «no se puede, pues, tachar de taxonómica a una auténtica gramática funcional, puesto que no sólo se ocupa de analizar y descomponer las unidades y los elementos, sino que las reglas y normas para crear estructuras y cadenas comunicativas»⁹⁶. Importa assinalar, por último, que todos os exemplos, que apresentaremos nos itens do primeiro capítulo, serão elaborados a partir do conto *Inundação* de Mia Couto⁹⁷.

1.2. Natureza estrutural e funcional da frase em português

Vimos, com Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov⁹⁸, que a sintaxe se ocupava da frase e das relações de dependência entre os seus constituintes. De modo similar, Joaquim Mattoso Camara Jr. descreve a sintaxe como o estudo científico dos padrões da frase que, em geral, resultam do modo como em cada língua se estabelece a ordem, a associação e a concordância entre as palavras⁹⁹. Daí que, para Ana Alexandra da Silva, a sintaxe frásica se preocupa com a independência, dependência ou interdependência dos seus constituintes¹⁰⁰.

Se em morfologia a noção de categoria gramatical representa um conceito operativo de base, o mesmo acontece com a noção de função sintática em sintaxe ou com a noção de função temática ou papéis temáticos em semântica. Estas três noções encontram-se

⁹³ André Martinet, *Função e Dinâmica das Línguas*, trad. Jorge Morais de Barbosa e Maria Joana Vieira Santos, Coimbra, Almedina, 1995, p. 31.

⁹⁴ Christos Clairis, *No Rumo de uma Linguística Funcional: Ensaio de Linguística Funcional*, trad. de Maria Joana Vieira Santos, Coimbra, Almedina, 2005, p. 19.

⁹⁵ *Idem, ibid.*

⁹⁶ César Hernández Alonso, *Gramática Funcional del Español*, Madrid, Editorial Gredos, S.A., 1996, 3ª ed., p. 25.

⁹⁷ Mia Couto, *O Fio das Missangas*, Lisboa, Caminho, 2015, 8ª ed, pp. 29-32.

⁹⁸ Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov, *op. cit.*, p. 223.

⁹⁹ Joaquim Mattoso Camara Jr., *Princípios de Linguística Geral: Introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Padrão-Livraria Editora, 1989, pp. 166-167.

¹⁰⁰ Ana Alexandra Lázaro Vieira da Silva, *op. cit.*, p. 25.

implícitas em todas as palavras que formam uma determinada frase, cabendo unicamente ao linguista ou ao professor de língua portuguesa definir a perspectiva de análise a seguir, a não ser que proceda a uma análise de natureza multimodal como a que se ilustra a seguir:

(25) Ele abandonou a família.

No exemplo acima, há três grupos de palavras que se diferenciam pela categoria gramatical e pela função sintática e semântica que exercem na frase. Quanto à categoria gramatical, o primeiro elemento da frase (*ele*) pertence à classe dos pronomes pessoais nominativos ou retos, o segundo (*abandonou*) à classe dos verbos e o terceiro à classe dos nomes (*a família*)¹⁰¹. A nível sintático, por conseguinte, o primeiro elemento exerce a função de sujeito, o segundo de predicado e o terceiro de complemento/objeto, ao passo que, a nível semântico, o primeiro elemento tem o valor de agente, o segundo de predicador e o terceiro de paciente.

Tal como se depreende do exposto acima, sempre que o assunto a estudar for a frase, o conceito de função tornará *aparente* as fronteiras tradicionais entre a morfologia, a sintaxe e a semântica, pois, conforme escreve Lucien Tesnière, «no puede haber estructura si no hay función»¹⁰². Daí que, neste capítulo e nos dois subsequentes, a noção de função será um conceito recorrente por constituir, em investigadores como Paulo Osório, a relação que se estabelece entre os elementos ou constituintes da frase¹⁰³. Por isso, Salvador Gutiérrez Ordóñez considera que «una de las nociones básicas de la Sintaxis, y portanto de la teoría de la transposición, es el concepto de función»¹⁰⁴.

Em Mário Vilela, a frase é definida sob o ponto de vista formal e fónico e sob o ponto de vista estrutural e gramatical. Do ponto de vista formal e fónico, ela é «uma sequência entre dois intervalos fónicos, a mais pequena unidade do discurso, a unidade do discurso autónoma relativamente ao texto, tanto no aspeto conteudístico como estrutural»¹⁰⁵. Do ponto de vista estrutural e gramatical, o autor em referência define a frase como a unidade construída segundo determinadas regras. Parece-nos, com efeito, que a definição de frase, apresentada em Celso Cunha e Lindley Cintra¹⁰⁶, como um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação, vem elaborada dentro do nível formal e fónico, ao contrário, portanto, da definição apresentada em Paulo Osório e Edson Martins onde a frase é descrita como a unidade básica com que se opera em sintaxe, implicando a presença de unidades estruturais, semânticas e pragmáticas¹⁰⁷. Neste sentido, «toda frase diz algo, fala sobre um determinado estado de coisas do mundo»¹⁰⁸.

¹⁰¹ Decidimos considerar o artigo e nome como parte de um todo, ou seja, de um sintagma nominal.

¹⁰² Lucien Tesnière, *Elementos de Sintaxis Estructural*, tomo I, trad. espanhola de Esther Diamante, Madrid, Editorial Gredos, 1994, p. 67.

¹⁰³ Paulo Osório, *Contributos para uma Caracterização Sintático-Semântica do Português Arcaico Médio*, Covilhã, UBI Editora, 2004, p. 234.

¹⁰⁴ Salvador Gutiérrez Ordóñez, *Principios de Sintaxis Funcional*, Madrid, Arco/libros, S.L., 1997, p. 100.

¹⁰⁵ Mário Vilela, *Gramática da Língua Portuguesa*, p. 290.

¹⁰⁶ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 151.

¹⁰⁷ Paulo Osório e Edson Ferreira Martins, *op. cit.*, p. 44.

¹⁰⁸ M. Cecília P. de Souza e Silva e Ingedore Villaça Koch, *Linguística Aplicada ao Português: Sintaxe*, São Paulo, Cortez Editora, 1998, p. 12.

O nível fónico e formal, por sua vez, alude ao valor entoacional e significativo da frase caracterizada pela existência de certos sinais gráficos, como o ponto final, de interrogação, exclamação. O nível estrutural e gramatical remete-nos para a relação estabelecida entre as palavras que constituem a frase. Os exemplos dados abaixo permitem verificar que cada frase contém um valor significativo diferente da outra, um sinal gráfico específico e um padrão posicional dos constituintes na frase diferente:

(26) A comunidade ajudou a família abandonada.

(27) O que fez a comunidade?

Nota-se que as duas frases se diferenciam do ponto de vista entoacional, intenção comunicativa e pela ordem dos constituintes, visto que a frase (26) é marcada graficamente por um ponto final, descreve e dá a conhecer um facto e os seus constituintes estão dispostos segundo a ordem direta, ou seja, segundo o sistema *SVO*. A frase (27), ao contrário, é marcada graficamente por um ponto de interrogação, o locutor formula uma questão ou pede uma informação e os constituintes estão dispostos segundo a ordem inversa ou derivada, ou seja, segundo o sistema *VSO*.

Apesar das diferenças observáveis entre as duas frases, a relação de dependência do par sujeito-verbo e o facto de o verbo se apresentar como o elemento nuclear são dois aspetos que determinam outros mecanismos de seleção categorial e funcional de qualquer frase em português, nomeadamente a concordância e a ordem dos constituintes. Por este facto, a frase também tem sido definida como «uma sequência de palavras numa determinada ordem, que satisfaz as regras e os princípios gramaticais da língua a que pertence, e que descreve uma situação do mundo sobre o qual se fala ou remete para ela»¹⁰⁹.

Considerando o rigor científico exigido a um trabalho desta natureza, seria importante referir, em forma de síntese, que o estudo acima delineado sobre a frase deve ser visto simplesmente como uma das várias possibilidades de abordagem deste assunto no amplo domínio da linguística, pois, e como reconhecem Annette Endruschat e Jürgen Schmidt-Radefeldt¹¹⁰, o conceito de frase depende da perspetiva linguística adotada. Assim, segundo estes autores, a frase, na literatura de especialidade, pode ser definida como:

- unidade constituída por sujeito e predicado (gramática tradicional);
- unidade independente da *langue* (estruturalismo);
- unidade linguística que é estabelecida pela estrutura valencial interna de um verbo (gramática dependencial);
- unidade de fala, ou seja, uma mensagem completa (pragmática, linguística do texto);
- unidade lógico-filosófica/lógico-cognitiva (lógica, psicolinguística);
- concatenação de formativos com estrutura hierárquica subjacente (gramática transformacional);
- signo linguístico (semiótica);

¹⁰⁹ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *Gramática do Português*, vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 306.

¹¹⁰ Annette Endruschat e Jürgen Schmidt-Radefeldt, *Introdução Básica à Linguística do Português*, trad. de António C. Franco, Lisboa, Edições Colibri, 2015, p. 121.

- unidade grafémica que começa com uma letra maiúscula e termina com sinais de pontuação.

1.2.1. Três critérios/três modos de classificar as frases

Notamos, em 1.2, que as frases podem apresentar uma organização estrutural, funcional e semântico-pragmática. Em nossa opinião, estas três formas de organização das frases podem ser encaradas como três critérios para a classificação da frase em português: um critério morfológico, sintático e, por último, um critério semântico-pragmático.

Assim, o critério morfológico faria alusão ao número de verbos existentes na frase, pois, tal como mencionamos no item anterior, os verbos constituem o núcleo da significação frásica. Nesta conformidade, poder-se-á falar de frases simples, quando constituídas por um verbo na forma simples ou perifrástica, ou melhor, «numa frase simples, o elemento central da predicação é um verbo que se combina com os seus argumentos de acordo com os padrões sintáticos da língua»¹¹¹ (28 a e b) e de frases complexas, quando constituídas por mais de um verbo na forma simples ou perifrástica¹¹² (29) e (30):

(28) a. O menino **vive** apenas com a mãe.

b. O menino **desejava ver** o seu pai.

(29) O menino **viu** o seu pai no Jardim Municipal **e alegrou-se** bastante.

(30) O menino **viu** o seu pai **quando chegou** ao Jardim Municipal.

Evanildo Bechara¹¹³ e Eduardo Paiva Raposo *et alii*¹¹⁴ afirmam que a noção de frases complexas alude exclusivamente a construções que resultam de estruturas de subordinação (conjunções subordinativas ou pronomes relativos). Deste modo, as frases que resultam de estruturas de coordenação (conjunções coordenativas) não seriam denominadas complexas, mas, sim, compostas, ao contrário do que se vem apresentando nas gramáticas tradicionais. Isto implica dizer que, em (29), estamos em presença de uma frase composta por conter uma conjunção coordenativa e, em (30), de uma frase complexa por conter ou ser formada por uma conjunção subordinativa.

Em Joaquim Mattoso Camara Jr.¹¹⁵, o critério sintático faz menção à natureza funcional do verbo tradicionalmente classificado em nominal, verbal e verbo-nominal. Com este critério, as frases serão denominadas nominais ou copulativas quando formadas por um verbo nominal, a subclasse verbal que, em Inês Duarte¹¹⁶, seleciona como complemento um sintagma nominal, adjetival, preposicional ou adverbial com a função sintática de predicativo de sujeito como em (31); verbais quando formadas por um verbo significativo, ou seja, por

¹¹¹ Inês Duarte, *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise*, p. 157.

¹¹² Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 153.

¹¹³ Evanildo Bechara, *op. cit.*, pp. 462-463.

¹¹⁴ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, pp. 314-316.

¹¹⁵ Joaquim Mattoso Camara Jr., *Princípios de Lingüística Geral: Introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa*, pp. 174-175.

¹¹⁶ Inês Duarte, *op. cit.*, p. 144.

um verbo que traz «uma ideia nova ao sujeito»¹¹⁷ como em (28), (29) e (30) e frases verbo-nominais quando formadas por um verbo significativo-nominal, ou melhor, por um verbo de natureza sintática mista como em (32):

(31) O menino **ficou** muito feliz.

(32) O menino **achou** o seu pai uma pessoa simpática.

Assim como sublinha Joaquim Mattoso Camara Jr., é possível constatar em Eduardo Raposo *et alii*¹¹⁸ que as frases nominais ou copulativas são de natureza estática e as verbais de natureza dinâmica, podendo, de modo idêntico, serem classificadas como frases estáticas e dinâmicas respetivamente.

Os tipos e as formas de frases seriam, assim, classificados segundo o critério semântico-pragmático, visto que «qualquer frase incorpora necessariamente uma certa função comunicativa, um determinado objetivo»¹¹⁹. Desta feita, Poder-se falar, contrastivamente, de frases declarativas vs. imperativas, afirmativas vs. negativas, interrogativas vs. exclamativas, ativas vs. passivas. Vale assinalar, por último, que toda a frase é constituída pelas seguintes propriedades estruturais: concordância, a ordem ocupada pelos seus constituintes e pela relação estabelecida entre os constituintes¹²⁰.

A propriedade da ordem ocupada pelos constituintes seria, em nossa opinião, um quarto critério para a classificação das frases. Sendo a língua portuguesa caracterizada pela existência de uma ordem direta, lógica ou habitual e por uma ordem inversa, ocasional ou derivada¹²¹, as frases podem ser diretas ou lógicas e inversas ou derivadas.

Em forma de síntese dos dois últimos itens estudados, pode-se considerar que toda a frase é construída por meio de uma ou mais forma verbal que, por sua vez, pode seleccionar um elemento externo realizado ou não lexicalmente que desempenha a função sintática de sujeito ou por um elemento interno que desempenha a função sintática de complemento. Por causa do valor funcional que exerce na frase, o verbo recebe, na tradição gramatical luso-brasileira, a designação de predicado, ou seja, «encarando o verbo como o elemento nuclear da frase, admite-se que tudo o que na frase se diz, direta ou indiretamente, se relaciona e está dependente do verbo»¹²².

¹¹⁷ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 177.

¹¹⁸ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *Gramática do Português*, vol. 2, pp. 1297-1299.

¹¹⁹ Mário Vilela, *op. cit.*, p. 308.

¹²⁰ Paulo Osório e Edson Ferreira Martins, *op. cit.*, p. 45.

¹²¹ Sobre a sintaxe da ordem em português, *vide* Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 582; Ataliba T. Castilho e Margarida Basílio (orgs.), *Gramática do Português Falado*, vol. 1, Campinas, UNICAMP, 4ª ed., 2002, p. 256.

¹²² Ana Alexandre Lázaro Vieira da Silva, *op. cit.*, p. 194.

1.2.2. Frase e Oração

Depois do estudo feito em 1.2 e 1.2.1, ocupar-nos-emos, neste particular, da descrição dos conceitos de frase e oração com o objetivo de contribuir para o esclarecimento e acessibilidade didático-pedagógica destes dois conceitos sintáticos.

Para Eduardo Paiva Raposo *et alii*¹²³, a oração e a frase são conceitos afins por veicularem um conteúdo proposicional e por conterem um verbo como elemento nuclear. Em termos diferenciais, estes autores são de opinião de que as orações não têm necessariamente um verbo no modo finito e não possuem necessariamente a capacidade de funcionarem como estruturas autónomas. Vejamos, por meio das construções apresentadas em (33), como estas noções podem ser compreendidas:

- (33) a. A senhora **leu** os antigos bilhetes.
- b. A senhora disse **que leu os antigos bilhetes**.
- c. A senhora, **que leu os antigos bilhetes**, recordou-se do esposo.

Em (33 a), há uma única forma verbal que constitui o núcleo predicativo e funcional do enunciado, visto que, se o verbo estivesse fora do resto da construção, haveria um vazio sintático a ilustrar uma sequência de palavras, porém, sem qualquer valor significativo e contextual. Por outro lado, mesmo se no respetivo enunciado não houvesse a realização lexical do sujeito (*a senhora*), o verbo traria em si a marca do sujeito¹²⁴. Assim sendo, no exemplo em análise, a oração identifica-se com a frase, ou seja, ela é «a frase ou membro da frase que se biparte normalmente em sujeito e predicado»¹²⁵. Daí que, em Evanildo Bechara, se considere a oração como a estrutura que «representa o objeto mais propício à análise gramatical, por melhor revelar as relações que seus componentes mantêm entre si»¹²⁶.

As expressões em negrito em (33 b e c) não podem funcionar como estruturas autónomas apesar de possuírem uma forma verbal no modo finito. Elas integram a chamada frase matriz e desempenham nela uma determinada função sintática: complemento direto em (33 b) e aposto em (33 c). Neste caso, oração e frase não têm o mesmo valor proposicional e sintático porque a oração *que leu os antigos bilhetes* é uma estrutura integrante e dependente da frase matriz: «toda a frase é uma oração, mas o inverso não é verdadeiro: ou seja, nem todas as orações constituem frases»¹²⁷. Ou seja, la oración, escreve Ángel Alonso-Cortés, «es la categoría sintáctica por excelência que permite establecer generalizações linguisticamente pertinentes y caracterizar así tanto el comportamiento de las palabras como las relaciones que se establecen entre ellas»¹²⁸.

¹²³ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *Gramática do Português*, vol. 1., p. 157.

Para estes autores, uma frase é uma sequência sintática cujo núcleo verbal está no modo indicativo ou imperativo. Julgamos que se trata de uma proposta passível de discussão. Por isso, decidimos não adotar nesta dissertação. Ficamos com a ideia geral de que o núcleo verbal deve estar numa forma finita.

¹²⁴ Trata-se do sujeito morfológico referido, por exemplo, em José António Martínez, *La Oración Compuesta y Compleja*, Madrid, Arco Libro, S.L., 1999, pp. 26-27.

¹²⁵ Rocha Lima, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, p. 234.

¹²⁶ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 407.

¹²⁷ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, p. 314.

¹²⁸ Ángel Alonso-Cortés, *op. cit.*, p. 247.

1.2.2.1. Orações simples, compostas e complexas

Nas três alíneas analisadas de (33), a primeira construção diferencia-se das outras por conter uma única forma verbal e por não ser marcada por qualquer estrutura de coordenação ou de subordinação como o *que* integrante e relativo. Isto faz com que, à semelhança da abordagem feita sobre as frases quanto ao critério morfológico, a construção (33 a) seja encarada como uma oração simples e as construções (33 b e c) sejam encaradas, grosso modo, como orações complexas.

Também foi possível constatar, em 1.2.1, que recebem a designação de orações complexas somente as construções formadas por meio de uma conjunção subordinativa ou pronome relativo, estabelecendo entre si relações de dependência. Nestas construções, há uma oração que não é capaz de funcionar como estrutura autónoma e, por isso, funciona como um elemento sintático da outra (33 b e c). Não obstante, as construções, que apresentam um padrão diferente destas relativamente à forma, função e à significação, recebem a designação de orações compostas, porque, na base da constituição das mesmas, está uma conjunção coordenativa, o que faz com que funcionem como estruturas sintáticas autónomas (34):

- (34) a. A senhora leu os antigos bilhetes e recordou-se do esposo.
- b. A senhora leu os antigos bilhetes, **mas** não se recordou do esposo.
- c. A senhora leu os antigos bilhetes **ou** não se recordou do esposo.

Nos exemplos dados, há duas orações introduzidas por conjunções coordenativas e, na eventualidade de serem separadas, podem funcionar de maneira autónoma por não haver, entre as duas orações, dependência significativo-funcional e pelo facto de nenhuma oração funcionar como complemento da outra, ou seja, ambas se regem por si mesma. Assim sendo, dos três exemplos ilustrados em (34) podem resultar mais três exemplos com independência funcional e significativa:

- (35) a. A senhora leu os antigos bilhetes.
- b. Recordou-se do esposo.
- c. A senhora leu os antigos bilhetes.
- d. Não se recordou do esposo.
- e. A senhora leu os antigos bilhetes.
- f. Não se recordou do esposo.

Tradicionalmente, orações compostas são equivalentes às orações coordenadas e as complexas às subordinadas. Por conseguinte, as orações compostas são classificadas segundo o critério de presença, ausência ou de redobro da conjunção regente. Assim sendo e a exemplo do que se refere em Mário Vilela¹²⁹, estas orações podem ser monossindéticas quando marcadas pela presença de uma conjunção (34); assindéticas quando marcadas apenas

¹²⁹ Mário Vilela, *op. cit.*, p. 378.

por vírgula e sem a realização lexical da conjunção (36 a) ou polissindéticas quando marcadas pelo redobro da conjunção (36 b):

- (36) a. Caiu tanta chuva, a casa ficou inundada, os vizinhos chegaram.
- b. Caiu tanta chuva e a casa ficou inundada e os vizinhos chegaram.

Nas orações complexas, tal como já vimos, há uma oração regente, independente ou subordinante e uma oração regida, dependente ou subordinada propriamente dita que, em Celso Cunha e Lindley Cintra¹³⁰, funciona como um elemento essencial, integrante ou acessório da oração subordinante. Por isso, a oração subordinada, em relação à oração subordinante, pode desempenhar diferentes funções sintáticas como a de sujeito (37 a), complemento nominal com valor atributivo (37 b) ou de adjunto adverbial (37 c):

- (37) a. É verdade **que a senhora se recordou do esposo**.
- b. A senhora leu os bilhetes **que andavam na gaveta**.
- c. A senhora leu os bilhetes **a fim de se recordar do esposo**.

Tal como o valor sintático que desempenham no resto da frase, as orações subordinadas podem ser reduzidas a um substantivo, adjetivo ou a um advérbio. No domínio da gramática funcional espanhola da Escola de Oviedo, a redução oracional a diferentes categorias gramaticais recebe a designação de transposição sintática¹³¹. Vejamos o contraste existente entre (37) e (38):

- (38) a. É verdade/verdadeira **a recordação da senhora**.
(Substantivo)
- b. A senhora leu os bilhetes **engavetados/guardados**.
(Adjetivo)
- c. A senhora leu os bilhetes **amorosamente**.
(Advérbio)

Considerando o que se delineou acima, justificar-se-ia que, em Celso Cunha e Lindley Cintra¹³², Evanildo Bechara¹³³ e Eduardo Paiva Raposo *et alii*¹³⁴, as orações complexas ou subordinadas sejam classificadas a partir da categoria morfológica da palavra reduzida: orações substantivas (37 a), adjetivas (37 b) e adverbiais (37 c).

Antes da apresentação do quadro sinótico sobre tudo quanto se discutiu nesta subsecção, convém mencionar que, ao contrário das orações coordenadas, as orações subordinadas não podem ser separadas das subordinantes. Se de (34) resultaram seis enunciados autónomos, o mesmo não sucede com (37), conforme se pode constatar do seguinte exercício de fragmentação oracional:

- (39) a. É verdade que a senhora se recordou do esposo.
- b. *Que a senhora se recordou do esposo.
- c. A senhora leu os antigos bilhetes que andavam na gaveta.

¹³⁰ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 742.

¹³¹ Vide, por exemplo, Salvador Gutiérrez Ordóñez, *op. cit.*, pp. 153-195.

¹³² *Idem, ibid.*, p. 743.

¹³³ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 463.

¹³⁴ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *Gramática do Português*, vol. 2, p. 1716.

d. *Que andavam na gaveta.

e. A senhora leu os bilhetes a fim de se recordar do esposo.

f. *A fim de se recordar do esposo.

O seguinte quadro apresenta, de maneira sintética, o resultado da abordagem feita sobre orações simples, compostas e complexas:

Orações		
Simples	Compostas	Complexas
<p>1. Contêm um único verbo ou perífrase verbal como núcleo da significação:</p> <ul style="list-style-type: none"> A alegria voltou àquela casa/A alegria está a voltar àquela casa. <p>2. Não são introduzidas por nenhuma partícula de ligação oracional (conjunções ou pronomes relativos):</p> <ul style="list-style-type: none"> A alegria voltou àquela casa. 	<p>0. Contêm duas ou mais formas verbais com autonomia sintática e significativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> A alegria voltou àquela casa, mas o pai continua ausente. <p>1. São ligadas por uma conjunção coordenativa com ou sem realização lexical:</p> <ul style="list-style-type: none"> A alegria voltou àquela casa, mas o pai continua ausente. <p>2. São orações são com independência sintática e significativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> A alegria voltou àquela casa; O pai continua ausente. 	<p>1. Contêm duas ou mais formas verbais em que uma das quais depende da outra:</p> <ul style="list-style-type: none"> A alegria voltou àquela casa, embora o pai continue ausente. <p>2. São ligadas por uma conjunção subordinativa ou por um pronome relativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> A alegria regressou àquela casa, embora o pai continua ausente/ A Alegria voltou àquela casa que estava inundada. <p>3. Há uma oração dependente (subordinada) da outra e não pode funcionar de forma autónoma por ser um termo essencial, integrante ou acessório da oração subordinante:</p> <ul style="list-style-type: none"> A alegria voltou àquela casa; *Que estava inundada.

Quadro sinótico n.º 2 Frase e oração

1.2.3. Constituintes da frase

Para Ángel Alonso-Cortés, «une constituyente de una frase es una secuencia de una o más categorías que tiene cohesión sintáctica»¹³⁵. Foi com base nesse prisma que, em 1.2.2, definimos o sujeito e o predicado como os constituintes essenciais ou nucleares da frase. De acordo com a tradição gramatical luso-brasileira, a frase pode conter outros constituintes que funcionam como determinantes, modificadores e complementos do sujeito e do predicado.

Em Eugenio Martín¹³⁶, os determinantes são definidos como categorias que especificam a interpretação de um nome e que ocupam a posição à esquerda do núcleo nominal, ou seja, representam as principais classes de palavras gramaticais (artigos, numerais, pronomes demonstrativos e possessivos) que precedem um nome com o qual concordam em género e número (40):

- (40) a. A casa era morada mais da noite do que o dia
- b. A **nossa** casa era morada mais da noite do que o dia.
- c. **Esta** casa carece de **toda** a ajuda possível.
- d. **Aquela** família viu **uma** noite sem descanso.

Os complementos são, pois, constituintes selecionados por uma expressão nominal ou verbal com a função sintática de sujeito ou predicado para delimitar ou integrar a significação da respetiva expressão verbal ou nominal, ou melhor, «o complemento é, pela sua natureza, um elemento incidente sobre o núcleo. Não se trata de uma mera expansão daquele, mas um complemento que participa na construção da estrutura em causa»¹³⁷ conforme se ilustra em (41 a e b). Assim sendo, é possível considerar, de maneira precisa, que os modificadores são palavras que funcionam como predicadores ou qualificadores de diferentes categorias gramaticais, nomeadamente nomes (41 c e d), verbos (41 e e f) e adjetivos:

- (41) a. A nossa casa significava **felicidade**.
- b. A nossa casa era **feliz**.
- c. A nossa casa era morada **da noite**.
- d. A casa **inundada** era morada da noite
- e. A água da chuva corria **muito**.
- f. E nós gritávamos **infinitamente**.

A seguir, procuraremos descrever a natureza morfossintática do sujeito e do predicado enquanto constituintes nucleares da frase, o que viabilizará, de certo modo, a descrição, nas outras subsecções, dos complementos e modificadores da frase.

¹³⁵ Ángel Alonso-Cortés, *op. cit.*, p. 364.

¹³⁶ Eugenio Cascón Martín, *Sintaxis: Teoría y Práctica del Análisis Oracional*, Madrid, Editorial Edinumen, 2000, pp. 16-17.

¹³⁷ Ana Alexandra Lázaro Vieira da Silva, *op. cit.*, p. 193.

1.2.3.1. Sujeito

A nível da especialidade, o sujeito tem sido definido sob três perspetivas: semântica, sintática e pragmática. Contudo, em função da natureza do objeto do nosso estudo, não nos ocuparemos da perspetiva pragmática. Comparemos, para a descrição e compreensão do sujeito, as seguintes frases:

(42) **Estas cartas** expressão a vontade do nosso pai.

(43) **Estas cartas** o nosso pai escreveu antes de sair.

Nos dois exemplos, o sintagma *estas cartas* constitui a expressão «sobre a qual se diz alguma coisa»¹³⁸, ou seja, é sobre o sintagma *estas cartas* que se afirma, que se poderia questionar ou negar¹³⁹. Relativamente à relação sintática do sintagma em questão com o verbo, poder-se sublinhar o seguinte: em (42), é a expressão que controla, desencadeia ou determina a concordância verbal¹⁴⁰, tal como se considera em Evanildo Bechara¹⁴¹, Celso Cunha e Lindley Cintra e Afonso Miguel¹⁴²; em (43), todavia, a concordância verbal é determinada por outro sintagma, isto é, pela expressão *o nosso pai*.

Vemos que, em (42), o ser sobre o qual se diz alguma coisa é, em simultâneo, a expressão que controla ou desencadeia a concordância verbal, ao contrário do que se observa em (43) porque, neste particular, o ser sobre o qual se diz alguma coisa não é a expressão que controla a concordância verbal. Assim, há, no primeiro caso, um sujeito gramatical que, segundo Inês Duarte, designa as propriedades de codificação morfológica e sintática¹⁴³, ou melhor, é o sujeito que determina a concordância verbal. No segundo caso, há um sujeito semântico que representa a entidade que faz referência à predicação do enunciado¹⁴⁴ ou «o tema do que se vai comunicar»¹⁴⁵.

Com base nesse valor significativo e funcional do sujeito, Inês Duarte considera que os linguistas de orientação funcionalista e generativista introduziram no domínio dos estudos sintáticos e semânticos a noção de tópico como um conceito análogo ao sujeito¹⁴⁶: «O constituinte com a função textual de tópico encontra-se numa posição periférica, à esquerda do domínio interpretado como comentário, e é um constituinte distinto que mantém a relação gramatical de sujeito»¹⁴⁷.

¹³⁸ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, vol. 1, p. 352.

¹³⁹ Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 2003, p. 282.

¹⁴⁰ Cf. Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 410.

¹⁴¹ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 156.

¹⁴² Afonso Miguel, *Sobre a Indeterminação de Sujeito e Voz Passiva em Português Europeu*, Luanda, Mayamba, 2013, p. 33.

¹⁴³ Inês Duarte, *A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições de Movimento*, p. 29.

¹⁴⁴ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, p. 354.

¹⁴⁵ Joaquim Mattoso Camara Jr., *op. cit.*, p. 176.

¹⁴⁶ Inês Duarte, *op. cit.*, pp. 72-73.

¹⁴⁷ *Idem*.

Nos trabalhos realizados por investigadores portugueses sobre a topicalização¹⁴⁸, considera-se a existência de dois tipos de construções topicalizadas: construções de tópico não marcado em que o sujeito coincide com o tópico e construções de tópico marcado em que o sujeito não coincide com o tópico. Assim, em (40), o sintagma *estas cartas* é o sujeito e o tópico da frase e, em (41), é o tópico frásico, conforme, além dos autores supracitados, vem expresso em F. Palmer: «Para uma palavra ou frase ser tópico tem de estar marcada, o que só acontece se não ocupar a posição habitual»¹⁴⁹.

1.2.3.1.1. Sujeito realizado e nulo

Em termos lexicais, Maria Helena Mira Mateus *et alii* escrevem que o sujeito é o termo ou o argumento externo do predicador¹⁵⁰. Neste sentido, Afonso Miguel¹⁵¹, na sequência do trabalho realizado por João Andrade Peres e Telmo Mória¹⁵², pauta por uma caracterização do sujeito em realizado e não realizado. Com base nisso, o sujeito será realizado ou explícito quando estiver representado lexicalmente por um substantivo, pronome, expressão substantivada ou por uma oração substantiva/completiva:

- (44) a. **O pai** contou-me a nossa história.
- b. **Ele** contou-me a nossa história.
- c. **O decidir do pai** mudou a nossa história.
- d. É verdade que **a decisão do pai** mudou tudo.

Tal como se pode observar nos exemplos dados, o sujeito pode ser representado por um substantivo (44 a), um pronome (44 b), uma expressão substantivada (44 c) ou por uma oração substantiva/completiva (44 d). Deste modo, há, nos exemplos em alusão, um sujeito realizado ou explícito nominal (44a), pronominal (44 b), substantivado (44 c) e um sujeito oracional ou frásico (44 d). Estes quatro tipos de sujeito podem, de igual forma, ser subdivididos em simples ou compostos segundo o «critério de presença ou ausência de um operador de conjunção copulativa»¹⁵³.

Em todas as frases em análise, o sujeito é simples por ser constituído por um único nome, pronome, expressão substantivada e por uma única oração substantiva/completiva, ao passo que em (45) as expressões em negrito integram o sujeito composto por estarem formadas por mais de um substantivo, pronome, expressão substantivada e por mais de uma oração substantiva/completiva e, portanto, unidas por uma estrutura de coordenação:

- (45) a. **O pai e a vizinha** contaram-me a nossa história.
- b. **Ele e ela** contaram-me a nossa história.

¹⁴⁸ *Idem, ibid.*, p. 31; Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *op. cit.*, p. 491; Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, *op. cit.*, vol. 2, p. 403.

¹⁴⁹ F. R. Palmer, *A Semântica*, Lisboa, Edições 70, 1976, p. 163.

¹⁵⁰ Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *op. cit.*, p. 278.

¹⁵¹ Afonso Miguel, *op. cit.*, p. 29.

¹⁵² João Andrade Peres e Telmo Mória, *op. cit.*, p. 47.

¹⁵³ Afonso Miguel, *op. cit.*, p. 30.

c. **O decidir do pai e o aconselhar da vizinha** determinaram para mudança da nossa história.

d. É certo que **a decisão do pai mudou a nossa história e que a nossa casa jamais será a mesma.**

As palavras substantivadas em negrito em (44 c) e (45 c) integram uma forma verbal precedida de artigo, tornando-a num substantivo propriamente dito e com a função sintática de sujeito. Por esta razão, Manuel Rodrigues Lapa emprega a expressão *verbo substantivo* para fazer referência a infinitivos que perdem noção de ato verbal e que passam a designar verdadeiros substantivos¹⁵⁴. O sujeito pronominal, por sua vez, também pode ser subdividido em pessoal (45 b), indefinido (46 a), demonstrativo (46 b) ou interrogativo (46 c):

(46) a. **Nada** mudaria sem aquela decisão.

b. **Isso** nunca mais será recordado.

c. **Quem** abandonou a sua casa?

Na tradição gramatical luso-brasileira, só as três formas retas ou nominativas dos pronomes pessoais (*eu, tu, ele, nós, vós e eles*) podem funcionar como sujeito. Além destas formas, temos assistido à inserção de mais duas formas retas no quadro dos pronomes pessoais do português: *você e a gente*. A primeira forma é um pronome pessoal propriamente dito, embora seja encarada, por motivações didático-pedagógicas, como uma forma de tratamento e não como um pronome pessoal. A segunda forma, assim como a primeira, não deixa de pertencer à classe dos pronomes pessoais, pois, segundo o que se refere em Sandra Maria de Brito Pereira¹⁵⁵ e Maria Vasconcellos de Paiva Sória¹⁵⁶, é um morfema que possui interpretação pronominal de primeira pessoa de plural e arbitrária, denota ausência de sentido composicional, a sua sintaxe é igual à dos pronomes, o seu género é determinado por interpretação e não por especificação, bem como contém propriedades de concordância. Em todo o caso, ambas as formas se caracterizam por apresentarem um comportamento sintático e semântico arbitrário por serem, por um lado, morfemas de indeterminação do sujeito conforme mencionaremos mais adiante e, por outro lado, por serem morfemas cuja pessoa pronominal não concorda com a pessoal verbal. Daí que, em Eduardo Paiva Raposo *et alii*¹⁵⁷, se opte por uma distinção metodológica entre pessoa semântica e pessoa gramatical no estudo destas duas formas pronominais.

O quadro dos pronomes pessoais retos, descrito no parágrafo anterior, tem apresentado cada vez mais restrições quanto à sua realização. No Brasil, segundo Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz¹⁵⁸ e Luiz Carlos Travaglia¹⁵⁹, os pronomes da segunda pessoa *tu* e *vós* realizam-se principalmente na região sul (Rio Grande do Sul e

¹⁵⁴ Manuel Rodrigues Lapa, *Estilística da Língua Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 11ª ed., 1984, p. 174.

¹⁵⁵ Sandra Maria de Brito Pereira, *Gramática Comparada de a gente: Variação no Português Europeu*, Dissertação de Mestrado em Linguística, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2003, p. 13.

¹⁵⁶ Maria Vasconcellos de Paiva Sória, *Nós e a gente e o sujeito nulo de primeira pessoa do plural*, Dissertação de Mestrado em Linguística, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2013, pp. 69-73.

¹⁵⁷ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, vol. 1, pp. 899-900.

¹⁵⁸ Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Luz, *op. cit.*, p. 487.

¹⁵⁹ Luiz Carlos Travaglia, *op. cit.*, p. 72.

Maranhão). Por conseguinte, em Portugal, o pronome *vós* também está a entrar gradualmente no arquivo linguístico românico. Por isso, para Joaquim Mattoso Camara Jr., trata-se, na verdade, de um quadro que não se realiza de modo completo e exato em nenhuma região da língua portuguesa¹⁶⁰.

Os sujeitos não realizados ou nulos, nesta dissertação, serão subdivididos em dois grupos: o primeiro integrará os sujeitos que ocorrem sem realização lexical e fónica e o segundo integrará aqueles sujeitos que ocorrem sem realização lexical e fónica, bem como aqueles que têm realização lexical e fónica como é o caso das estruturas formadas pelo pronome *you* e a locução pronominal *a gente* em posição reta. Assim, o primeiro grupo será constituído pelos sujeitos subentendido e expletivo e o segundo unicamente pelo sujeito indeterminado.

Em (47), verifica-se que o sujeito não está representado lexicalmente, porém, pode ser identificado com bastante facilidade, ou seja, por meio da pessoa verbal (47 a) ou da retoma (anaforização) do sujeito expresso na primeira oração (47 b). Justifica-se, assim, o facto de este tipo de sujeito receber a designação de sujeito subentendido, oculto ou argumental na tradição gramatical luso-brasileira¹⁶¹:

- (47) a. [] **Conheces** o meu maior desejo.
b. O pai faz-nos muita falta aqui. [] **Prometeu** voltar brevemente.

Tendo em consideração a natureza sintática deste tipo de sujeito, Evanildo Bechara refere que «não se pode falar, a rigor, de elipse do sujeito quando aparece apenas o núcleo verbal da oração, já que ele aparece sempre presente na forma verbal flexionada no morfema que representa o sujeito gramatical»¹⁶². A pessoa verbal constitui em si o que em 1.2 denominamos por sujeito morfológico. De igual modo, vemos que, nas frases abaixo, há um vazio lexical e fónico na posição habitual do sujeito, que é à esquerda do verbo:

- (48) a. [] **Chovia** bastante na localidade inundada.
b. [] **Há** mais casas inundadas naquela localidade.
c. [] **Era** uma época de chuva naquela localidade.

Nos exemplos supracitados, nota-se, com efeito, a nulidade lexical e fónica na fronteira inicial de cada frase, mas, ao contrário do que se referiu sobre os enunciados de (47), o sujeito não pode ser identificado pela pessoa verbal ou pelo mecanismo de retoma (anaforização) por causa da natureza sintática e semântica dos respetivos verbos. Por isso, neste tipo de construção, o sujeito denomina-se impessoal¹⁶³, expletivo, vazio ou aparente¹⁶⁴, ou seja, é um subtipo de sujeito que, em Ernestina Carrilho¹⁶⁵, é definido como sendo de natureza não-referencial (não dispõe de referência intrínseca nem a adquire

¹⁶⁰ Joaquim Mattoso Camara Jr., *Estrutura da Língua Portuguesa*, p. 119.

¹⁶¹ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 165; Rocha Lima, *op. cit.*, p. 235; Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *op. cit.*, p. 282.

¹⁶² Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 409.

¹⁶³ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 167.

¹⁶⁴ Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *op. cit.*, p. 282.

¹⁶⁵ Ernestina Carrilho, «Expletivos do Português Europeu em foco: a evidência dos dados», in Associação Portuguesa de Linguística, *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Coimbra, APL, 2001, p. 130.

contextualmente), de vacuidade semântica (não recebe papel temático) e de identidade morfológica com uma forma pronominal ou adverbial: «A fairly usual notion of expletive thus applies to elements that (i) have pronominal status; and are otherwise characterized by their (ii) non-referentiality; and (iii) semantic vacuity»¹⁶⁶.

Do ponto de vista estrutural e funcional¹⁶⁷, o sujeito expletivo é regido por verbos atmosféricos (46 a), pelo verbo *haver* com o valor de existência (46 b), ou pelo verbo *ser* indicando tempo como (46 c), por verbos de elevação, aqueles que representam «um pequeno número de predicadores da oração subordinante cujo membro mais típico é o verbo *parecer*»¹⁶⁸, bem como pelos verbos *haver*, *fazer* e *ir* em situações que indicam tempo decorrido¹⁶⁹:

- (49) a. [] **Parece** que a chuva inundou aquela localidade.
- b. [] **Há** duas semanas que a chuva inundou aquela localidade.
- c. [] **Faz** duas semanas que a chuva inundou aquela localidade.
- d. [] **Vai** para duas semanas que a chuva inundou aquela localidade.

De acordo com Rocha Lima, a impessoalidade dos verbos *haver* e *fazer* também se estende aos auxiliares que com eles formam perífrases¹⁷⁰ conforme se ilustra em (49):

- (49) e. [] **Costuma haver** chuva catastrófica naquela localidade.
- f. [] Não **deveria haver** chuva catastrófica naquela localidade.
- g. [] **Pode fazer** duas semanas a chover naquela localidade.

Já se referiu que o sujeito indeterminado pode ocorrer sem realização lexical nos casos em que «o verbo não se refere a nenhuma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação»¹⁷¹ e, segundo o que se propõe em Afonso Miguel, ocorre com realização lexical nos casos em que a expressão nominal ou pronominal apresenta um valor genérico ou impessoal¹⁷². A partir do que se diz neste autor e em Maria Helena Mira Mateus *et alii*¹⁷³, poder-se considerar que o sujeito indeterminado sem realização lexical ocorre com o clítico impessoal ou nominativo *se* e com o verbo na terceira pessoa do singular (50 a) ou do plural (50 b), com o verbo na segunda pessoa do singular em frases com interpretação genérica (50 c), com o infinito não flexionado (50 d) ou com o verbo na primeira pessoa do plural (50 e):

- (50) a. [] **Fala-se** da chuva que inundou aquela localidade.
- b. [] **Falam** da chuva que inundou aquela localidade.
- c. [] **Falas** sempre da chuva que inundou aquela localidade.
- d. [] **Falar** sempre da chuva desanima a família sinistrada.

¹⁶⁶ Ernestina Carrilho, *Expletive in European Portuguese Dialects*, Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2005, p. 11.

¹⁶⁷ Conservamos aqui a expressão verbos impessoais adotada na tradição gramatical luso-brasileira, pois, segundo Lucien Tesnière, *op. cit.* p. 413, em vez de impessoais, seriam designados verbos avalentes ou sem atantes pelo facto de poderem ser realizados no modo finito pessoa (indicativo e conjuntivo) e no modo impessoal (infinitivo, gerúndio, participípio).

¹⁶⁸ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, vol. 2, p. 1950.

¹⁶⁹ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 168.

¹⁷⁰ Rocha Lima, *op. cit.*, p. 236.

¹⁷¹ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 166.

¹⁷² Afonso Miguel, *op. cit.*, pp. 69-70.

¹⁷³ Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *op. cit.*, p. 283.

e. [] **Falamos** o essencial sobre a família sinistrada.

A indeterminação do sujeito com realização lexical, por sua vez, pode ocorrer com o pronome *você* (51 a), a locução pronominal *a gente* em (51 b) e com expressões nominais e pronominais denominadas impessoais em Afonso Miguel¹⁷⁴ como *a/uma pessoa* (51 c), *o indivíduo, o fulano, sicrano ou beltrano* (51 d) e *eles, alguém ou ninguém* (51 e):

(51) a. **Você** fala com frequência da chuva desastrosa.

b. **A gente** fala com frequência da chuva desastrosa.

c. **A pessoa** deve cuidar-se do mau clima.

d. **O fulano** continua a falar da chuva desastrosa.

e. **Eles** pensam em mudar de localidade.

Nos exemplos acima, todas as expressões, que formam o sujeito indeterminado, regem o verbo na terceira pessoa do singular ou plural, o que justifica o facto de em Émile Benveniste a terceira pessoa ser encarada como uma não-pessoa por não fazer parte das instâncias do discurso¹⁷⁵.

Importa assinalar, em forma de síntese, que o sujeito pode ser classificado a partir de três critérios linguísticos: sintático do qual surge a noção de sujeito gramatical que controla a concordância verbal; semântico do qual surge a noção de sujeito semântico/tópico frásico ou a entidade de que se fala, questiona ou se nega e o critério lexical do qual resultam as noções de sujeito realizado (nominal, pronominal, substantivado ou oracional) e de sujeito nulo ou vazio que, por sua vez, se subdivide em impessoal ou expletivo, subentendido ou oculto e indeterminado.

1.2.3.2. Predicado

No estudo realizado sobre a frase e sobre o sujeito, foi possível observar que o verbo se apresentava como a classe gramatical de que dependia a significação de um enunciado em construções de sujeito realizado ou de sujeito nulo. Com base nisso, não seriam consideradas frases funcionais em português se todos os enunciados de (51) estivessem desprovidos de verbos, tal como se pode depreender da retoma feita em (52):

52 a. **Você** [] com frequência da chuva desastrosa.

b. **A gente** [] com frequência da chuva desastrosa.

c. **A pessoa** [] do mau clima.

d. **O fulano** [] da chuva desastrosa.

f. **Eles** [] de localidade.

Conforme se verifica, a ausência de formas verbais nos exemplos em voga coloca-nos diante de um conjunto de palavras que não constituem frases por não transmitirem nenhum conteúdo proposicional. Não se pretende, com isso, dizer se as construções em análise estão corretas ou incorretas, mas, sim, se são ou não linguisticamente reconhecidas como

¹⁷⁴ Afonso Miguel, *op. cit.*, p. 70.

¹⁷⁵ Émile Benveniste, *O Homem na Linguagem*, Lisboa, Veja, 2ª ed., 1992, p. 46.

funcionais na língua portuguesa, conforme sublinha André Martinet: «Será considerado como linguístico todo rasgo que caracterice propriamente a una lengua determinada. Entre los rasgos que se ajustan a estas bases, será pertinentes aquellos que contriuyan a assegurar la comunicación linguística»¹⁷⁶. A presença de uma forma verbal nas respetivas construções torná-las-ia, pois, estruturas funcionais em português. Por isso, numa oração ou frase simples, considera Inês Duarte, «o sintagma verbal, a expressão que tem como constituinte central o verbo e que denota uma propriedade ou relação, dinâmica ou não dinâmica, tem a função sintática de predicado»¹⁷⁷. Isto significa que o predicado é o centro estrutural da construção frásica com a função de determinar o conteúdo geral do enunciado¹⁷⁸.

1.2.3.2.1. Predicado simples e complexo

Num primeiro plano, veremos, por meio das construções apresentadas em (53), que o predicado pode ser estudado a partir da sua composição morfológica, o que justifica, assim, a sua classificação em simples e complexo a exemplo do que se propõe em Annete Endruschat e Jürge Schmidt-Radefeldt¹⁷⁹:

- (53) a. Aquela localidade **conheceu** outros dias.
- b. Aquela localidade **havia conhecido** outros dias.
- c. Aquela localidade agora **está** diferente.
- d. Aquela localidade agora **está a ficar** diferente.

Em (53 a e c), o predicado é simples por conter uma única forma verbal e em (53 b e d) é complexo por conter mais de uma forma verbal. A noção de predicado complexo associa-se à noção de perífrase verbal que, na tradição gramatical luso-brasileira, é formada por um verbo auxiliar no modo finito seguido de uma das três formas nominais do verbo como o particípio passado (53 b), infinitivo impessoal (53 d) ou gerúndio¹⁸⁰ (53 e):

- (53) e. Aquela localidade agora **está ficando** diferente.

Em Eduardo Paiva Raposo *et alii*¹⁸¹, propõe-se uma classificação de perífrases verbais em simples quando constituídas por um único verbo auxiliar seguido de uma forma nominal do verbo (51 b e d) e complexas quando constituídas por dois ou mais verbos auxiliares seguido de uma forma não finita do verbo (53 f):

- (53) f. Aquela localidade **pode ter estado a conhecer** outros dias.

¹⁷⁶ André Martinet, *Estudios de Sintaxis Funcional*, trad. espanhola de Esther Diamante, Madrid, Gredos, 1978, pp. 47-48.

¹⁷⁷ Inês Duarte, *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise*, p. 139.

¹⁷⁸ Mário Vilela, *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*, p. 174.

¹⁷⁹ Annete Endruschat e Jürge Schmidt-Radefeldt, *op. cit.*, p. 123.

¹⁸⁰ Denominado particípio presente no âmbito da gramática latina. Vide Leo Stock, *Gramática Latina*, Lisboa, Editorial Presença, 2009.

¹⁸¹ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, vol. 2, pp. 1225-1226.

1.2.3.2.2. Predicado verbal, nominal e verbo-nominal

Ao contrário da análise de índole morfológica feita no desenvolvimento precedente, há, nas últimas frases estudadas, um predicado verbal (51 a e b) formado por um verbo significativo, bem como um predicado nominal (51 c, d e e) formado por um verbo nominal, copulativo, predicativo ou de significação indefinida¹⁸². A generalidade das gramáticas tradicionais apresenta uma subdivisão dos verbos que compõem o predicado verbal em transitivos e intransitivos. Vejamos, por meio dos seguintes exemplos, a natureza sintática destas duas subclasses de verbos:

- (54) a. A minha mãe **guardava os bilhetes**.
- b. A minha mãe **ensinava aos meus irmãos**.
- c. A minha mãe **guardava**.
- d. A minha mãe **ensinava**.

Nas duas primeiras alíneas de (54), a ação expressa pelos verbos em negrito avança, transita ou recai para um objeto¹⁸³, ou seja, os verbos, cuja ação transita ou requer um complemento/objeto, tal como reconhecem João Andrade Peres e Telmo Mória, recebem a designação de transitivos¹⁸⁴. Contudo, nas duas últimas alíneas de (54), a ação expressa pelos verbos em negrito não avança nem seleciona constituintes como complementos. Com base nisso, recebem, no dizer de Mário Vilela, a designação de verbos intransitivos, isto é, aqueles que «apenas exigem o sujeito para construir frases»¹⁸⁵.

O número de complementos existentes em (54 a e b) permite subdividir a subclasse dos verbos transitivos em diretos quando regem um complemento/objeto sem o auxílio preposicional (54 a), indiretos quando regem um complemento/objeto por meio de uma preposição (54 b), ditransitivos ou birregenciais quando selecionam simultaneamente um complemento/objeto não preposicionado e um complemento/objeto preposicionado em (54 e):

- (54) e. A mãe **ensinava a sua experiência aos meus irmãos**.

Na tradição gramatical luso-brasileira, o constituinte sintático selecionado pelos verbos transitivos diretos chama-se complemento/objeto direto (54 a) e o constituinte sintático selecionado pelos verbos transitivos indiretos chama-se complemento/objeto indireto (54 b). Assim sendo, nas construções com verbos ditransitivos, haverá, ao mesmo tempo, um complemento/objeto direto e indireto (54 e), ao passo que nas construções com verbos intransitivos não haverá nem complemento/objeto direto nem complemento/objeto indireto por serem de seleção argumental zero, conforme assinalam, de forma sintética, Maria Henriqueta Campo e Maria Francisca Xavier:

¹⁸² Cf. Rocha Lima, *op. cit.*, p. 238; Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 177.

¹⁸³ Manuel Rodrigues Lapa, *op. cit.*, p. 178.

¹⁸⁴ João Andrade Peres e Telmo Mória, *op. cit.*, p. 209.

¹⁸⁵ Mário Vilela, *op. cit.*, p. 34.

Em termos tradicionais, definimos os verbos transitivos como a classe de verbos que têm complemento direto, isto é, têm o traço de subcategorização estrita + [- SN]; e os verbos intransitivos como a classe de verbos que não têm complemento direto, isto é, têm o traço de subcategorização estrita _ [- SN]¹⁸⁶.

Para F. R. Palmer, a noção gramatical de voz está intrinsecamente relacionada ao conceito de transitividade verbal, visto que a transformação de uma frase ativa para passiva e vice-versa resulta de estruturas transitivas¹⁸⁷. Considerados intransitivos com complemento oblíquo em Eduardo Paiva Raposo *et alii*¹⁸⁸ e transitivos relativos em Rocha Lima¹⁸⁹, somos de opinião, assim como de Celso Cunha e Lindley Cintra¹⁹⁰, de que certas subclasses de verbos que, pela sua natureza sintática regem complemento preposicionado como os volitivos *gostar*, *precisar* e *necessitar*, os psicológicos reflexos *recordar* e *lembrar*, o sensitivo *cheirar* ou os de crença *confiar*, *acreditar* e *crer*, também deveriam ser estudados dentro da subclasse dos verbos transitivos indiretos. Neste sentido, há, por um lado, verbos transitivos indiretos/preposicionados que regem complemento/objeto indireto e transitivos indiretos/preposicionados que regem complementos/objetos oblíquos (55 a e b):

(55) a. Sempre **gostou dos filhos**.

b. Sempre **acreditou nos filhos**.

Em todos os exemplos em análise, evidencia-se que não é aconselhável encarar a subclasse dos verbos transitivos ou intransitivos como se de categorias fixas se tratassem, porque um mesmo verbo pode ser usado ora como transitivo direto (54 a), indireto (54 b), intransitivo (54 c e d) ora como ditransitivo (54 e). Em síntese, «a análise da transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente. O mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente; ora com objeto direto, ora com objeto indireto»¹⁹¹.

Ao falarmos sobre as frases nominais ou copulativas, ficou sublinhado que na base deste grupo de frases estavam os verbos nominais, copulativos ou predicativos que «selecionam como complemento um sintagma nominal, um sintagma adjetival, um sintagma preposicional ou um sintagma adverbial com a função sintática de predicativo do sujeito»¹⁹². Ou seja, os verbos nominais, copulativos ou predicativos «são aqueles em que existe um constituinte com a função sintática de sujeito e outro com a função sintática de predicativo do sujeito, estabelecendo uma ligação entre eles»¹⁹³:

(56) a. Os vizinhos **são a nossa família**.

b. Com eles, a mãe **ficava feliz**.

c. A convivência **parecia mais harmoniosa**.

¹⁸⁶ Maria Henriqueta Campos e Maria Francisca Xavier, *op. cit.*, p. 189.

¹⁸⁷ F. R. Palmer, *A Semântica*, p. 149.

¹⁸⁸ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, vol. 2, p. 1197.

¹⁸⁹ Rocha Lima, *op. cit.*, p. 340.

¹⁹⁰ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 484.

¹⁹¹ *Idem*, *ibid.*, p. 180.

¹⁹² Inês Duarte, *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise*, p. 144.

¹⁹³ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 185.

Nos exemplos enumerados acima, os constituintes em posição pós-verbal funcionam como qualificadores do sujeito, fazendo, segundo Maria Helena Mira Mateus *et alii*, com que haja em cada frase mais de um núcleo de predicação¹⁹⁴. É com base nesta função de qualificadores ou predicadores que o constituinte assinalado em (56) seja classificado como predicativo do sujeito:

Además de ser y estar, otros verbos puede actuar como enlace para la atribución de un sintagma a outro. El sintagma modificador recibe en estos casos la denominación de complemento predicativo y viene a ser un híbrido de atributo y complemento circunstancial, puesto que incide a la vez sobre el sujeto y el verbo.¹⁹⁵

Além dos verbos descritos em (56), Celso Cunha e Lindley Cintra¹⁹⁶ e Eduardo Paiva Raposo *et alii*¹⁹⁷ propõem um quadro dos verbos nominais composto pelos verbos *estar*, *andar*, *continuar*, *permanecer*, *ficar*, *tornar* e *revelar*, estes, portanto, na forma reflexa. Quanto à significação, estes autores afirmam, por exemplo, que o verbo *ser* indica um estado não transitório ou permanente (56 a), o verbo *ficar* indica uma mudança de estado do sujeito de um momento para outro em (56 b), o verbo *parecer* indica aparência de estado ou modalização do grau de certeza com que o falante atribui uma propriedade ou um estado ao sujeito (56 c) e os verbos *estar* e *andar* indicam um estado transitório (57 a e b):

(57) a. Com eles, a mãe **estava feliz**.

b. A convivência **andava mais harmoniosa**.

Há situações frásicas em que os verbos significativos (transitivos e intransitivos) selecionam predicativo do sujeito (58 a), predicativo do complemento direto (58 b), predicativo do complemento/objeto indireto (58 c) e predicativo do complemento/objeto oblíquo (58 d). Por este facto, em Rocha Lima¹⁹⁸, Maria Helena Mira Mateus *et alii*¹⁹⁹ e Celso Cunha e Lindley Cintra²⁰⁰, o predicado, formado por um verbo com função transitivo-predicativa, recebe a designação de verbo-nominal, transitivo-predicativo ou misto:

(58) a. Aos domingos, ela **chegava/saía animada** da Igreja.

(Predicativo do sujeito)

b. Aos domingos, o padre **considerava-a mulher persistente**.

(Predicativo do objeto direto)

c. Aos domingos, o padre **chamava-lhe mulher persistente**.

(Predicativo do objeto indireto)

d. Aos domingos, **tratava-se dela como uma mulher persistente**.

(Predicativo do objeto oblíquo)

¹⁹⁴ Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *op. cit.*, p. 278.

¹⁹⁵ Eugeniu Martín, *op. cit.*, p. 77.

¹⁹⁶ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, pp. 172-173.

¹⁹⁷ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, vol. 2, pp. 1297-1298.

¹⁹⁸ Rocha Lima, *op. cit.*, p. 139.

¹⁹⁹ Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *op. cit.*, p. 279.

²⁰⁰ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 139.

Para concluir o item em abordagem, pode-se enunciar que o predicado é o elemento central da frase pertencente à classe dos verbos. Este constituinte oracional, tal como se viu, pode ser simples ou complexo se o prisma de análise formal e verbal, nominal ou verbo-nominal se a perspetiva de análise for funcional. Não obstante, as noções de predicado simples e complexo, adotadas nesta dissertação, são diferentes das adotadas em Evanildo Bechara²⁰¹, pois, na proposta deste autor, o predicado é simples quando não necessita de extensão ou delimitação semântica, conforme sucede com os verbos em construções intransitivas e complexo quando necessitam de extensão ou delimitação semântica, selecionando palavras como complemento (direto, indireto, oblíquo, predicativo do sujeito, predicativo do objeto direto, indireto ou do objeto oblíquo). Assim sendo, descarta-se, no autor em alusão, a classificação tradicional do predicado em verbal, nominal e verbo-nominal.

1.2.4. Complementos e modificadores verbais

Foi possível verificar, no desenvolvimento precedente, que o predicado poderia selecionar como complemento um objeto direto, indireto ou oblíquo; um predicativo do sujeito, do objeto direto, indireto e um predicativo do objeto oblíquo para delimitar a sua significação, constituindo, deste modo, o quadro preliminar dos complementos verbais. Também faz parte deste quadro de complementos o agente da passiva por estar associado à noção de transitividade verbal. Evanildo Bechara considera, a propósito deste complemento, que «a gramática tradicional tem posto este constituinte entre os complementos verbais em vista de seu relacionamento com o sujeito e com o complemento direto»²⁰². Passível de discussão está, no entanto, o adjunto adverbial cuja designação oscila, a nível da especialidade, entre complemento e modificador verbal, uma questão de nos ocuparemos em 1.2.5.6.

1.2.4.1. Complemento direto

Tal como referimos no estudo feito sobre o predicado verbal, o complemento ou objeto direto é o constituinte oracional selecionado por um verbo transitivo direto, ou seja, é a função sintática que aparece ligada ao verbo sem qualquer preposição. Trata-se, segundo Mário Vilela, do complemento «mais ligado e mais próximo do verbo»²⁰³:

- (59) a. Ela abriu **o armário** e tirou **os vestidos**.
- b. Ela abriu-**o** e tirou-**os**.
- c. Ela pensa **que abriu o armário**.
- d. Ela duvida **se abriu o armário**.

²⁰¹ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 415.

²⁰² *Idem, ibid.*, p. 434.

²⁰³ Mário Vilela, *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*, p. 45.

Em (59), observa-se que o complemento direto pode ser representado por um nome ou sintagma nominal (59 a), pronome (59 b) ou ainda por uma oração subordinada substantiva (59 c e d). Assim sendo, o complemento direto subdividir-se-á em nominal (59 a), pronominal (59 b) e oracional (59 c e d). Segundo Inês Duarte²⁰⁴ e Evanildo Bechara²⁰⁵, o complemento direto pronominal, representado por um pronome átono ou acusativo (59 b), é visto como uma forma comutada do complemento direto nominal. Para estes autores, a comutação do complemento nominal ou oracional só pode ocorrer através de um pronome pessoal com função sintática de objeto direto (átonos ou acusativos) ou de um pronome indefinido neutro (*isto, isso e aquilo*):

- (60) a. Ela abriu **o armário**.
- b. Ela abriu-**o**.
- c. Ela viu **a brisa**.
- d. Ela viu-**a**.
- e. Ela pensa **que abriu o armário**.
- f. Ela pensa **isto**.
- g. Ela duvida **isso/aquilo**.

A exemplo da comutação, a passivização e a posição são referidas em Mário Vilela²⁰⁶ como duas marcas categoriais do complemento direto. De acordo com o que se descreve neste autor, a passivização representa a propriedade sintática que torna possível a transformação de uma frase na voz ativa para a voz passiva com a qual o sujeito da voz ativa passa a complemento agente da passiva e o complemento direto a sujeito da voz passiva conforme se pode notar do contraste entre (61 a) e (61 b):

- (61) a. **A Domingas** contemplou **aquela casa**.
- b. **Aquela casa** foi contemplada **pela Domingas**.

Embora em investigadores como F. Palmer²⁰⁷ e Eduardo Paiva Raposo *et alli*²⁰⁸ se defenda que a transformação de uma frase na voz ativa para a voz passiva só ocorre com verbos que tenham complemento direto, Evanildo Bechara²⁰⁹ admite a possibilidade de certos verbos, como *assistir*, ocorrerem na voz passiva em situações em que regem complemento oblíquo:

- (62) a. A senhora assistiu à missa.
- b. A missa foi assistida pela senhora.

Quanto à posição, frases apresentadas em (60) e (61) ilustram que o complemento direto nominal ou pronominal se localiza à direita do verbo. Este padrão posicional pode alterar em frases negativas (63 a), interrogativas (63 b) e exclamativas parciais (63 c), nas quais se posiciona à esquerda do verbo, um estudo, portanto, que retomaremos mais adiante:

- (63) a. Não **o** encontrei no armário.

²⁰⁴ Inês Duarte, *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise*, p. 142.

²⁰⁵ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 416.

²⁰⁶ Mário Vilela, *op. cit.*, pp. 44-45.

²⁰⁷ F. R. Palmer, *op. cit.*, p. 149.

²⁰⁸ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, vol. 2, p. 1166.

²⁰⁹ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 417.

- b. **Que artigo** procuravas no armário?
- c. **Que belo artigo** encontrei no armário!

Em determinadas construções, o complemento direto, tal como o sujeito, pode apresentar um valor nulo ou arbitrário. Assim, para Maria Helena Mira Mateus *et alii*, o complemento direto será considerado nulo numa das seguintes situações sintáticas²¹⁰:

a. Quando constituído por verbos transitivos que selecionam um constituinte com interpretação arbitrária ou vaga, como *ler, escrever, comer, beber*:

- (64) a. O filho mais velho lia **todo o dia**.
- b. O filho mais velho comeu **outra fruta**.
- c. O filho mais velho escreveu **um livro**.

b. Em construções em que aparece como um constituinte retomado ou anaforizado de uma oração coordenada:

- (65) a. O filho mais velho comeu uma maçã e o mais novo também comeu [].
- b. O filho mais novo comprou uma maçã e o mais novo também comprou [].
- c. O filho mais velho viu o pai no Jardim Municipal e o mais novo também viu [].

c. Quando resulta como resposta a uma frase interrogativa total direta:

- (66) a. O filho mais novo também uma maçã? Comeu [].
- b. Chegaste a ver o pai? Sim, Vi [] no Jardim Municipal.

Conforme se observa no membro direito de (66 a e b), o complemento direto ocorre sem realização lexical e fónica, ao contrário da sua realização no membro esquerdo. Também de ocorrência não transitiva direta, a tradição gramatical luso-brasileira regista um número reduzido de complemento direto introduzido pela preposição *a*, recebendo, por isso, a designação de complemento direto preposicionado. Este complemento ocorre nos seguintes casos:

a. Com determinados verbos que designam sentimentos como *amar, louvar, temer* ou consolar:

- (67) a. Amar **ao próximo**.
- b. Sempre louvou **a Deus**.
- c. Consolou **à mãe**.

b. Com o pronome relativo *quem* enquanto palavra regente de orações relativas com antecedente expresso:

- (68) a. Conheci o indivíduo **a quem** a mãe pediu auxílio.
- b. Não conheci o indivíduo **a quem** a mãe pediu auxílio.
- c. Vi o senhor **a quem** se deve tirar o chapéu em matéria de inundação.

c. Com formas pronominais oblíquas em reforço das formas pronominais átonas acusativas a fim de desambiguar um dado contexto discursivo (69a), bem como em situações de inversão do par sujeito-verbo (69b)

- (69) a. Conheci-**o a ele** e ele **a mim**.
- b. **Ao forasteiro** o tempo esqueceu.

²¹⁰ Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *op. cit.*, p. 285.

De modo sintético, pode-se considerar o complemento direto como um constituinte frásico com realização nominal, pronominal ou oracional selecionado por um verbo transitivo direto, posicionado à direita ou à esquerda do predicado, comutável por um pronome átono acusativo ou por um pronome indefinido neutro e, portanto, passível de transformação (da voz ativa para a voz passiva). Sem alusão em muitas obras dedicadas ao ensino da língua portuguesa, o complemento direto também pode ser nulo, sobretudo em situações em que a expressão nominal ou pronominal denota vacuidade ou arbitrariedade significativa e em situações em que não vem realizado fónica e lexicalmente. É um complemento, portanto, que se caracteriza por apresentar traços sémicos /+Humano/ e /- Humano/.

1.2.4.2. Complemento indireto

A exemplo do complemento direto, o complemento indireto é um constituinte oracional sintaticamente associado ao conceito de transição verbal, porém, à transição verbal indireta. Por isso, é habitualmente definido como o constituinte que «representa o ser animado a que se dirige ou destina a acção ou estado que o processo verbal expressa»²¹¹. Para um conhecimento pormenorizado deste complemento verbal, analisemos, por conseguinte, os seguintes enunciados:

- (70) a. Nunca mais escreveu à **Domingas**.
- b. O mau tempo trouxe outra realidade à **minha família**.
- c. Os amigos ofereceram-**nos** toda a ajuda necessária.

Assim como se assinala em Isabel Hub Faria *et alii*²¹², os exemplos enumerados acima demonstram que o complemento indireto é um constituinte frásico com realização nominal (70 a e b) e pronominal (70 c), com traço semântico /+ Humano/ (*Domingas, minha família, nos*) e, em geral, regido por um verbo transitivo indireto (70 a) ou ditransitivo (70 b). Vale sublinhar, por outro lado, que o complemento indireto realizado através de um nome ou sintagma nominal (70 a e b) vem sempre precedido da preposição *a*, ao passo que o complemento indireto realizado através de uma forma pronominal dativa (*me, te, lhe, nos, vos, lhes*) dispensa esta preposição.

Um estudo sobre a sintaxe posicional do constituinte em voga implicaria que se procedesse a uma diferenciação entre complemento indireto nominal (70 a e b) e complemento indireto pronominal (70 c). Deste modo, poderíamos destacar vários padrões posicionais do constituinte frásico em estudo:

- a. Complemento indireto nominal: à direita do verbo em construções transitivas indiretas (70 a) e à direita do complemento direto e à esquerda do verbo em construções ditransitivas (70 b);

²¹¹ Rocha Lima, *op. cit.*, p. 248.

²¹² Isabel Hub Faria *et alii* (org.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1996, p. 266.

b. Complemento indireto pronominal: à direita do verbo e à esquerda do complemento direto (70 c) e à esquerda do verbo em frases negativas (71 a), interrogativas (71 b) ou em frases declarativas que contenham um proclisador (71):

- (71) a. Os amigos não **nos** ofereceram a ajuda necessária.
- b. Quem **lhe** informou sobre o que aconteceu em casa?
- c. Sempre **te** contei os meus anseios.

Apesar de ser um constituinte frásico com o traço semântico /+Humano/ e significado gramatical de beneficiário ou destinatário conforme se considera em Evanildo Bechara²¹³, Maria Helena Mira Mateus *et alii*²¹⁴ descrevem a realização de complemento indireto /-Humano/ com determinados verbos de dois lugares, como *obedecer* e *sobreviver* (72), e com os verbos *dar* e *fazer*, seguidos de um complemento direto cujo núcleo é um nome deverbal (73):

- (72) a. Todos os moradores obedeciam ao **regulamento ambiental**.
- b. Todos os moradores sobreviveram à **inundação**.
- (73) a. O António deu uma pintura à **casa**.
- b. O Francisco fez uma limpeza à **rua**.

Descartando aqui o estudo sobre o dativo livre, podemos considerar, à luz do que se refere na *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*²¹⁵, que o complemento indireto pode ocorrer com:

a. Verbos sintaticamente de dois lugares que expressam dominação (74 a), posse (74 b) e impressão (74 c e d):

- (74) a. Obedecemos ao **regulamento ambiental**.
- b. O armário pertence à **Elisa**.
- c. A água da fonte agrada-**me**/ A Chuva desagrada-**me**.
- d. A água da fonte interessa-**me** bastante.

b. Verbos *dicendi* ou declarativos que permitem com que alguém saiba ou tome conhecimento de algo, como *comunicar*, *falar*, *dizer* e *informar* (75 a); verbos *dandi* ou dativos que tornam possível com que alguém receba algo, como *dar*, *entregar*, *tirar*, *oferecer*, *distribuir*, *vender*, *deixar*, *emprestar*, *alugar* (75 b e c):

- (75) a. Comunicou ao **ex-colega** do infantário sobre o trágico acontecimento.
- b. O ex-colega ofereceu-**lhe** esperança.
- c. O ex-colega emprestou-**lhe** o que tinha.

Não devemos olhar para as subclasses verbais ora mencionadas como um quadro fixo e acabado, visto que a língua portuguesa dispõe de outras subclasses de verbos que também regem complemento indireto das quais destacaríamos a subclasse dos verbos volitivos/deônticos (*desejar*, *exigir*, *ordenar*, *pedir* e *proibir*) que surgem como núcleo predicativo de frases simples e completivas:

²¹³ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 421.

²¹⁴ Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *op. cit.*, p. 289.

²¹⁵ Mário Vilela, *op. cit.*, pp. 118-121.

- (76) a. Desejou-**nos** o maior sucesso do mundo.
b. Exigimos o cumprimento do regulamento ambiental **aos moradores**.
c. Pedimos aos **moradores** que cuidassem do ambiente.

Além dos verbos de natureza transitiva, o complemento indireto também pode ser regido por certos grupos nominais e adjetivais, como *atenção, condenação, entrega, obediência, atento, agradável, hostil, igual, semelhante, idêntico, útil*:

- (77) a. Prestou a máxima atenção **ao amigo**.
b. Prestou a máxima obediência **aos pais**.
c. Sempre foi semelhante **à Elisa**.
d. Sempre foi útil **à Elisa**.

Em síntese, o complemento indireto é o constituinte sintático selecionado por um verbo transitivo indireto ou ditransitivo pertencente, essencialmente, à subclasse dos verbos de posse, dominação, impressão, enunciação, entrega ou desejo. Trata-se, portanto, de um complemento que pode posicionar-se à direita do verbo, à direita do complemento direto e à esquerda do verbo.

1.2.4.3. Complemento oblíquo

O complemento oblíquo ou relativo é um complemento de natureza nominal ou oracional introduzido por um verbo transitivo indireto. Tal como se pode depreender dos seguintes exemplos, trata-se de um complemento regido por um verbo sintaticamente preposicionado:

- (78) a. A localidade carecia **de uma escola**.
b. Ninguém concordou **com esta ideia**.
c. Recordei-me **de que nada ia bem**.
d. Insisti em **que se criasse uma comissão de moradores**.

Nota-se que as expressões em negrito, que exercem a função sintática de complemento oblíquo, são, de facto, precedidas de uma preposição. Todavia, regista-se, em Eduardo Paiva Raposo *et alii*²¹⁶, a ocorrência de complementos oblíquos não precedidos de preposição regidos por um número restrito de verbos, como os que designam medida (79 a), peso (79 b), preço (79 c) e duração (79 d):

- (79) a. Media **um metro e setenta**.
b. Agora pesa **sessenta quilos**.
c. A casa dos meus pais custou **uma fortuna**.
d. A reunião familiar durou/perdurou **três horas**.

A partir do que se apresenta em (79), podemos referir que estamos, mais uma vez, diante de um caso que comprova que, em matéria linguística, não é apropriado falar de categorias fixas, visto que, nos exemplos em questão, os verbos são transitivos diretos e não

²¹⁶ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, vol. 2, p. 1181.

indiretos, porém, o termo regido é um complemento oblíquo e não direto, conforme nos ensina a tradição gramatical. Neste sentido, Evanildo Bechara²¹⁷ procedeu ao levantamento de alguns verbos que admitem alternância sintática entre a função de complemento direto e a de oblíquo, quer dizer, podem funcionar, de modo indiferente, como complemento direto ou como complemento oblíquo:

- (80) a. Atender o **telefone**/ Atender **ao telefone**.
- b. Assistir os **carentes**/ Assistir **aos carentes**.
- c. Satisfazer o **pedido**/ Satisfazer **ao pedido**.

Tal como já fizemos alusão, o complemento oblíquo preposicionado é introduzido por um conjunto de verbos que pela sua natureza sintática exige a presença de uma preposição, ou melhor, «a preposição que introduz o complemento relativo constitui uma extensão do signo léxico verbal como parece indicar o fato de que cada verbo se acompanha da sua própria preposição, por servidão gramatical.»²¹⁸. Deste conjunto verbal enumeraríamos, de maneira ilustrativa, a subclasse dos verbos psicológicos intrinsecamente reflexos (81), volitivos (82) e a subclasse dos verbos de crença (84):

- (81) a. Lembrou-se **das noites sem sono**.
- b. Recordou-se **das noites sem sono**.
- (82) a. Gostava **de paz espiritual**.
- b. Precisava **de paz espiritual**.
- (84) a. Acredita **numa paz espiritual**.
- b. Confia **em Deus**.

De acordo com Evanildo Bechara²¹⁹, incluem-se, como complementos oblíquos/relativos, os argumentos dos verbos locativos (85) e direcionais (86):

- (85) a. Os meus irmãos vivem **nesta terra**.
- b. Os meus irmãos moram **nesta terra**.
- (86) a. Os meus pais vieram **doutra terra**.
- b. Os meus pais irão **a outra terra**.

Assim, para Eduardo Paiva Raposo *et alii*, com os verbos de localização espacial ou de movimento, os complementos oblíquos preposicionados, que designam localização de uma entidade, chamam-se complementos oblíquos de lugar onde (85 a e b), os que designam a origem complementos oblíquos de lugar de onde (86 a) e os que designam a meta complementos de lugar por onde (86 b)²²⁰. Além das subclasses verbais ora descritas, o complemento oblíquo pode, igualmente, ser selecionados por certos grupos adjetivais como *responsável, satisfeito, interessado, cansado*:

- (87) a. O tempo é o responsável **por esta situação**.
- b. Ando muito satisfeito **com o João**.

²¹⁷ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 420.

²¹⁸ *Idem, ibid.*

²¹⁹ *Idem, ibid.*, p. 421.

²²⁰ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii, op. cit.*, vol. 2, p. 1182.

À semelhança do que se descreve em Isabel Hub Faria *et alii*²²¹, o teste de retoma sintática, efetuado abaixo, evidencia que o complemento oblíquo não é comutável pelas formas pronominais acusativas ou dativas, mas, sim, pelas formas pronominais tónicas ou por sintagmas adverbiais e, segundo o que se enuncia em Mário Vilela²²², pelo demonstrativo invariável *isto* e pelos advérbios *tanto*, *pouco*, *muito* para os complementos oblíquos não preposicionados. Vejamos o contraste entre (82) e (88) e entre (83) e (89):

(88) a. *Necessiva-o.

b. *Necessitava-lhe.

c. Necessitava dela

(89) a. *Foi-o.

b. *Foi-lhe.

c. Foi lá.

Relativamente à sintaxe posicional, os exemplos em análise demonstram que o complemento oblíquo se localiza à direita do verbo quando selecionado por um verbo (85 e 86) e à direita do complemento direto ou do predicativo do sujeito quando selecionado por um adjetivo (87). No seguinte quadro sinótico, descreve-se a natureza regencial do constituinte frásico estudado:

Complemento Oblíquo	
Preposicionado	Não preposicionado
<p>Selecionado pela subclasse dos verbos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • psicológicos reflexos como lembrar, recordar e esquecer; • volitivos como gostar, precisar, necessitar; • de crença como acreditar, confiar; • locativos como morar, viver; • verbos direcionais e dinâmicos como ir, vir, chegar, partir, regressar. • sensitivo cheirar; • por certos grupos adjetivais como responsável, interessado, satisfeito. 	<p>Selecionado pela subclasse dos verbos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • de medida como medir; • de peso como pesar; • de preço como custar; • de duração como durar.
<p>Em geral, o complemento oblíquo (preposicionado e não preposicionado) posiciona-se à direita do verbo e pode, de igual modo, aparecer à direita do complemento direto ou do predicativo do sujeito quando selecionado por um nome ou adjetivo.</p>	

Quadro sinótico n.º 3 Complemento oblíquo

²²¹ Isabel Hub Faria *et alii* (org.), *op. cit.*, p. 267.

²²² Mário Vilela, *Gramática da Língua Portuguesa*, p. 337.

1.2.4.4. Predicativo

Vimos, em 1.2.3.2.2, que o predicativo constitui a expressão que, numa dada frase, funciona como qualificador do sujeito ou do complemento direto e indireto. Tradicionalmente, há três tipos de predicativo: predicativo do sujeito, do complemento direto e do complemento indireto. Em Evanildo Bechara²²³, fala-se de um quarto tipo de predicativo, ou seja, do predicativo do complemento oblíquo/relativo:

Esse determinante predicativo não se restringe à referência ao sujeito, em orações com o concurso de verbos como ser, estar, ficar, etc. Pode aparecer em predicados simples e complexos, com o concurso de verbos de ação ou de processo, referidos ao sujeito, ao complemento direto, ao complemento relativo e ao complemento indireto²²⁴.

Vimos, de igual modo, que o predicativo do sujeito pode ser selecionado por um verbo nominal ou copulativo, apresentando-se como o «sintagma que simultaneamente completa a afirmação do predicado e define, identifica ou caracteriza o sujeito»²²⁵:

- (90) a. A minha cama está **antiga**.
- b. A minha cama anda **mal**.
- c. A minha cama continua **mal**.

Os predicativos dos complementos direto (91 a), indireto (91 b) e oblíquo (91 c) são selecionados pelos verbos transitivo-predicativos ou de significação mista:

- (91) a. Acho esta cama **assustadora**.
- b. Chamo-lhe mãe **vencedora**.
- c. Trata-se de uma mãe **vencedora**.

Segundo Celso Cunha e Lindley Cintra²²⁶, o predicativo do complemento direto ocorre com determinados verbos de opinião ou de avaliação, como *achar*, *julgar*, *considerar*, *supor* (91 a), de aclamação como *chamar*, *nomear*, *proclamar*, *apelidar*, *denominar* (92 a), de enunciação ou declaração como *declarar*, e *intitular* (92 b), de sentido como *ver*, *ouvir* e *sentir* (92 c) e com determinados verbos causativos como *deixar* e *fazer* (92 d):

- (92) a. A população nomeou-o **representante da comissão de moradores**.
- b. A população declarou-o **como representante da comissão de moradores**.
- c. A população viu-o **como representante da comissão de moradores**.
- d. A população deixou-o **bem**.

O predicativo do complemento indireto, nos termos dos autores em referência, ocorre exclusivamente com o verbo *chamar*, conforme se demonstrou em (91 b). O predicativo do

²²³ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 428.

²²⁴ *Idem, ibid.*

²²⁵ *Idem, ibid.*, p. 228.

²²⁶ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, pp. 193-194.

complemento oblíquo ocorre, por conseguinte, com as subclasses verbais, nominais e adjetivais apresentadas no quadro sinótico de 1.2.5.3 das quais se destacam os seguintes:

- (93) a. Esqueceu-se do problema **comunitário**.
- b. Gosta de pessoas **sérias**.
- c. Acredita em coisas **sagradas**.
- d. Fugiu da casa **inundada**.
- e. Não tem noção do problema **familiar**.
- f. Não está interessado pelo problema **familiar**.

Quanto à sintaxe posicional, todos os exemplos estudados demonstram que o predicativo (do sujeito, complemento direto, indireto e oblíquo) se posiciona à direita do verbo. Em construções de inversão do par sujeito-verbo, Evanildo Bechara reconhece que o predicativo do sujeito pode aparecer posicionado à esquerda do verbo²²⁷:

- (94) a. O meu ex-colega é **inteligente**.
- b. **Inteligente** é o meu ex-colega.

1.2.4.5. Agente da passiva

O agente da passiva, tal como se referiu em 1.2.3.3.1, é o complemento de uma frase na voz passiva, selecionado por um verbo transitivo direto, precedido pela preposição *por* e que, na voz ativa, exerce a função de sujeito gramatical da frase: «Designa-se por Agente da Passiva o constituinte de uma estrutura passiva que é argumento externo do predicador verbal e que se realiza como Sintagma Preposicional, tipicamente precedido pela preposição *por*»²²⁸. Em (95), ilustra-se a composição formal e funcional do complemento verbal em estudo:

- (95) a. A casa foi inundada **pele rio do tempo**.
- b. A saudade foi guardada **por ela**.

Os exemplos dados demonstram que, na voz ativa, as expressões em negrito desempenham a função de sujeito, ao passo que as expressões em posição de sujeito (*a casa* e *a saudade*) desempenham a função de complemento direto, conforme se pode verificar do contraste entre (95) e (96):

- (96) a. O rio do tempo inundou a casa.
- b. Ela guarda a saudade.

Em certas construções como as exemplificadas abaixo, o complemento agente da passiva também pode ser precedido pela preposição *de*, sobretudo com verbos de significação como *cercar* e *seguir*, assim como pela subclasse de verbos que exprime sentimentos ou manifestação de sentimentos (*estimar* e *odiar*):

- (97) a. A casa ficou cercada **de água**.
- b. Sempre foi estimada **das irmãs**.

²²⁷ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 427.

²²⁸ Afonso Miguel, *op. cit.*, p. 40.

Contudo, Evanildo Bechara reconhece que «nem todo termo introduzido pela preposição *por* funciona como complemento agente da passiva, principalmente se apresenta o traço não animado, referente a uma coisa, quando deve ser classificado como adjunto circunstancial de causa ou meio»²²⁹. Assim, para este autor, as expressões em **negrito** em (98) não exercem a função de agente da passiva, mas, sim, de adjunto adverbial de causa, visto que podem ser comutadas pela preposição *com* ou pelas locuções prepositivas *por causa de*, *por meio de*, *em virtude de*, *em função de*, *em detrimento de* e similares:

- (98) a. O Artista foi elogiado **pela sua técnica**.
- b. Ficaram aborrecidos **pelas falsas promessas**.
- c. Os ladrões foram encontrados **pela denúncia anônima**.

Em função do padrão sintático dos exemplos dados, seria necessário aludir que, quanto à sintaxe posicional, o complemento agente da passiva se localiza à direita do verbo. Quanto à realização, os exemplos dados demonstram, igualmente, que o constituinte em estudo aparece representado lexicalmente na frase. Há situações em que não aparece representado lexicalmente na frase, principalmente, segundo sublinha Afonso Miguel, nas construções passivas impessoais ou de clítico (99 a e b), ao contrário das construções passivas participiais (95 e 97)²³⁰:

- (99) a. Trabalhou-**se** muito.
- b. Compraram-**se** novos artigos.

Diferente do que se verificou nas construções passivas participiais apresentadas em (95 e 97), o complemento agente da passiva não está expresso lexicalmente nos dois últimos exemplos. Assim, pode-se assinalar que «nas passivas de clítico, o argumento externo é obrigatoriamente não-realizado no português atual, embora pudesse ser realizado nos outros estádios mais antigos da língua; assim, o mero recurso a uma passiva de clítico constitui, por si só, uma estratégia de ocultação do argumento externo»²³¹.

Em geral, a voz passiva impessoal ou de clítico tem sido encarada, em muitos manuais didáticos, como sinónimo de voz passiva sintética, uma designação com a qual não concordamos, pois, o português, ao contrário, por exemplo, do latim, é uma língua analítica e não sintética se, nos termos de Eduard Sapir, entendermos por analítica «a língua que não reúne conceitos no vocábulo»²³². Por isso, em Paulo Osório e Edson Martins, postula-se que «a ideia de síntese jamais ocorreu na língua portuguesa. O latim vulgar encarregou-se de dar preferência às construções perifrásticas, obliterando as formas da passiva sintética latina»²³³.

²²⁹ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 435.

²³⁰ Afonso Miguel, *op. cit.*, pp. 40-42.

²³¹ *Idem, ibid.*, p. 145.

²³² Eduard Sapir, *A Linguagem: Uma Introdução ao Estudo da Fala*, trad. de Joaquim Mattoso Camara Jr., São Paulo, Editora Perspetiva, 2ª ed., 1980, p. 103.

²³³ Paulo Osório e Edson Ferreira Martins, *op. cit.*, p. 38.

1.2.4.6. Adjunto adverbial

O adjunto adverbial é um constituinte de natureza não categorial, uma vez que não faz parte da regência do verbo, quer dizer, é um elemento oracional facultativo que exerce a função de modificador, «caraterizando-se por fornecer informação acessória ou suplementar que não faz parte dos elementos nucleares do verbo»²³⁴:

- (100) a. O teu pai, meu filho, saiu de casa **ontem**.
b. O teu pai, meu filho, voltará à casa **amanhã**.

Em (101), constata-se que, por ser um constituinte não categorial, pode ser suprimido do resto da frase, bem como pode apresentar um padrão posicional móvel (102):

- (101) a. O teu pai, meu filho, saiu de casa [].
b. O teu pai, meu filho, voltará à casa [].
(102) a. O teu pai, meu filho, saiu **ontem** de casa.
b. O teu pai, meu filho, voltará **amanhã** à casa.

Eduardo Paiva Raposo *et alii*²³⁵ assinalam que os adjuntos adverbiais podem pertencer a diferentes classes sintagmáticas: sintagma adverbial (100, 101 e 102), sintagma nominal (103) e sintagma preposicional (104):

- (103) a. O teu pai saiu de casa **este ano**.
b. O teu pai sai de casa **todos os anos**.
(104) a. O teu pai saiu de **casa neste ano**.
b. O teu pai voltará **com vários presentes**.

1.2.5. Complementos e modificadores nominais

À semelhança do que vimos com o verbo, o nome também pode seleccionar complementos para delimitar a sua significação (105 a), assim como pode aparecer modificado por uma expressão, sobretudo de natureza adjetival como (105 b):

- (105) a. O amigo **do Pedro** estuda Ecologia.
b. O jovem **inteligente** estuda Ecologia.

Há, nesta conformidade, um complemento nominal no primeiro caso e um modificador nominal no segundo caso, porque a expressão sublinhada em (105 a) é um termo regido pelo nome antecedente (*o irmão*), ao passo que, em (105 b), não é um termo regido pelo nome antecedente (*o jovem*), funcionando, essencialmente, como qualificador do respetivo nome. Neste sentido, Eduardo Paiva Raposo *et alii* encaram os modificadores nominais como «elementos cuja função mais típica consiste em introduzir propriedades

²³⁴ João Costa, *O Advérbio em Português Europeu*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 14.

²³⁵ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, vol. 2, pp. 1183-1184.

adicionais na denotação de um nome, ou na denotação de um nome combinado com o seu complemento, restringindo o seu sentido e dando-lhe maior precisão»²³⁶.

Denominado complemento nominal em Celso Cunha e Lindley Cintra, o constituinte, ilustrado em (105 a), aparece na frase precedido da preposição *de*. Assim, para Evanildo Bechara²³⁷ e Eduardo Paiva Raposo *et alii*²³⁸, este complemento com valor determinativo só pode ser selecionado por nomes dependentes²³⁹, como os relacionais²⁴⁰ (106), deverbais²⁴¹ (107), partitivos ou que indicam partes do corpo (108), icónicos²⁴² (109) e cognitivos²⁴³ (110), selecionam:

- (106) a. O pai **do Pedro**.
- b. A mãe **do Pedro**.
- c. O irmão **do Pedro**.
- (107) a. Voto **de confiança**.
- b. Proclamação **da Independência**.
- c. Conquista **da Liberdade**.
- (108) a. O rosto **do amigo**.
- b. O braço **do amigo**.
- c. O coração **da aldeia**.
- (109) a. Fotografia **do José**.
- b. Quadro **da sala**.
- c. Filme **da nossa trajetória**.
- (110) a. Conhecimento **das dificuldades**.
- b. Certeza **da solução**.
- c. Tese **de Ecologia**.

Trata-se, tal como se observa nos exemplos acima, de um complemento com um padrão posicional fixo, ou melhor, só pode ocorrer à direita do nome regente, pois, caso seja deslocado do seu padrão posicional habitual, se notará uma construção não linguística em português, ou seja, passível de não ser reconhecida pelos falantes de uma das comunidades nacionais do português:

- (111) a. ***Do Pedro** pai.
- b. ***De confiança** voto.
- c. ***Do José** fotografia.
- d. ***Das dificuldades** conhecimento.

O constituinte apresentado em (105 b) é de natureza não categorial, ou seja, não é selecionado pelo nome precedente e, por isso, funciona como um modificador nominal. Em

²³⁶ *Idem*, vol. 1, p. 717.

²³⁷ Evanildo Bechara, *op. cit.*, pp. 454-456.

²³⁸ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, vol. 1, pp. 1045-1047.

²³⁹ Para os autores supracitados, são nomes que designam entidades do mundo que só podem se apreendidas quando são postas em relação com outras entidades.

²⁴⁰ Expressam relações entre indivíduos.

²⁴¹ Aqueles que herdaram as propriedades sintáticas do verbo de base.

²⁴² Designam representações.

²⁴³ Designam conhecimento.

função do seu caráter de modificador ou qualificador restritivo, isto é, de não alargar a significação do nome, é considerado como atributo, acessório ou adjunto adnominal na tradição gramatical luso-brasileira.

Por conseguinte, o modificador nominal em estudo pode ser representado por um sintagma adjetival ou expressão equivalente, como as orações relativas restritivas (112), e, segundo Evanildo Bechara, por certos grupos preposicionais reduzíveis a adjetivos²⁴⁴ (113):

(112) a. Eram bilhetes **que a minha mãe conservava** na caixa.

b. Eram bilhetes **conservados** na caixa.

c. Era uma mulher **que tinha sabedoria**.

d. Era uma mulher **sábria**.

(113) a. Era uma mulher **com sabedoria**.

b. Era uma mulher **sábria**

c. Era uma família **de virtude**.

d. Era uma família **virtuosa**.

Ao contrário do que se constatou com o complemento nominal determinativo, o adjunto adnominal não apresenta um padrão posicional fixo, ou seja, pode posicionar-se à direita ou à esquerda do nome, embora, tal como sublinha Manuel Rodrigues Lapa, a sua deslocação do lugar habitual altere a significação de base do nome²⁴⁵. Nota-se, por exemplo, que em (114) o adjunto adnominal anteposto e posposto ao nome não apresenta o seu valor significativo de base, o que, de certo modo, coloca em contraste a morfossintaxe com a estilística:

(114) a. Era uma mulher **sábria**.

b. Era uma **sábria** mulher.

c. Era uma família **virtuosa**.

d. Era uma **virtuosa** família.

Outro constituinte frásico, que ocorre como modificador do nome, é o aposto, um «termo de caráter nominal que se junta a um substantivo, a um pronome, ou a um equivalente destes, a título de explicação ou apreciação»²⁴⁶.

(115) a. Teresa, **a mulher sábria**, tem cuidado da sua família.

b. Teresa, **que é uma mulher sábria**, tem cuidado da sua família.

Os exemplos dados ilustram que o aposto, diferente do atributo/adjunto adnominal, é uma função sintática que alarga ou expande a significação do núcleo nominal a que se refere e, com efeito, aparece marcado na frase por duas vírgulas. Se o atributo/adjunto adnominal, além do adjetivo, pode ser representado por uma oração relativa restritiva (112 a e d), o aposto pode ser representado por uma oração relativa explicativa ou apositiva (115 b). Com base nisso, fala-se, em trabalhos como o de Inês Duarte²⁴⁷, a respeito destes dois modificadores nominais de modificadores restritivos e apositivos.

²⁴⁴ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 451.

²⁴⁵ Manuel Rodrigues Lapa, *op. cit.*, p. 140.

²⁴⁶ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 156.

²⁴⁷ Inês Duarte, *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise*, pp. 145-146.

Em Evanildo Bechara²⁴⁸, reconhece-se a existência de um tipo de aposto com valor restritivo, denominado aposto especificativo, que vem ligado ao nome referente por meio da preposição *de*, porém, não será estudado nesta dissertação. Convém assinalar, por último, que o aposto é um constituinte cuja ocorrência na frase é facultativa e, assim como o atributo/adjunto adnominal, é caracterizado por apresentar um padrão posicional móvel: pode localizar-se à direita ou à esquerda do nome. É nesta conformidade que Eduardo Paiva Raposo *et alii*²⁴⁹ descrevem o aposto como um constituinte externo do sintagma nominal, um dado, por conseguinte, assente nos seguintes exemplos:

- (116) a. Teresa, **a mulher sábia**, tem cuidado da sua família.
- b. Teresa **[]** tem cuidado da sua família.
- c. **A mulher sábia**, Teresa, tem cuidado da sua família.

Em (116 a), o aposto encontra-se na sua posição de base, ou seja, à direita do nome; em (116 b), foi suprimido do resto da frase, contudo, a sua ausência não quebrou a coesão e coerência do enunciado; em (116 c), localiza-se à esquerda do nome, ou melhor, ocupa a posição pré-nominal e, de igual modo, a frase mantém o seu padrão estrutural e funcional habitual.

Vale considerar, no domínio da natureza estrutural e funcional da frase em português, o valor do vocativo como um constituinte frásico representando por um nome ou expressão equivalente geralmente separado por vírgula que «cumpre uma função apelativa de 2ª pessoa, pois, por seu intermédio, chamamos ou pomos em evidência a pessoa ou coisa a que nos dirigimos»²⁵⁰. Não vemos, assim, razões que justifiquem a sua inserção no quadro dos complementos e modificadores nominais pelo facto de não ser um constituinte regido pelo nome adjacente, por um lado, e pelo facto de não possuir valor predicativo, por outro lado. Trata-se, portanto, de um constituinte cuja finalidade consiste, segundo escrevem Celso Cunha e Lindley Cintra²⁵¹, para invocar, chamar ou nomear uma pessoa (117 a) ou coisa personificada (117 b):

- (117) a. **Teresa**, cuida bem da tua família.
- b. **Ó chuva do tempo**, sai da minha casa.

Assim como os dois últimos constituintes estudados, o vocativo apresenta um padrão posicional móvel na frase, quer dizer, pode localizar-se na fronteira inicial (117 a e b) e final da frase (117 c e d):

- (117) c. Cuida bem da tua família, **Teresa**.
- d. Sai da minha casa, **ó chuva do tempo**.

Considerando a possível utilidade didático-pedagógica deste trabalho, apresentamos, no seguinte quadro, a síntese de tudo quanto descrevemos no último item:

²⁴⁸ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 458.

²⁴⁹ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, vol. 1, p. 1047.

²⁵⁰ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 460.

²⁵¹ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 160.

Complementos e modificadores nominais		
Complemento	Modificadores	
Complemento determinativo	Atributo/Adjunto adnominal	Aposto
Aparece, na frase, como um constituinte selecionado por um nome dependente (relacional, deverbal, partitivo e icónico) precedido da preposição <i>de</i> e apresenta, por conseguinte, um padrão posicional fixo, que é à direita do nome.	Aparece, na frase, representado por um adjetivo ou expressão equivalente como as orações relativas restritivas; caracteriza-se por apresentar um padrão posicional móvel: localiza-se à direita e à esquerda do nome.	Aparece, na frase, representado por um substantivo ou expressão substantivada separado, em geral, do nome referente por meio de duas vírgulas; assim como o atributo, caracteriza-se por apresentar um padrão posicional móvel, ou seja, localiza-se à direita e à esquerda do nome.

Quadro sinótico n.º 4 Complementos e modificadores nominais

1.2.6. Tipos de frase: pela ordem dos constituintes

Em 1.2.1., vimos, com Mário Vilela²⁵², que qualquer frase incorpora necessariamente uma certa função comunicativa, um determinado objetivo. Assim sendo, discutiremos, no presente item, a natureza semântico-pragmática e a ordem dos constituintes dos cinco tipos de frases descritos, entre outros trabalhos, na obra do autor supracitado e de Maria Helena Mira Mateus *et alii*²⁵³: declarativas, imperativas, interrogativas, exclamativas e optativas. Neste grande grupo de frases, Mário Vilela propõe uma distinção entre frases que exprimem a intenção do falante, dirigindo-se a um destinatário e que não se dirigem necessariamente a destinatários²⁵⁴. Assim sendo, figurariam, no primeiro subgrupo, as frases declarativas (118 a), imperativas (118 b) e interrogativas (118 c) e, no segundo, as frases exclamativas (118 d) e optativas (118 e):

- (118) a. A mãe dormia no chão.
 b. Mãe, durma na cama.
 c. Quem dormiu no chão?
 d. A mãe dormiu no chão!
 e. Oxalá a mãe não durma no chão.

Conforme se observa, cada frase exemplificada acima se diferencia da outra pelo seu valor significativo e pragmático que expressa, visto que em (118 a) se expressa uma

²⁵² Mário Vilela, *Gramática da Língua Portuguesa*, p. 308.

²⁵³ Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *op. cit.*, pp. 435-436.

²⁵⁴ Mário Vilela, *op. cit.*, p. 309.

informação, em (118 b) uma ordem, em (118 c) uma pergunta/dúvida, em (118 d) um sentimento e em (118 e) um desejo. Nas próximas subsecções, dedicar-nos-emos à descrição pormenorizada destes dois subgrupos de frases.

1.2.6.1. Declarativas e imperativas

Tradicionalmente, as frases declarativas representam o tipo de frase padrão ou normal da língua portuguesa e, por este facto, a ordem dos constituintes implícita é a direta, que se caracteriza pela ocorrência do sujeito na fronteira inicial da frase seguido do predicado e este do objeto direto ou indireto. A par deste aspeto sintático, autores como Mário Vilela²⁵⁵ subdividem as frases declarativas em diretas quando realizadas em forma de um enunciado simples (118 a) e indiretas quando realizadas em forma de um enunciado complexo que, em geral, é uma frase completiva introduzida pelo complementador *que*, como em (119):

(119) a. Disse-se **que** a mãe dormia no chão.

b. Assegurou **que** a mãe dormia no chão.

O conceito tradicional de frases imperativas está, normalmente, associado à noção de ordem ou mando (118 b). É importante reconhecer, com João Malaca Casteleiro, que «na sua expressão linguística é, porém, difícil distinguir a ordem das outras manifestações da vontade. A exortação, a advertência, o conselho, o pedido e a súplica exprimem-se, em geral, pelas mesmas formas linguísticas que a ordem»²⁵⁶:

(120) a. **Por favor**, não durma no chão.

b. Diz-lhe, **por favor**, que não é bom dormir no chão.

Os dois últimos exemplos, ao contrário do que se referiu em (118 b), expressam um pedido e não uma ordem. Por isso, em termos funcionais, as frases imperativas designam outros valores semânticos que vão além da ordem. Nota-se, com efeito, que, neste tipo de estruturas sintáticas, o sujeito não vem expresso lexicalmente, porém, quando representado e sobretudo por uma forma pronominal, a sua posição é à direita do verbo dada a impossibilidade funcional de poder ocorrer na fronteira inicial da frase, conforme se pode verificar do contraste entre (121 a e 121 b):

(121) a. Informa-lhe **tu**, por favor, para não dormir no chão.

b. ***Tu** informa-lhe, por favor, para não dormir no chão.

Assim sendo, a tradição gramatical luso-brasileira prefere encarar o pronome reto (*tu*) em posição pré-verbal em (121b) como vocativo a encará-lo como sujeito. Daí a razão de aparecer separado do verbo por uma vírgula a exemplo do que se referiu na conclusão do estudo sobre complementos e modificadores nominais em 1.2.6:

(121) c. **Tu**, informa-lhe, por favor, para não dormir no chão.

²⁵⁵ *Idem, ibid.*

²⁵⁶ João Malaca Casteleiro, *A Arte de Mandar em Português: Estudo Sintático-Estilístico baseado em Autores Portugueses e Brasileiros*, p. 33.

À semelhança das frases declarativas, as frases imperativas também podem ser subdivididas em diretas (118 b e 120 a) e indiretas (120 b).

1.2.6.2. Interrogativas, exclamativas e optativas

As frases interrogativas, conforme vimos em (118 c), representam o tipo de frase através do qual o locutor formula uma questão, procurando obter uma informação. Para Maria Helena Mira Mateus *et alii*, as frases interrogativas podem ser totais, parciais e tag²⁵⁷. Não obstante, não nos ocuparemos, aqui, das interrogativas tag.

Maria Henriqueta Campos e Maria Francisca Xavier consideram que «a construção Interrogativa Total, também denominada Interrogativa Sim-Não ou Interrogativa Fechada, tem uma ordem de constituintes idêntica à de uma construção Declarativa, sendo apenas diferente a curva melódica de uma e de outra»²⁵⁸:

(122) a. A porta do armário permitia ver a sombra.

b. A porta do armário permitia ver a sombra?

Verifica-se, de facto, que as duas frases contêm o mesmo padrão sintático. Contudo, a diferença reside na entoação marcada por um ponto final (122 a) e por um ponto de interrogação (122 b), tornando, assim, possível distinguir uma curva melódica mais ascendente de outra mais pausativa ou terminativa.

Segundo o que se descreve na obra das autoras referenciadas no penúltimo parágrafo²⁵⁹ e na de Mário Vilela²⁶⁰, as frases interrogativas totais indiretas, constituídas pela conjunção integrante *se* ou por grupos verbais dubitativos, como *perguntar*, *questionar*, *indagar*, *inquerir*, *não saber*, *procurar saber*, apresentam idêntico padrão sintático que as interrogativas totais diretas demonstradas em (122 b), porquanto, em todas as frases de (123), a ordem dos constituintes é a direta, composta, portanto, pelo sujeito subentendido (*ele/ela*), o predicado (*perguntou*, *não sabe*, *procurou saber*) e pelo complemento/objeto direto (*se a porta do armário permitia ver a sombra*):

(123) a. **Perguntou se** a porta do armário permitia ver a sombra.

b. **Não sabe se** a porta do armário permitia ver a sombra.

c. **Procurou saber se** a porta do armário permitia ver a sombra.

No entanto, as frases interrogativas parciais, que também se subdividem em diretas (124 a e b) e indiretas (124 c e d), caracterizam-se por apresentarem um duplo padrão posicional dos seus constituintes, isto é, constroem-se pela inversão do sistema SVO e, igualmente, sem a inversão do sistema SVO²⁶¹:

(124) a. **O que** viu o Chavita?

b. **O que é que** o Chavita viu?

c. A Nhangá perguntou **o que** viu o Chavita.

²⁵⁷ Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *op. cit.*, p. 461.

²⁵⁸ Maria Henriqueta Campos e Maria Francisca Xavier, *op. cit.*, p. 256.

²⁵⁹ *Idem*, *ibid.*, p. 257.

²⁶⁰ Mário Vilela, *Gramática da Língua Portuguesa*, p. 311.

²⁶¹ Maria Henriqueta Campos e Maria Francisca Xavier, *op. cit.*, p. 260.

d. A Nhangha perguntou **como é que** o Chavita viu a sala irrealizada de pintura.

Os exemplos acima ilustram, conforme já se enunciou, que nas frases interrogativas parciais pode ocorrer a inversão do par sujeito-verbo (124 a), permanecer a ordem habitual ou canónica (124 b) e, por conseguinte, permitem observar que, a nível estrutural, são construções formadas por meio de um morfema interrogativo. É possível verificar, por outro lado, que as frases interrogativas parciais indiretas (124 c e d) se distinguem das interrogativas parciais diretas (124 a e b) pelo facto de o morfema interrogativo se encontrar deslocado da fronteira inicial da frase para o interior onde, de acordo com Maria Henriqueta Campos e Maria Francisca Xavier²⁶², funciona como um especificador.

Embora a presente dissertação venha enquadrada no domínio da linguística funcional, é importante não deixar de assinalar que só as circunstâncias de realização poderão determinar o padrão posicional dos constituintes nas frases em estudo porque, por exemplo, «nas interrogativas com **é que** o SN sujeito pode ocupar a posição pré ou pós-verbal»²⁶³:

(125) a. **Como é que** o Chavita viu a sala irrealizada de pintura?

b. **Como é que** viu o Chavita a sala irrealizada de pintura?

Conforme se vê, os constituintes obedecem, no primeiro caso, à ordem direta e à ordem inversa, no segundo. Para as autoras em referência, apresentam similar comportamento sintático as interrogativas parciais constituídas por um especificador ou quantificador interrogativo (*que*, *qual* ou *quanto*) e por um nome realizado lexicalmente que integram uma estrutura mais complexa e mais informativa. Assim, nos exemplos enumerados abaixo, a inversão da ordem dos constituintes é facultativa na variante europeia do português:

(126) a. **Que** quadros o Chavita viu?

b. **Que** quadros viu o Chavita?

c. **Quantos** quadros o Chavita viu?

d. **Quantos** quadros viu o Chavita?

Os parágrafos subsequentes serão dedicados à descrição dos padrões sintáticos das frases exclamativas e optativas. De modo idêntico que as frases interrogativas, as frases exclamativas também podem ser classificadas em totais que se caracterizam pela ordem direta ou básica dos constituintes (127 a e b) e em parciais que, em geral, se caracterizam pela ordem inversa dos constituintes, assim como por serem marcadas por um morfema exclamativo na fronteira inicial (127 c e d):

(127) a. Esta pintura é impressionante!

b. A sala está linda!

c. **Que** impressionante é esta casa!

d. **Como** linda está a sala!

Em (127 a e b), não há inversão do par sujeito-verbo, ao passo que, em (127 c e d), o sujeito está localizado antes do verbo. Neste sentido, Maria Helena Mira Mateus *et alii*

²⁶² *Idem, ibid.*, p. 272.

²⁶³ Maria Helena Mira Mateus *et alii*, *op. cit.*, pp. 471-472.

escrevem que «as exclamativas totais se distinguem das exclamativas parciais por duas propriedades: a) são frases não elíticas; b) não ocorre nelas nenhum movimento de constituintes na sintaxe»²⁶⁴.

Foi possível observar, por meio do exemplo (118 e), que as frases optativas estão associadas à noção de desejo, assim como representam a modalidade deôntica ou da vontade. Nesta conformidade, podem ser encaradas como frases optativas todas as frases que contenham um modalizador volitivo ou algumas expressões fixas como *Deus queira*, *Deus permita* apresentadas na obra das autoras referenciadas no parágrafo anterior:

- (128) a. **Espero** voltar a ver a sala irrealizada de pintura.
- b. **Que** a sala esteja irrealizada de pintura.
- c. **Tomara que** a sala fique irrealizada de pintura.
- d. **Deus queira** que eu encontre a sala irrealizada de pintura.

Nota-se, pois, que nestas estruturas não ocorre a inversão do par sujeito-verbo. Porém, Maria Helena Mira Mateus *et alii*²⁶⁵ são de opinião de que, na ausência de um modalizador, complementador ou de uma forma específica, a ordem das palavras nas frases optativas é a derivada em português. Os exemplos abaixo ilustram esta particularidade sintática das frases em estudo:

- (129) a. Pudesse eu voltar a ver a casa irrealizada de pintura.
- b. *Eu pudesse voltar a ver a casa irrealizada de pintura.
- c. Termine logo a chuva do tempo.
- d. *A chuva do tempo logo termine.

A par dos tipos de frases ora estudados, a tradição gramatical luso-brasileira prevê, também pela intenção e função comunicativa, algumas formas de frases das quais destacaremos as afirmativas, negativas, ativas e passivas. As frases afirmativas apresentam o mesmo padrão sintático, fónico e gráfico que as frases declarativas, o que nos permitiria aludir que qualquer frase declarativa é, a nível composicional e funcional, uma frase afirmativa. Não sucede o mesmo com as frases negativas que contenham um objeto direto ou indireto pronominal. Comparemos, pois, as seguintes frases negativas:

- (130) a. **Não** escutou o canto doce.
- b. **Não** o escutou.
- c. O sono **não** desceu ao José.
- d. O sono **não** lhe desceu.

Há, em (130), quatro frases negativas, todavia, diferenciadas pela categoria gramatical do constituinte com a função de objeto, condicionando o padrão posicional das palavras. Assim, o objeto posiciona-se à direita do verbo quando realizado por um nome ou sintagma nominal (130 a e c) e à esquerda do verbo quando realizado por uma forma pronominal acusativa ou dativa (130 b e d). A análise comparada entre (131 a e b) deixa

²⁶⁴ *Idem, ibid.*, p. 479.

²⁶⁵ *Idem, ibid.*, p. 488.

evidente que nas frases ativas a ordem dos constituintes é a direta e que nas frases passivas a ordem é a inversa:

- (131) a. O José perdeu todas as forças.
 b. Todas as forças foram perdidas pelo José.

No primeiro exemplo, mantém-se o sistema SVO porque o sujeito se mantém na fronteira inicial da frase, seguido do predicado e este do seu objeto direto. No segundo exemplo, ao contrário, o constituinte em posição de sujeito era o objeto direto da frase ativa e o constituinte com a função de agente da passiva era o sujeito da ativa respetivamente. Neste sentido, seria adequado, tal como se refere em João Andrade Peres e Telmo Mória²⁶⁶, definir as frases passivas como aquelas que apresentam, sintaticamente, traços marcados da ordem inversa ou derivada. Em síntese, segue para análise um quadro sinótico sobre a ordem dos constituintes nas frases estudadas nesta subsecção:

N.º	Tipos de Frases		Ordem dos constituintes
01	Declarativas		Direta
02	Imperativas		Inversa
03	Interrogativas	Totais	Direta
		Parciais	Direta e indireta
04	Exclamativas	Totais	Direta
		Parciais	Indireta
05	Optativas	Com modalizador	Direta
		Sem modalizador	Indireta

Quadro sinótico n.º 5 Tipos de frases

1.2.7. Coordenação e subordinação: conclusão do estudo

O item 1.2.2.1 serviu de base para a compreensão da natureza composicional das orações coordenadas e subordinadas que, em Evanildo Bechara²⁶⁷ e Eduardo Paiva Raposo *et alii*²⁶⁸, recebem a designação de orações compostas e complexas. Neste particular, descreveremos a ordem dos constituintes nestas estruturas sintáticas.

As orações coordenadas, conforme vimos, caracterizam-se por serem sintática e semanticamente autónomas, pois cada oração conserva a sua estrutura sintática de base. Em função disto e a partir da análise que faremos mais adiante, a ordem dos constituintes nestas estruturas é a direta em português:

- (132) a. O João foi à escola e o Pedro foi ao mercado.
 b. O João foi à escola, mas o Pedro não foi ao mercado.

²⁶⁶ João Andrade Peres e Telmo Mória, *op. cit.*, pp. 31-33.

²⁶⁷ Evanildo Bechara, *op. cit.*, pp. 462-463.

²⁶⁸ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, vol. 1, pp. 314-316.

c. O João foi à escola, **logo** o Pedro foi ao mercado.

Não se observa, nos enunciados acima, a inversão da ordem básica dos constituintes. A aplicação do teste de inversão da ordem das palavras em (132) evidenciaria em (133) a impossibilidade funcional de realização do sujeito depois do verbo:

(133) *a. Foi o João à escola e foi o Pedro ao mercado.

*b. Foi o João à escola, mas não foi o Pedro ao mercado.

*c. Foi o João à escola, logo foi o Pedro ao mercado.

Em Evanildo Bechara²⁶⁹, assinala-se a inversão da ordem básica das palavras em orações coordenadas com sujeito pronominal em situações em que, por delicadeza discursiva, se pretende dar precedência ao locutor como em (133 d), embora, em nossa opinião, o exemplo apresentado se enquadre mais no plano do discurso literário do que no plano do discurso linguístico:

(133) d. E assim galgamos ele e eu o rochedo²⁷⁰.

É provável que a construção apresentada em (133) tenha realização funcional no plano do discurso ficcional, um domínio, não obstante, que transcende o objeto de estudo desta dissertação que visa, essencialmente, descrever e explicar fenómenos sintáticos observáveis na fala/escrita de natureza utilitária, pois, conforme já fizemos menção em 0.4 «a descrição de uma língua, que tem valor explicativo e não só descritivo, é a descrição do conjunto das opções que pode fazer o locutor e que o ouvinte pode reconhecer»²⁷¹.

Quanto às orações subordinadas, somos de opinião de que o estudo da ordem dos constituintes deveria ser delineado a partir da natureza morfossintática dos três grandes grupos que as compõem: substantivas, adjetivas e adverbiais. Vale sublinhar, antes de mais, que a designação destas orações advém do facto de poderem ser reduzidas a substantivos (substantivas), adjetivos (adjetivas) e a advérbios (adverbiais).

As orações substantivas ou completivas «são, pois, frases subordinadas ou encaixadas, dependentes de uma frase principal, matriz ou superior»²⁷². Julgamos, por conseguinte, que, no estudo destas orações, seria pertinente se o investigador partisse de três critérios: dois morfológicos e um sintático, ou seja, da categoria gramatical da palavra regente, o modo do verbo regido e a função sintática que desempenham na globalidade da frase.

Assim sendo, haverá, por um lado, orações completivas nominais se forem regidas por um nome (134 d e e), adjetivais se forem regidas por um adjetivo (134 a e f) e verbais se forem regidas por um verbo (134 b e c); orações completivas finitas se apresentarem uma forma verbal no modo finito e precedidas da conjunção completiva ou integrante *que* como, por exemplo, em (134 c e a) e orações completivas infinitivas (134 b) cujo traço de base é a existência de uma forma verbal no infinitivo e a não realização da conjunção completiva/integrante. Haverá, por outro lado, orações completivas subjetivas que exercem

²⁶⁹ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 584.

²⁷⁰ *Idem, ibid.*

²⁷¹ Christian Baylon e Paul Fabre, *op. cit.*, p. 156.

²⁷² João Malaca Casteleiro, *Sintaxe Transformacional do Adjectivo: Regência das Construções Completivas*, p. 108.

a função sintática de sujeito (134 a), objetivas diretas que exercem a função sintática de complemento/objeto direto (134 b) (134 c), completivas oblíquas/relativas que exercem a função de complemento oblíquo/relativo (134 c), completivas determinativas que exercem a função de complemento determinativo (134 d), completivas predicativas que exercem a função de predicativo (134 e) e, por último, completivas apositivas que exercem a função de aposto (134 f):

- (134) a. É provável **que a casa esteja inundada**.
b. Pediram **para cuidar do ambiente**.
c. Lembro-me de **que a casa foi construída na época seca**.
d. O pai teve a consciência **de que nunca houve inundação na localidade**.
e. A verdade é **que houve inundação**.
f. É importante **que se reconheça isto, que houve inundação na localidade**.

Tal como já referimos, as orações completivas ou integrantes podem ser reduzidas a um substantivo, um dado observável no seguinte exercício de nominalização/simplificação oracional:

- (135) a. É provável **que a casa esteja inundada**.
b. É provável **a inundação da casa**.
c. Pediram **para cuidar do ambiente**.
d. Pediram **o cuidado do ambiente**.
e. Lembro-me de **que a casa foi construída na época seca**.
f. Lembro-me **da construção da casa na época seca**.
g. O pai teve a consciência **de que nunca houve inundação na localidade**.
h. O pai teve a consciência **da inexistência da inundação na localidade**.
i. A verdade é **que houve inundação**.
j. A verdade é **a existência da inundação**.
l. É importante que se reconheça isto: **que houve inundação na localidade**.
m. É importante que se reconheça isto: **a existência da inundação na comunidade**.

A exemplo do que se sublinha em Evanildo Bechara²⁷³, é possível notar que, em todos os enunciados apresentados em (134), as orações completivas se posicionam à direita da palavra regente quer sejam precedidas ou não de preposição. Com efeito, em Eduardo Paiva Raposo *et alii*, considera-se que, em estruturas formadas por um predicado mais longo ou complexo, as completivas subjetivas podem localizar-se antes ou depois do verbo²⁷⁴:

- (136) a. Não é nada de bom agrado **que a casa esteja inundada**.
b. **Que a casa esteja inundada** não é nada de bom agrado.

Este padrão sintático não ocorre no subtipo de oração completiva subjetiva ilustrada em (134 a), dada a restrição lexical do núcleo verbal da oração regente, visto que, na

²⁷³ Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 586.

²⁷⁴ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, vol. 2, p. 1887.

perspetiva dos autores suprarreferenciados, a tendência mais geral da língua é a de colocar os elementos mais longos e complexos em posição final:

(137) a. É provável **que a casa esteja inundada**.

b. ***Que a casa esteja inundada** é provável.

Na literatura de especialidade, há dois grandes subgrupos de orações relativas: relativas livres e relativas com antecedente expresso²⁷⁵. No primeiro subgrupo, o pronome relativo, tipicamente marcado com traço semântico /+ Humano/, figura-se na fronteira inicial da frase e, por isso, não é precedido por qualquer nome (138a), ao passo que, no segundo subgrupo, o pronome relativo, quer seja marcado com traço semântico /-Humano/, quer com traço /+Humano/, se posiciona no interior da frase precedido de um nome (138 b):

(138) a. **Quem viu a Namy durante a infância** sabe que ela gosta da natureza

b. A rapariga **a quem** ofereci apoio escolar é a Namy.

Os exemplos acima demonstram um caso de orações relativas livres em que o morfema relativo se localiza na fronteira inicial da frase, ou seja, à esquerda do verbo e, de igual modo, um caso de relativa com antecedente expresso em que o morfema relativo se localiza no interior da frase, portanto à direita do seu antecedente. As relativas com antecedente expresso, por sua vez, subdividem-se em restritivas e explicativas. As orações relativas explicativas ou apositivas, diferente das restritivas ou atributivas, consistem «num comentário acerca de um individual denotado pela expressão nominal antecedente, antecedente esse que tem um valor referencial independente, sendo tipicamente uma descrição marcada»²⁷⁶:

(138) a. Esta é a rapariga **que aprecia a natureza**.

b. Namy, **que aprecia a natureza**, escreveu uma estória ecológica.

Nas frases acima, há dois casos de orações relativas diferentes a nível da sintaxe funcional e posicional: uma relativa com função atributiva ou de adjunto adnominal (138 a), posicionada à direita do seu antecedente sem qualquer pausa gráfica ou fónica e uma relativa com função apositiva (138 b), posicionada à direita do seu antecedente, porém, separada por duas vírgulas. Depreende-se, assim, que uma oração relativa é restritiva por exercer a função de atributo e é apositiva por exercer a função de aposto:

(139) a. Esta é a rapariga **que aprecia a natureza**.

b. Esta é a rapariga **apreciadora da natureza**.

c. Namy, **que aprecia a natureza**, escreveu uma estória ecológica.

d. A rapariga, **a apreciadora da natureza**, escreveu uma estória ecológica.

Com efeito, a deslocação do pronome relativo da sua posição habitual, da posição pós-antecedente para a posição pré-antecedente, evidenciaria certa impossibilidade funcional de realização do subtipo de subordinação em estudo:

(139) e. ***Que** esta é a rapariga aprecia a natureza.

²⁷⁵ Vide Telmo Mória, *A Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do Português*, Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1992, pp. 1-10.

²⁷⁶ Ana Maria Barros de Brito, *A Sintaxe das Orações Relativas em Português*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991, p. 123.

f. ***Que**, a rapariga aprecia a natureza, escreveu uma estória ecológica.

A análise contrastiva dos *corpora* europeu e brasileiro permitir-nos-á apresentar, em 2.2.3.4, uma proposta de subclassificação das orações adjetivas apositivas em três grupos à sintaxe descritiva do português: apositivas intercaladas (139 c e d), apositivas enumerativas (139 g) e apositivas transpostas (139 h):

(139) g. Esta proposta só será exequível se mandarem também os doentes de férias e de folgas, afirma a bastonária, **que nota que há vários serviços hospitalares que já hoje devem 1300 horas e 800 horas aos enfermeiros, que há profissionais a fazerem horários ilegais** (*Público*, 01 de junho de 2016, p. 2).

h. Eles são um grupo fantástico, **que teve grande impacto na cena de jazz** (*O Globo*, 20 de maio de 2016, p. 1).

Mais do que apresentar um quadro panorâmico do terceiro grande grupo das orações subordinadas, descreveremos, abaixo, o padrão posicional das orações adverbiais a partir das noções da linguística funcional de sintaxe nuclear e periférica. Tradicionalmente, as orações adverbiais diferenciam-se das substantivas e adjetivas por serem introduzidas por uma conjunção subordinativa ou por uma forma nominal do verbo, bem como por funcionarem como adjunto adverbial da oração subordinante²⁷⁷:

(140) a. A brisa da porta abriu-se **para que os vestidos se desfizessem em pó.**

b. Saí da porta **quando ela chegou.**

c. Ela tem vivido **como os seus pais.**

d. **Caso termine a tarefa**, cuidarei do almoço.

e. **Terminada a tarefa**, cuidarei do almoço.

À exceção da última alínea, todas as orações sublinhadas em (140) são introduzidas por uma conjunção ou locução subordinativa: final em (104 a), temporal em (140 b), comparativa em (140 c) e condicional em (140 d). Por isso, a primeira recebe a designação de oração subordinada final, a segunda temporal, a terceira comparativa e a quarta de condicional. Por ser introduzida por um participípio passado, a oração apresentada em (140 e) recebe a designação de subordinada participial, à semelhança das orações introduzidas por um infinitivo ou gerúndio, havendo, por conseguinte, orações subordinadas infinitivas (140 f) e gerundivas respetivamente (140 g):

(140) f. **Ao terminar a tarefa**, cuidarei do almoço.

g. **Terminando a tarefa**, cuidarei do almoço.

As frases em estudo demonstram que no grande grupo das orações adverbiais umas se destacam por se localizarem no início (140 d e e), meio (140 b) e no final da frase (140 a e b), o que ilustra que as orações adverbiais, em relação à oração principal, podem ocorrer em diversas posições da frase: em posição inicial, intermédia e final. Todavia, algumas destas orações perderiam a funcionalidade se fossem deslocadas das posições em que se encontram:

(141) a. Saí da porta **quando ela chegou.**

b. **Quando ela chegou**, saí da porta.

²⁷⁷ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 601; Evanildo Bechara, *op. cit.*, p. 493.

- (142) a. Ela tem vivido **como os seus pais**.
b. ***Como os seus pais** ela tem vivido.
- (143) a. **Caso termine a tarefa**, cuidarei do almoço.
b. Cuidarei do almoço **caso termine a tarefa**.
- (144) a. **Terminada a tarefa**, cuidarei do almoço.
b. *Cuidarei do almoço **terminada a tarefa**.
- (145) a. **Terminando a tarefa**, cuidarei do almoço.
b. *Cuidarei do almoço **terminando a tarefa**.

Verifica-se que a transposição posicional da oração adverbial implica, em determinadas situações, o acréscimo ou a supressão de pausa fónica e gráfica como em (141) e (143). Neste sentido, propõe-se, em Eduardo Paiva Raposo *et alii*²⁷⁸, uma distinção das orações adverbiais em duas subclasses sintáticas: orações adverbiais integradas, que apresentam maior grau de ligação prosódica e estrutural com a oração principal e orações adverbiais periféricas, que manifestam um menor grau de ligação prosódica e estrutural com a oração principal.

Assim, para estes autores, fazem parte das orações adverbiais integradas a maioria das orações temporais, as orações finais de evento, condicionais com *se*, *caso*, *no caso de* e *na condição de*, as orações causais introduzidas por *porque*, ao passo que fazem parte das orações adverbiais periféricas as orações causais e explicativas finitas introduzidas por *como*, *uma vez que*, *já que*, *dado que*, *visto que* e as infinitivas introduzidas por *dado* e *visto*, as orações finais de enunciação, as concessivas, as orações bicondicionais (com *desde que* + *conjuntivo*, *contanto que*, *a não ser que*), assim como as orações conformativas.

Quanto à sintaxe posicional, Eduardo Paiva Raposo *et alii* mencionam, entre outros, os seguintes aspetos que diferenciam os dois subgrupos de orações em abordagem²⁷⁹:

a. As orações adverbiais integradas podem ocorrer em posição final sem marcação especial (146), ao passo que as orações adverbiais periféricas só podem ocorrer em posição final se forem antecedidas de pausa ou quebra entoacional, a que corresponde geralmente uma vírgula na escrita (147):

- (146) a. Voltei à porta **para meditar sobre a vida**.
b. Voltei à porta **porque desejava meditar sobre a vida**.
c. Voltaria à porta **se desejasse meditar sobre a vida**.
- (147) a. Não voltei à porta, **uma vez que estava a fazer a tarefa**.
b. Decidi voltar à porta, **a pesar de que a cabeça se encontrasse noutra lugar**.
c. Voltarei à porta, **a não ser que deseje meditar sobre a vida**.

b. Os dois subgrupos de orações podem, de igual modo, ocorrer no início da frase (ou entre o sujeito e o predicado, porém, como estruturas autónomas a nível fónico e separadas por vírgula:

- (148) a. **Para meditar sobre a vida**, voltei à porta.

²⁷⁸ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, vol. 2, p. 2031.

²⁷⁹ *Idem, ibid.*, pp. 2033-2036.

b. **Porque deseja meditar sobre a vida**, voltei à porta.

c. **Se desejasse meditar sobre a vida**, voltaria à porta.

(149) a. **Uma vez que estava a fazer a tarefa**, não voltei à porta.

b. **A pesar de que a cabeça se encontrasse noutra lugar**, decidi voltar à porta.

c. **A não ser que deseje meditar sobre a vida**, voltarei à porta.

Assim sendo, terminamos o estudo sobre a sintaxe estrutural e funcional da frase em português cuja aplicação contrastiva entre o português europeu e brasileiro será empreendida nos dois últimos capítulos da nossa dissertação.

Capítulo 2

A estrutura da frase no português europeu e brasileiro: análise do *corpus*

2.1. *Corpora*, perfil dos jornais e forma de tratamento dos dados: pressupostos metodológicos

O *corpus* do nosso trabalho é constituído por 85 textos jornalísticos recolhidos durante cinco meses (de fevereiro a junho de 2016) da versão digital de um jornal diário português e um brasileiro de grande tiragem e extensão: *Público* e *O Globo*. Inicialmente, definimos, para cada jornal, um levantamento de 10 artigos por mês, o que totalizaria um *corpus* composto por 100 textos. Todavia, dos 50 artigos, que integravam o *corpus* do português europeu, ficamos apenas com 35, uma vez que, por razões informáticas, perdemos cerca de 15 textos.

Quanto à natureza dos textos, o *corpus* do português europeu²⁸⁰ contém 21 notícias, cinco reportagens, uma entrevista, seis artigos de opinião sobre sociedade (educação, política e economia) e duas críticas (uma musical e uma fílmica). O *corpus* do português brasileiro²⁸¹, por conseguinte, contém 20 notícias, 21 reportagens, uma entrevista, oito artigos de opinião, ou seja, quatro de opinião propriamente dita e quatro de crítica (uma literária, duas musicais e uma fílmica). Conforme se pode verificar, não integramos a crónica no *corpus* geral da dissertação dada a sua particularidade de texto de fronteira entre o discurso informativo e literário.

O *Público* é um jornal diário português de escala nacional e internacional²⁸² pertencente ao grupo Comunicação Social, S. A. De acordo com Cristina Maria de Sousa Nunes, a primeira edição do *Público* foi publicada no dia 05 de março de 1990 e, em 1995, tornou-se no primeiro jornal português a lançar uma versão digital na *internet*²⁸³. É, por conseguinte, um jornal de tiragem diária que trata de temas sociais de Portugal e do mundo sobre a política, economia, educação, cultura e desporto. Daí que seja encarado como um periódico que se destaca «no panorama português pela qualidade dos seus textos e pelo rigor da escrita, apostando não só na informação internacional, cultural e política, mas também na informação regional de qualidade, na informação económica e desportiva de rigor»²⁸⁴.

O Globo foi fundado no dia 29 de julho de 1925 como um jornal do Grupo Empresarial Globo. Se bem que seja visto em Cristina Maria de Sousa Nunes como um periódico diário dirigido à cidade de São Paulo, é, a exemplo do *Público*, um jornal de escala nacional e internacional, pois, segundo os dados publicados pela Associação Nacional de Jornais²⁸⁵,

²⁸⁰ Vide o volume 2.

²⁸¹ Vide o volume 2.

²⁸² A partir dos dados publicados pela Associação Portuguesa para Circulação e Tiragem em 2010, Cristina Maria de Sousa Nunes, *op. cit.*, p. 76, coloca-o na quarta posição do *ranking* português dos jornais onde a primeira posição coube ao *Correio da Manhã*, a segunda ao *Jornal de Notícias* e o terceiro ao *Record*.

²⁸³ Cristina Maria de Sousa Nunes, *op. cit.*, p. 80.

²⁸⁴ *Idem, ibid.*, pp. 80-81.

²⁸⁵ Disponível em <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/> acesso a 06 de novembro de 2016. De acordo com os dados desta Associação, o terceiro lugar é ocupado pela *Folha de São Paulo* e o quarto pelo *Estado de São Paulo*.

ocupa o segundo lugar do *ranking* brasileiro de jornais depois do *Super Notícia* entre 2014/2015. A educação, política, economia, cultura e desporto constituem os temas tratados por este periódico.

Tal como se vem propondo ultimamente no domínio da linguística de *corpus*, procederemos ao tratamento dos dados atestados nos dois jornais através da utilização de recursos informáticos, porque «o uso de novas tecnologias permite obter resultados mais fiáveis e sistemáticos num período de tempo muito reduzido quando comparado com os *corpora* recolhidos e tratados manualmente»²⁸⁶.

Da diversidade de aplicativos de trabalho de que a linguística de *corpus* dispõe, como o *Corpógrafo*, *Oxford Concordance Program* e o *Concordancer and Corpus*, empregaremos o aplicativo *Notepad++*²⁸⁷ para a contagem do número de palavras e análise dos dados por ser, em nossa opinião, um dos aplicativos mais especializados para a realização de trabalhos sobre sintaxe. Da integração dos *corpora* do português europeu e brasileiro resultou um *corpus* global constituído de 63.108 palavras das quais 30.743 são do *corpus* do português europeu e 32.365 são do *corpus* do português brasileiro. Com este número de palavras, ultrapassamos as 50.000 previstas pela linguística de *corpus* como o mínimo para a realização de trabalhos morfossintáticos²⁸⁸. Todos os textos dos dois *corpora* foram editados para o formato de texto simples ou txt. Fica, assim, evidente que a realização de trabalhos por meio de ferramentas informáticas não significa, necessariamente, o abandono do procedimento manual.

2.2. A estrutura da frase no português europeu e brasileiro

A partir dos dados levantados do *Público* e d' *O Globo*, será possível constatar, no presente capítulo, que «a diversidade e a variación, maior ou menor segundo os casos, formam parte integrante da linguaxe humana e danse en tódolos falantes e en tódolos momentos históricos dunha língua viva»²⁸⁹, conforme assinalam Rosario Álvaro e Xosé Xove na introdução à *Gramática da Língua Galega*.

Os aspetos que apresentaremos nesta secção obedecerão à organização estrutural e funcional da frase delineada no primeiro capítulo desta dissertação. Assim sendo, descreveremos, em primeira instância, os constituintes nucleares da frase e, em segunda instância, os complementos e modificadores verbais, a subordinação oracional e, em última instância, a ordem das palavras em frases interrogativas totais e parciais. Trata-se, tal como temos vindo a referir ao longo da dissertação, de uma reflexão funcional e não prescritiva da

²⁸⁶ Maria Isabel Antunes Moreira, *A Linguística de Corpus Aplicada ao Estudo do Léxico nos Contos da Tradição Oral*, Tese de Doutoramento, vol. 1, Vila Real, UTAD, 2016, p. 61.

²⁸⁷ Disponível em <http://notepad-plus-plus.org/>.

²⁸⁸ Maria Francisca Xavier, «Dos Problemas de Constituição às Potencialidades de Utilização de Corpora: O Caso do CIPM», in Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Celeste Rodrigues e José Bettencourt Gonçalves (cord.), *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. 1, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 1996, p. 162.

²⁸⁹ Rosario Álvaro e Xosé Xove, *Gramática da Língua Galega*, Vigo, Editorial Galaxia, S.A, 2002, p. 18.

língua, pois, assim como Salvador Gutiérrez Ordóñez, reconhecemos que «enseñar a razonar en gramática es una bella forma, talvez la única, de enseñar gramática»²⁹⁰.

2.2.1. *Nós e a gente*: o sujeito indeterminado de primeira pessoa do plural

Segundo os dados analisados, o sujeito indeterminado de primeira pessoa do plural, representado pelo pronome *nós*, teve maior percentagem de realização no *corpus* do português brasileiro do que no *corpus* do português europeu: oito realizações no primeiro e três no segundo. Estes resultados deixam, mais uma vez, evidente as diferenças entre a linguagem oral e a escrita, pois, em trabalhos baseados na oralidade, como o de Maria Cecilia Mollica e Maria Luiza Braga²⁹¹, se considera que o sujeito de primeira pessoa, representado pelo pronome *nós*, está a tornar-se de realização zero no português brasileiro. Com efeito, constam em (150) as ocorrências atestadas no *corpus* do português europeu e em (151) as ocorrências atestadas no *corpus* do português brasileiro:

(150) a. [...] todas as situações são genuinamente novas, num agora sem o conhecimento retrospectivo que *nós* possuímos (*Público*, 31 de março de 2016, p. 2).

b. A ideia de que o socialismo é uma substância pura, mas que foi maculada, foi tocada por um vírus neoliberal e agora *nós*, na nossa pureza do socialismo democrático, ficámos uma substância pardacenta e menos pura (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 1).

c. *Nós* temos de espreitar as oportunidades que permitam uma mudança qualitativa na política europeia (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 1).

(151) a. *Nós* já instalamos o sistema elétrico, e os trilhos foram eletrificados em testes (*O Globo*, 22 de fevereiro de 2016, p. 1).

b. *Nós* nunca paramos para pensar que as ações do Demolidor podem abrir as portas para homens assim (*O Globo*, 18 de março de 2016, p. 1).

c. *Nós* respeitosamente discordamos da decisão dada pelo ministro Gilmar Mendes (*O Globo*, 18 de março de 2016, p.1).

d. O que *nós* vemos no jornal Folha de São Paulo são frases soltas dentro de um diálogo que ocorreu (*O Globo*, 23 de maio de 2016, p. 2).

f. A África é diferente. Aqui, *nós* temos legislação, bancos, política agrária, tradição no setor mais do que centenária (*O Globo*, 25 de maio de 2016, p. 2).

Observa-se que, em (150) e (151), o subtipo de sujeito em estudo apresenta as mesmas propriedades de concordância com o predicado: primeira pessoa do plural vs. primeira pessoa do plural. Neste sentido, quanto ao sujeito indeterminado de primeira pessoa marcado pelo pronome *nós*, não há diferenças estruturais e funcionais significativas entre o português europeu e brasileiro.

²⁹⁰ Salvador Gutiérrez Ordóñez, *op. cit.*, p. 15.

²⁹¹ Vide Maria Cecilia Mollica e Maria Luiza Braga (orgs.), *op. cit.*, pp. 170-190.

Sem qualquer realização no *corpus* do português europeu, identificamos um registo de seis realizações do sujeito de primeira pessoa representado pela locução pronominal *a gente* no *corpus* do português brasileiro:

(152) a. Como é que **a gente** vai fazer um evento às segundas? (*O Globo*, 29 de fevereiro de 2016, p. 2).

b. Muitas vezes, **a gente** gira em torno de determinados temas vistos de diferentes ângulos (*O Globo*, 02 de março de 2016, p. 2).

c. **A gente** não precisou atirar para um ritmo ou para uma fórmula certa (*O Globo*, 30 de março de 2016, p. 3).

d. **A gente** depende, para compor esse déficit, de recursos extraordinários (*O Globo*, 13 de abril de 2016, p. 1).

e. Independente de novo governo ou não, o que **a gente** espera é que o Brasil caminhe no passo para fazer reformas estruturantes (*O Globo*, 12 de maio de 2016, p. 1).

f. Você tem que ver com seu advogado como é que **a gente** pode ajudar. Tem que mudar o governo para poder estancar essa sangria (*O Globo*, 23 de maio de 2016, p. 2).

Embora seja caracterizado em Sandra Maria de Brito Pereira como um subtipo de sujeito sem comportamento sistemático na concordância com o verbo pelo facto de poder concordar com a terceira pessoa do singular, a primeira pessoa do plural e a terceira pessoa do plural²⁹², os enunciados apresentados em (152) demonstram que, na variante escrita jornalística do português brasileiro, *a gente* concorda principalmente com a terceira pessoa do singular do predicado.

Assim, se na norma escrita do português europeu, a locução pronominal *a gente* não ocorre como uma marca do sujeito indeterminado expresso de primeira pessoa do plural, na norma brasileira, apresenta-se como uma forma alternativa e concorrente do sujeito indeterminado de primeira pessoa do plural expresso pelo pronome *nós*.

Não obstante, foi possível identificar cinco realizações do substantivo genérico *gente* no *corpus* do português europeu e quatro no *corpus* do português brasileiro em posição de sujeito (153 a, b e c) e (154 d) e de objeto (153 d e e) e (154 a, b e c):

(153) a. Mas toda **a gente** canta isto (*Público*, 03 de abril de 2016, p. 2).

b. Ao contrário do que muita **gente** pensa, a Comissão Europeia não tem a última palavra nestes casos (*Público*, 20 de abril de 2016, p. 1).

c. Na sua escola ou no seu local de trabalho, nem toda **a gente** conheceria a sua etnia. (*Público*, 27 de junho de 2016, p. 2)

d. Há certamente **gente** no PS que parece ter vergonha de não ser do Bloco (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 2).

e. O partido precisa de **gente** que diga com clareza o que tem a dizer (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 1).

(154) a. Tem **gente** famosa, como Beth Carvalho e João Bosco, e bambas desconhecidos do grande público (*O Globo*, 29 de fevereiro de 2016, p. 2).

²⁹² Sandra Maria de Brito Pereira, *op. cit.*, p. 18.

b. Faço questão que todos sintam o mesmo que eu senti: a vergonha de ainda ter **gente** covarde e pequena neste país, além do sentimento de pena dessa gente tão pobre de espírito (*O Globo*, 16 de março de 2016, p. 2).

c. [...] corajosa resistência por esta escola que faz parte do nosso orgulho de **gente** de teatro (*O Globo*, 20 de maio de 2016, p. 1).

d. Os filósofos (pouca **gente** sabe disso) são, ao contrário, os mais humildes dos mortais (*O Globo*, 21 de maio de 2016, p. 1).

Em síntese, descrevemos, na seguinte tabela, a frequência e a percentagem de realização de *nós* e *a gente* no português europeu e brasileiro:

	Sujeito indeterminado de primeira pessoa do plural			
	<i>Nós</i>		<i>A gente</i>	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Português Europeu	03	27	0	0
Português Brasileiro	08	73	06	100

Tabela n.º 1 Sujeito indeterminado de primeira pessoa do plural

A representação destes resultados no seguinte gráfico permite constatar que as duas formas de realização de sujeito indeterminado da primeira pessoa do plural em estudo coabitam e concorrem na norma escrita do português brasileiro, assim como a inexistência desta coabitação e concorrência na norma escrita do português europeu:

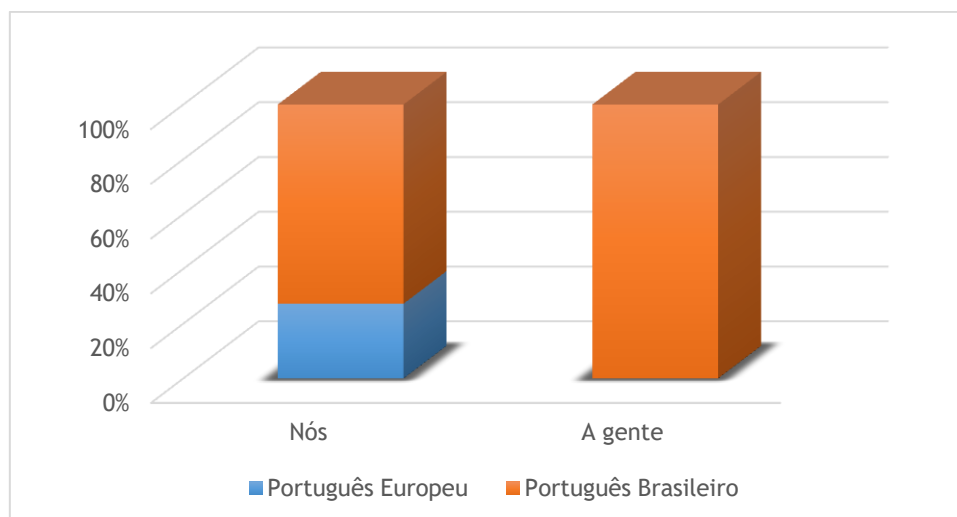


Gráfico n.º 1 Sujeito indeterminado de primeira pessoa do plural

2.2.2. *Haver e ter* expletivos

Em 1.2.3.1.1, consideramos, com Ernestina Carrilho, que o sujeito expletivo se caracteriza por ser, fundamentalmente, de natureza não-referencial e por apresentar vacuidade semântica. Nesta subsecção, veremos os níveis de ocorrência e, por conseguinte, de predominância do sujeito expletivo marcado pela terceira pessoa dos verbos *haver* e *ter* nas duas variantes do português em estudo.

Tal como o sujeito indeterminado de primeira pessoa do plural marcado por *nós* e *a gente*, os expletivos *haver* e *ter* aparecem registados no *corpus* como duas formas coabitáveis e concorrentes na norma escrita do português brasileiro. Esta coabitação e concorrência parece que não existe na norma escrita do português europeu onde não se observou qualquer registo do expletivo *ter*, conforme se pode depreender dos dados constantes na seguinte tabela:

	<i>Haver e ter</i> expletivos			
	<i>Haver</i>		<i>Ter</i>	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Norma Europeia	43	53	0	0
Norma Brasileira	38	47	07	100

Tabela n.º 2 *Haver e ter* expletivos

A partir dos dados descritos na tabela acima, é possível observar, por um lado, o emprego alternado entre *haver* e *ter* expletivos na norma brasileira e, por outro lado, a perda funcional do expletivo *ter* na norma europeia. Vejamos, em primeira instância, algumas construções com o expletivo *haver* atestadas no *corpus*:

(155) a. Nesta edição, **há** uma maior presença do Brasil [...] (*Público*, 26 de fevereiro de 2016, p. 1).

b. São sempre pares e **há** sempre alguém que está sozinho (*Público*, 31 de março de 2016, p. 3).

c. **Há** um caminho que está a ser percorrido connosco e por nós (*Público*, 27 de junho de 2016, p. 3).

(156) a. Não **há** respeito, não **há** amor pelo autor brasileiro (*O Globo*, 26 de fevereiro de 2016, p. 1).

b. **Há** um mau funcionamento que funciona e, talvez, seja daí que emergem seus trópicos em preto e branco (*O Globo*, 24 de abril de 2016, p. 1).

c. Sem euforia, sabemos das dificuldades à frente e estamos prontos para enfrentar os desafios. **Há** pilares que nos dão ânimo (*O Globo*, 12 de maio de 2016, p. 2).

Seguem-se, em segunda instância, algumas construções com *ter* expletivo:

(157) a. **Tem** gente famosa, como Beth Carvalho e João Bosco, e bambas desconhecidas do grande público (*O Globo*, 29 de fevereiro de 2016, p. 2).

b. Já **tem** uma decisão do Henrique Alves sobre isso (*O Globo*, 01 de junho de 2016, p. 3).

(158) a. Maradona não jogou mais do que o Pelé, mas acha que jogou. Não ganhou mais títulos, não ganhou mais Copas, não fez mil gols, mas ele ainda quer se equiparar. Bom, imaginem o Pelé conduzindo a tocha olímpica enquanto o Maradona vê pela televisão. Não **tem** preço (*O Globo*, 02 de março de 2016, p. 2).

b. A África é diferente. Aqui, nós temos legislação, bancos, política agrária, tradição no setor mais do que centenária. **Tem** regras de comércio que protegem a gente (*O Globo*, 25 de maio de 2016, p. 2).

c. É mais uma manobra dos aliados de Cunha que tentam, cotidianamente, fazer com que o processo não ande. Já **tem** uma decisão do Henrique Alves sobre isso (*O Globo*, 01 de junho de 2016, p. 1).

Em síntese, apresentamos, no seguinte gráfico, as principais diferenças entre o expletivo *haver* e *ter* no português europeu e brasileiro:

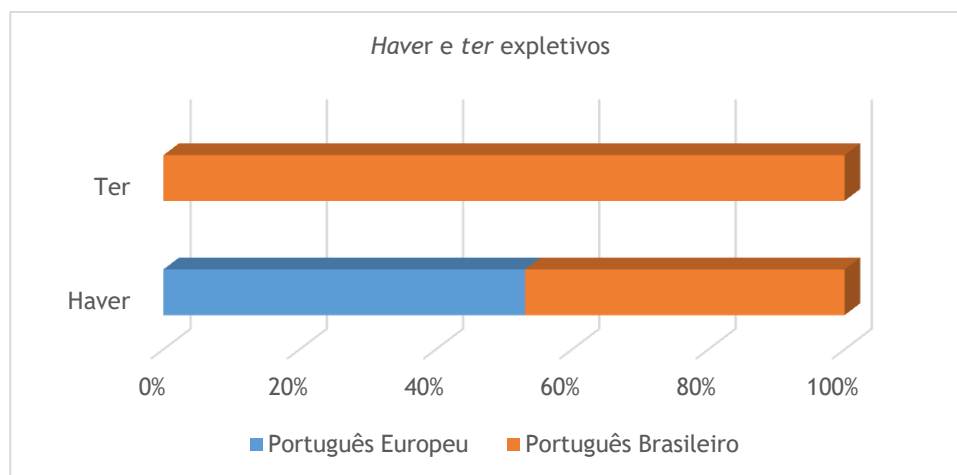


Gráfico n.º 2 *Haver* e *ter* expletivos

A distribuição percentual dos dados ilustrados no gráfico n.º 2 permite observar, conforme já se aludiu, a não realização do expletivo *ter* no português europeu, assim como o emprego alternado entre o expletivo *haver* e o expletivo *ter* no português brasileiro.

2.2.3. Sujeito correferente realizado

Vimos, na parte teórica desta dissertação, que o sujeito realizado ou expresso pode ser representado por um sintagma nominal, pronominal, expressão substantiva ou ainda por um grupo oracional ou frásico. Quanto ao sujeito correferente, a análise dos dados a que tivemos acesso permitiu-nos constatar, à semelhança de Marcos Bagno, que, «no Brasil, a

tendência é enunciar foneticamente o sujeito e apagar o objeto. Em Portugal, é justamente o contrário: apaga-se o sujeito, enuncia-se o objeto»²⁹³, uma vez que identificamos apenas duas ocorrências de sujeito correferente realizado fónica e lexicalmente no *corpus* do português europeu, ao passo que no *corpus* do português brasileiro identificamos 55 ocorrências:

(159) a. Imre Kertész nasceu em Budapeste a 19 de novembro de 1929. [] Ainda não tinha feito 15 anos, foi deportado em 1944 [...] (*Público*, 31 de março de 2016, p. 1).

b. Sílvia Pérez Cruz diz que tem uma voz muito ibérica. [] Diz que este fogo de flamenco que lhe ouvimos num canto indomado [...] (*Público*, 22 de abril de 2016, p. 1).

c. Sérgio Sousa Pinto rompeu com António Costa e esclarece que não está nada preocupado com o pós-Costa. [] Diz que Portugal não pode sair do euro (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 1).

Em todos os enunciados de (159), há um sujeito explícito na primeira frase representado por um nome próprio (Imre Kertész, Sílvia Pérez e Sérgio Sousa Pinto) e um sujeito correferente na segunda frase sem representação lexical, uma particularidade morfossintática, com efeito, não atestada no português brasileiro, pois, nesta variante, o sujeito correferente é, em geral, realizado fónica e lexicalmente:

(160) a. Em São Paulo, um mentor foi detido. **Ele** é suspeito de liderar o grupo que cometeu ataques racistas. **Ele** foi encaminhado para a Delegacia Estadual de Investigações Criminais (*O Globo*, 16 de março de 2016, p. 3).

b. Kertész tinha apenas 14 anos quando foi deportado para o campo de concentração de Auschwitz, na Polónia, em 1944. **Ele** sobreviveu e depois foi transferido para Buchenwaldi (*O Globo*, 31 de março de 2016, p. 2).

c. O Eduardo Cunha está numa situação difícil, está com os problemas dele. **O Eduardo Cunha** está cuidando da vida dele, não vai interferir para atrapalhar o Renan (*O Globo*, 23 de maio de 2016, p. 3).

Tal como se observa, os enunciados apresentados em (160) ilustram que, na norma do português brasileiro, o sujeito correferente é um constituinte frásico realizado fónica e lexicalmente. Assim, a palavra com esta função sintática pode resultar de uma retoma imperfeita ou perfeita do sujeito da primeira frase, ou seja, pode resultar, por um lado, da retoma de um pronome por um nome (160 a e b) ou da retoma de um nome por um nome (160 c) ou, ainda, da retoma de um pronome por um pronome como em (160 a).

Claro que este subtipo de sujeito não ocorre apenas no início de frases simples, mas também em posição intermédia de frases compostas (160 d) e complexas (160 e):

(160) d. Desde então, ele gravou em todos os discos que fiz, **ele** é muito inventivo, nunca sei o que ele vai fazer em seguida (*O Globo*, 20 de maio de 2016, p. 3).

e. Se Kátia Abreu quiser se licenciar do PMDB, **ela** terá que entrar com um pedido [...] (*O Globo*, 31 de março de 2016, p. 2).

²⁹³ Marcos Bagno, *A Língua de Eulália: Novela Sociolinguística*, p. 192.

Observa-se, pois, que, na tabela n.º 3, o português brasileiro tem maior valor percentual do sujeito correferente realizado do que o português europeu no qual se apresenta como um constituinte com reduzidos níveis de ocorrência:

Sujeito correferente realizado		
	Frequência	Percentagem
Português Europeu	02	4
Português Brasileiro	55	96

Tabela n.º 3 Sujeito correferente realizado

Importa sublinhar que uma das duas ocorrências de sujeito correferente realizado, atestada no *corpus* do português europeu, funciona quer como especificador, quer como desambiguador semântico, porquanto, em (161 a), o sintagma nominal *Governo* da oração copulativa retoma o sujeito posicionado na fronteira inicial da frase, especificando-o e desambiguando o contexto discursivo pelo facto de haver um sujeito intercalado (*o programa*):

(161) a. O Governo tomou posse, apresentou um programa, o programa passou na Assembleia e o Governo está em funções (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 2)

b. O amor nunca é a solução. O amor é sempre o problema que só se resolve através da morte (*Público*, 15 de junho de 2016, p. 1).

Em síntese, pode-se, a partir do seguinte gráfico, depreender os níveis de ocorrência do sujeito correferente realizado nas duas variantes do português em estudo:



Gráfico n.º 3 Sujeito correferente realizado

A parte azul do gráfico ilustra que o sujeito correferente realizado é um constituinte categórico no português brasileiro e não categórico no português europeu. Claro que se trata de um resultado baseado apenas em dados obtidos da escrita, umas das duas interfaces da língua.

2.2.4. *Infinitivo vs. gerúndio*: construções perifrásticas com o verbo auxiliar aspetual *estar*

O predicado, tal como referimos em 1.2.3.2, pode ser simples ou complexo quando estudado sob a perspetiva formal e verbal, nominal ou verbo-nominal quando estudado sob a perspetiva funcional. Será possível verificar através dos dados obtidos dos jornais em análise que o *infinitivo* e o *gerúndio* constituem duas particularidades distintas do predicado complexo entre o português europeu e brasileiro. Veremos, de igual modo, que os auxiliares modais *ter de* e *ter que*, mormente estudados sob o prisma da correção/incorreção, constituem dois traços distintivos de expressão da modalidade deôntica entre as variantes do português em discussão.

Também já aludimos, no primeiro capítulo deste trabalho, que o predicado complexo se caracterizava por conter um verbo auxiliar no modo finito e um verbo principal numa das três formas nominais do verbo (infinitivo, gerúndio ou infinitivo). A fim de se proceder à materialização dos objetivos definidos para o item em epígrafe, selecionamos o verbo auxiliar aspetual *estar* para o estudo do predicado complexo na norma do português europeu e brasileiro, pois, conforme como se prevê em linguística diferencial, é importante que, neste tipo de estudo, o investigador paute pela apresentação de estruturas sintáticas equivalentes.

A análise dos textos, feita por meio do aplicativo informático de que nos referimos na secção preliminar deste capítulo, permitir-nos-á notar que o predicado complexo, formado pelo verbo auxiliar aspetual *estar*, possui duas propriedades estruturais distintas: *verbo auxiliar + preposição + infinitivo* e *verbo auxiliar + gerúndio*. Tal como se vê na seguinte tabela, as estruturas perifrásticas infinitivas, formadas com o auxiliar aspetual *estar*, são as mais predominantes no português europeu, ao passo que as gerundivas são as mais predominantes no português brasileiro:

	Construções perifrásticas com o aux. aspetual <i>estar</i>			
	Aux. aspetual <i>estar</i> + infinitivo		Aux. aspetual <i>estar</i> + gerúndio	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Português Europeu	28	100	0	0
Português Brasileiro	0	0	33	100

Tabela n.º 4 Construções perifrásticas com o auxiliar aspetual *estar*

Apresentaremos, a seguir, alguns casos de realização/ocorrência das estruturas em estudo atestadas nos *corpora* europeu (162 e 163) e brasileiro (164 e 165):

(162) a. Não *estou a ver* alguém em Cabo Verde a escrever sobre famílias monoparentais. São outras famílias, outros contextos, outros universos (*Público*, 22 de fevereiro de 2016, p. 3).

b. O que me interessa é o momento que **estamos a viver** (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 2).

(163) a. O Ministério da Educação **está agora a notificar** os colégios afetados e só depois divulgará os nomes (*Público*, 19 de maio de 2016, p. 1).

b. O eleitorado **está a dar-se** conta de algo que já tem alguns anos que é um empobrecimento das alternativas políticas (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 3).

(164) a. Eu quero que vote logo, senão vão dizer que **estou cozinhando** o processo (*O Globo*, 20 de maio de 2016, p. 1).

b. Nós **estávamos tocando** no Blue Note em Nova York [...] (*O Globo*, 20 de maio de 2016, p. 1).

(165) a. **Estão falando** mal de mim no Facebook, com muita hostilidade (*O Globo*, 24 de fevereiro de 2016, p. 2).

b. **Estão vendendo** terreno na Lua (*O Globo*, 19 de abril de 2016, p. 2).

Em função dos resultados apresentados na tabela anterior, as estruturas perifrásticas gerundivas aparecem, no gráfico abaixo, como nulas no português europeu, por um lado, e as infinitivas como nulas no português brasileiro, por outro lado:

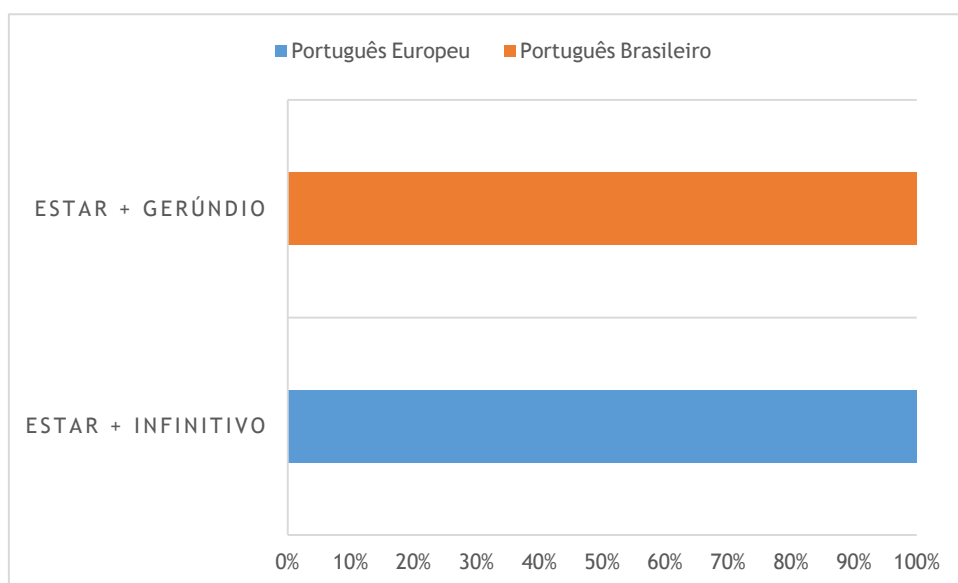


Gráfico n.º 4 Construções perifrásticas infinitivas e gerundivas com o auxiliar aspetual *estar*

Com similar propriedade categorial do subtipo de predicado estudado no desenvolvimento precedente, estão os predicados complexos formados pelo verbo auxiliar aspetual *acabar*, pois houve um registo de nove ocorrências de estruturas infinitivas no português europeu e sete de estruturas gerundivas no português brasileiro:

(166) a. Esta experiência de viver literalmente sem destino, que condensou no título do seu primeiro romance, durou cerca de um ano, mas foi vivida como se fosse para sempre, e **acabaria por selar** irrevogavelmente o destino de um escritor [...] (*Público*, 31 de março de 2016, p. 2).

b. O resultado do teste que o septuagenário Fernando Teixeira **acaba por ser** forçado a fazer no segundo julgamento dissipa quaisquer dúvidas (*Público*, 20 de abril de 2016, p. 3).

c. [...] que **acabou por se reflectir** também no caso português (*Público*, 18 de maio de 2016, p. 3).

(167) a. Sem destino acabou entrando para o currículo escolar da Hungria (*O Globo*, 31 de março de 2016, p. 3).

b. **Acabamos tendo** uma ótima semana de shows (*O Globo*, 20 de maio de 2016, p 1).

c. Apesar da ironia do nome Samba do Trabalhador para uma roda na tarde de segunda-feira, ela **acabou consolidando** a figura do trabalhador do samba (*O Globo*, 29 de fevereiro de 2016, p. 2).

Todavia, foi possível registar uma ocorrência do auxiliar aspetual *acabar* com uma forma infinitiva no português brasileiro, ao contrário, pois, do que se observou no português europeu em que o gerúndio, regido pelo auxiliar *acabar*, é praticamente de realização zero:

(167) a. Na época, Avellar afirmou que cuidava da programação com o objetivo de fazer com que a pessoa siga refletindo sobre o que **acabou de fazer** (*O Globo*, 18 de março de 2016, p. 3).

2.2.5. Auxiliares modais *ter de* e *ter que*

Em geral, o estudo dos auxiliares modais *ter de* e *ter que* tem sido restringido ao plano da correção/incorreção. Para nós que trabalhamos com o princípio da pertinência linguística, diremos que se tratam, na verdade, de duas propriedades categoriais e sintáticas que expressam a modalidade deôntica, da possibilidade, necessidade, ordem ou do dever, embora, e como não deveria deixar de ser, com níveis de realização diferentes em Portugal e no Brasil.

Tomando como critério de trabalho a análise contrastiva dos *corpora* europeu e brasileiro, voltaremos a observar que, no âmbito da linguística funcional, não há realizações de fenómenos linguísticos homogêneos pelo facto de, por exemplo, os modalizadores *ter de* e *ter que* se apresentarem como estruturas morfossintáticas que se alternam e se excluem nas duas variantes do português em estudo:

(168) a. Nós **temos de espreitar** as oportunidades que permitam uma mudança qualitativa na política europeia (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 3).

b. Ele **terá de** apresentar mudanças e resultados o mais depressa possível [...] (*Público*, 12 de maio de 2016, p. 3).

c. Significa que o PS **tem que**, com pragmatismo, fazer o que serve o interesse de Portugal (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 4).

d. Em caso afirmativo, a Comissão **tem que** apresentar nos 20 dias seguintes o formato das sanções, nomeadamente valores, o que arrasta a proposta final para Agosto (*Público*, 18 de maio de 2016, p. 2).

(169) a. Quando falei que **temos de** ser um pouco mais viris sem a bola, alguns não entenderam ou não querem entender. Tem que lutar como fazem os adversários (*O Globo*, 30 de março de 2016, p. 1).

b. Kertész descreveu *Liquidação*, de 2003, como seu último romance sobre o Holocausto. Passado durante a transição do comunismo para a democracia, em 1989, ele fala sobre "as pessoas que não experimentaram o Holocausto diretamente, a segunda geração que ainda **tem de** lidar com isso (*O Globo*, 31 de março de 2016, p. 3).

c. As parcerias **têm que** acontecer naturalmente, pela música, pela empatia [...] (*O Globo*, 30 de março de 2016, p. 5).

d. Se a Mesa entender que as acusações são válidas, **terei que** me afastar do conselho por estar sendo investigado (*O Globo*, 31 de março de 2016, p. 2).

Tal como se vê, parece que não há, em (168) e (169), subníveis valorativos entre o auxiliar modal *ter de* e *ter que* porque, em todos os enunciados, partilham os semas da necessidade e do dever. Nota-se, por outro lado, que nenhum dos auxiliares modais em abordagem é de realização nula na norma europeia e brasileira apesar de a seguinte tabela demonstrar que o auxiliar modal *ter de* se afirmar como o padrão dominante do português europeu e o auxiliar *ter que* como o padrão dominante do português brasileiro:

	Auxiliares Modais <i>ter de</i> e <i>ter que</i>			
	<i>Ter de</i>	Percentagem	<i>Ter que</i>	Percentagem
Português Europeu	22	85	03	14
Português Brasileiro	04	15	18	86

Tabela n.º 5 Auxiliares modais *ter de* e *ter que*

Os valores percentuais expressos acima proporcionam-nos alguma segurança empírica para considerarmos o auxiliar modal *ter de* como uma estrutura nuclear no português europeu e periférica no português brasileiro e, por conseguinte, o auxiliar modal *ter que* como uma estrutura nuclear no português brasileiro e periférica no português europeu. Por isso, não deixaria de ser, na opinião de Ivo Castro, uma das mais velhas ilusões do homem pensar que uma língua deve ser exatamente igual para todos que a falam²⁹⁴.

Os níveis de preenchimento do seguinte gráfico ilustram a natureza nuclear e periférica dos auxiliares modais em estudo no português europeu e brasileiro:

²⁹⁴ Ivo Castro, «Diversidade Linguística», in MATEUS, Maria Helena Mira (coord.), *Mais Línguas, Mais Europa: Celebrar a Diversidade Linguística e Cultural da Europa*, Lisboa, Colibri, 2001, p. 23.

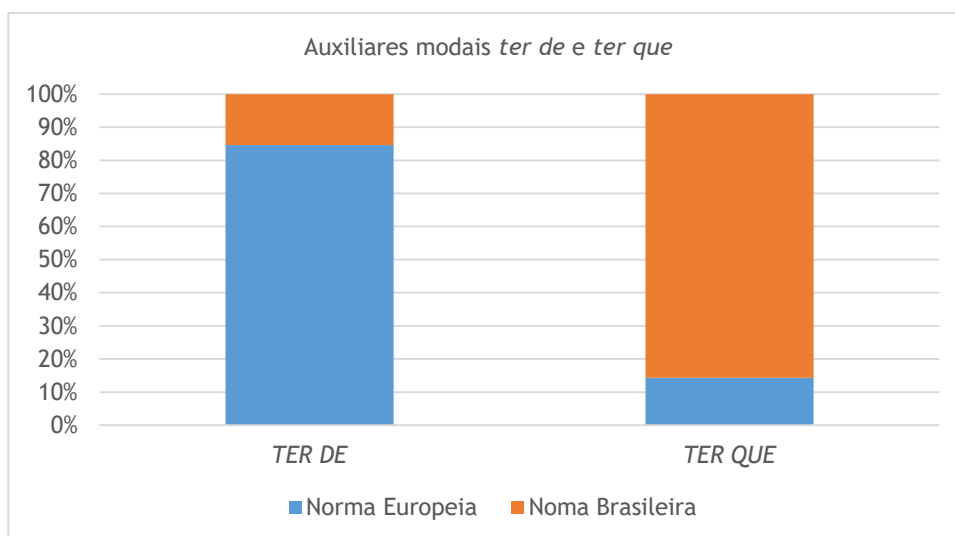


Gráfico n.º 5 Auxiliares modais *ter de* e *ter que*

Feita a descrição dos auxiliares modais *ter de* e *ter que* nas duas normas do português em estudo, ocupar-nos-emos, nas próximas subsecções, da apresentação e discussão dos resultados obtidos sobre o objeto direto e indireto pronominais, a aposição, a sintaxe posicional dos clíticos e a ordem das palavras em frases interrogativas totais e parciais.

2.2.6. Objeto direto pronominal átono e reto

A exemplo do que se tem constatado em outros trabalhos da especialidade, pareceu-nos que a forma de realização do objeto direto também constitui um dos aspetos morfossintáticos distintivos entre o português europeu e brasileiro.

Tomando os pronomes átonos como procedimento de análise, foi possível identificar, no *corpus* do português europeu, 46 ocorrências do pronome *o* e suas flexões (*os, a, as, lo, los, la, las*) como objeto direto e oito ocorrências do pronome *nos* também com a função de objeto direto, perfazendo, assim, um total de 54 objetos diretos pronominais átonos. Contudo, não se verificou qualquer realização dos pronomes *ele* (e respetivas flexões) e locução pronominal *a gente* em posição acusativa.

No *corpus* do português brasileiro, houve um registo de 14 ocorrências do pronome *o* e suas flexões como objeto direto e seis do pronome *nos* também como objeto direto. Por outro lado, registou-se uma ocorrência do pronome *ele* como objeto direto e uma da locução pronominal *a gente* também como objeto direto. Apresentamos, na seguinte tabela, o valor percentual do objeto direto pronominal, subcategorizado em átono e nominativo, identificado no português europeu e brasileiro:

	Objeto direto pronominal							
	Átono				Reto			
	O/A	Nos	Total	Porcentagem	Ele	A gente	Total	Porcentagem
Europeu	46	08	54	73	0	0	0	0
Brasileiro	14	06	20	27	01	01	02	100

Tabela n.º 6 Objeto direto pronominal

Pode-se depreender da tabela n.º 6 que o objeto direto pronominal, na norma escrita do português europeu, é predominantemente átono (170), diferenciando-se, assim, da norma escrita do português brasileiro onde pode aparecer realizado por um pronome átono (171 a e b) ou reto (171 c e d):

(170) a. A progenitora visitava-a de 15 em 15 dias. Aos 12 anos leva-a para morar consigo (*Público*, 20 de abril de 2016, p. 2).

b. Basta ouvir Sílvia Pérez Cruz ao vivo (algo que os discos ainda não reproduzem na perfeição), como recentemente aconteceu na Gulbenkian ou no Theatro Circo, para perceber que há tanto sangue e tantas lágrimas na forma como canta que toda a palavra sai transformada e, por momentos, ela tem-nos dentro da canção (*Público*, 22 de abril de 2016, p. 3).

(171) a. Pela manhã, durante o ato de entrega do relatório e voto de 84 páginas, o presidente do Conselho de Ética, José Carlos Araújo (PR-BA), acusou os aliados de Cunha de tentarem manobrar para tirá-lo da presidência do órgão (*O Globo*, 01 de junho de 2016, p. 4).

b. A música, quando bem feita, nos leva ao coração do ser. E faz isso com elegância, consensualmente (*O Globo*, 06 de abril de 2016, p. 5).

c. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela [...] (*O Globo*, 23 de maio de 2016, p. 3).

d. A África é diferente. Aqui, nós temos legislação, bancos, política agrária, tradição no setor mais do que centenária. Tem regras de comércio que protegem a gente (*O Globo*, 25 de maio de 2016, p. 2).

Conforme se observa, em (171 c e d), o objeto direto é representado pelo pronome *ela*, ao passo que, na segunda alínea, é representado pela locução pronominal *a gente*, ambos pertencentes à classe dos pronomes retos que, tradicionalmente, só podem exercer a função sintática de sujeito. Entre os pesquisadores brasileiros, há quem olhe para o fenómeno sintático em questão quer como uma reorganização do sistema pronominal²⁹⁵, quer como um vestígio de construções antigas²⁹⁶.

Os dados, que constam na tabela n.º 6 e representados no seguinte gráfico, evidenciam a existência de um processo de simplificação das formas do pronome acusativo

²⁹⁵ Milton M. Azevedo, «A Variedade Caipira do Português Brasileiro Vernáculo em quatro livros de Valdomiro Silveira», in Carlos Assunção e José Esteves Rei (dir.), *Revista de Letras*, Vila Real, Centro de Estudos em Letras da UTAD, 2009, p. 18.

²⁹⁶ Paulo Mosânio Teixeira Duarte e Maria Claude Lima, *Classes e Categorias em Português*, Fortaleza, UFC Edições, 2000.

o/a no sistema escrito do português brasileiro, assemelhando-se, neste sentido, ao sistema oral porque, para Marcos Bagno, «os pronomes *o/a*, de construções como “eu *o vi*” e “eu *o conheço*” estão praticamente extintas no português falado no Brasil»²⁹⁷:

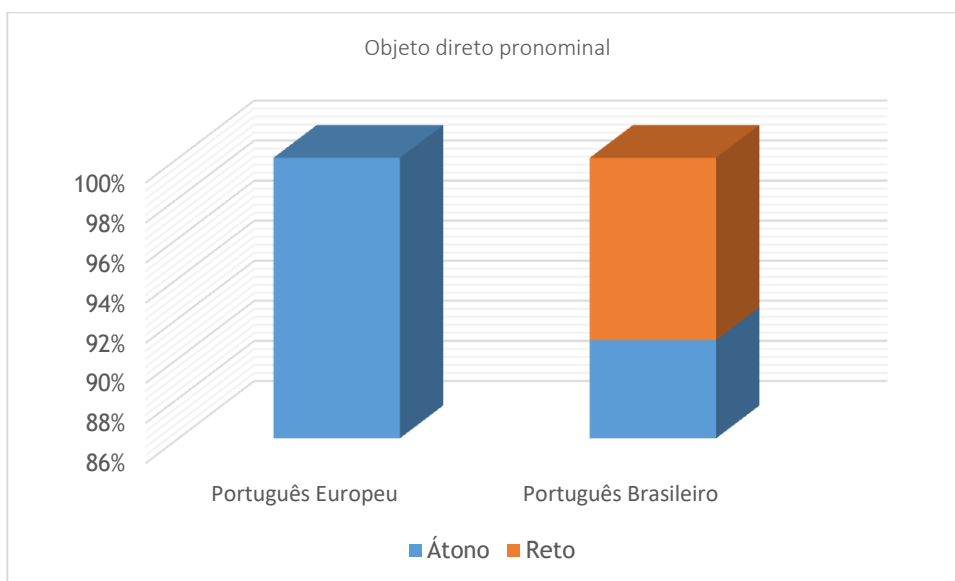


Gráfico n.º 6 Objeto direto pronominal

Nota-se, pois, que, comparativamente ao português europeu, o objeto direto pronominal realizado com o clítico *o/a* é um constituinte simplificado no português brasileiro dada a possibilidade de, na mesma posição, ocorrer um pronome pessoal reto como *ele/ela*, *você* ou a locução pronominal *a gente*. Assim sendo, também se poderá observar, na subsecção 2.2.7, que, no português brasileiro, o pronome *lhe* é um morfema com função sintática cumulativa pelo facto de poder ocorrer como objeto indireto e direto.

2.2.7. Pronome *lhe*: um morfema com função sintática cumulativa no português brasileiro

Na tradição gramatical luso-brasileira, o pronome pessoal *lhe* só pode ocorrer como complemento ou objeto indireto, uma função sintática, por conseguinte, que se apresentou como o único padrão da atual norma do português europeu com uma frequência de 31 ocorrências. Na norma do português brasileiro, apareceu realizado com dois padrões sintáticos, ou seja, a desempenhar a função sintática de complemento indireto com oito ocorrências e de complemento direto com uma ocorrência:

(172) a. O *Público* deu a notícia e não **lhe** cabia optar pela antecipada censura da mesma (*Público*, 29 de fevereiro de 2016, p. 2).

²⁹⁷ Marcos Bagno, *Preconceito Linguístico: O que é? Como se faz?*, p. 41.

b. O atual secretário de Estado das autarquias locais já perdeu a conta à quantidade de vezes que **lhe** disseram que não precisa de dizer que é cigano (*Público*, 27 de junho de 2016, p. 3).

(173) a. Portanto, nunca **lhe** pedi recursos ou qualquer outro tipo de auxílio à minha campanha (*O Globo*, 15 de junho de 2016, p. 2).

b. Céu não nega o lado denso desses pontos de luz quando canta dentre timbres eletrônicos sutis. Pois ela sabe que há o peso das perdas, mas há também a liberdade de escapar do que **lhe** amarra, de não olhar para trás, de falar o que não se deve (*O Globo*, 06 de abril de 2016, p. 4).

Tal como se verifica, em (172), o pronome *lhe* aparece realizado como objeto indireto, pois, nas duas situações, o verbo é de transição indireta, havendo, assim, condições sintáticas para se proceder ao respetivo teste de constituência: *a quem não cabia optar pela antecipada censura da mesma?*; *a quem disseram que não precisa de dizer que é cigano?*

Em (173), o pronome *lhe* ocorre como objeto indireto (173 a) e como objeto direto (173 b), porquanto, na primeira alínea, o verbo hospedeiro (*pedir*) é simultaneamente de transição direta e indireta e, na segunda alínea, apenas (*amarrar*) de transição direta.

Importa considerar, por conseguinte, que a heterogeneidade representativa do pronome *lhe* no *corpus* brasileiro em relação ao europeu se deve ao emprego alternado entre esta forma pronominal dativa átona e a forma pronominal dativa tónica *a ele/a ela*. Houve, assim, um registo de oito realizações do dativo *a ele/a ela* nos textos brasileiros, ao passo que nos textos portugueses se afigurou como um morfema de realização nula:

(174) a. Encantado por aquela mulher sexy e exótica, o então estudante de Direito revelou **a ela** seus poderes e os dois se apaixonaram (*O Globo*, 19 de março de 2016, p. 2).

b. Fiz questão de dizer **a eles** que, da mesma forma que não quis influir na nomeação deles, muito menos de gostaria de influir na exoneração (*O Globo*, 31 de março de 2016, p. 3).

c. Em nota, Chalita disse que não conhece Sérgio Machado nem pediu **a ele** recursos para campanha (*O Globo*, 27 de junho de 2016, p. 4).

Neste sentido, podemos referir que, no português brasileiro, o pronome *lhe*, além da função cumulativa, tende a simplificar-se no discurso escrito por causa do seu emprego alternado com a forma tónica *a ele/a ela*, conforme se pode constatar no seguinte gráfico:

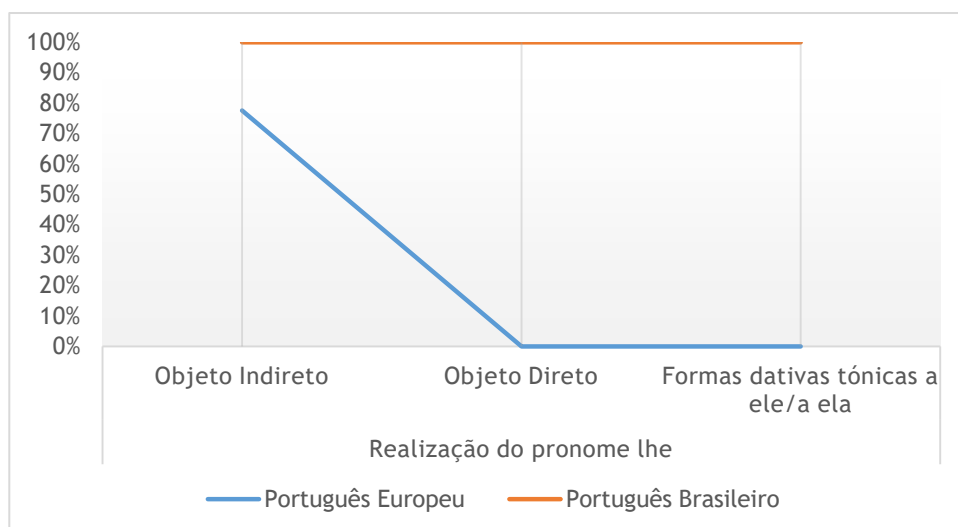


Gráfico n.º 7 Da sintaxe do pronome *lhe*

No gráfico acima, também se ilustra um eventual processo de simplificação ou perda dos níveis de realização do pronome *lhe* no português brasileiro e da terceira pessoa do pronome pessoal tónico no português europeu. Para resumir tudo quanto se descreveu nas duas últimas subsecções, pode-se referir que o atual quadro do sistema pronominal do português brasileiro escrito, que exerce a função sintática de objeto direto, conta com mais quatro pronomes: *ele*, *você*, *a gente* e *lhe*.

2.2.8. Aposto marcado e não marcado

Nesta subsecção, descreveremos a aposição sintática atestada nas duas variantes do português em estudo. A análise dos dados sobre o constituinte em epígrafe foi efetuada manualmente em detrimento das dificuldades que tivemos em definir o critério de entrada que possibilitasse a identificação do aposto no *corpus* através do aplicativo informático em uso.

Empregaremos a expressão aposto marcado para designar o aposto tradicionalmente conhecido, ou seja, o constituinte oracional com valor predicativo apositivo separado dos outros constituintes por duas vírgulas e, por outro lado, empregaremos a expressão aposto não marcado para designar o aposto delimitado por uma vírgula e sem delimitação pontuacional, conforme se pode observar das diferenças entre (175) e (176):

(175) a. Imre Kertész, **um judeu húngaro**, sobreviveu ao Holocausto (*Público*, 31 de março de 2016, p. 1).

b. O primeiro-ministro, **António Costa**, recusou nesta quarta-feira medidas adicionais para cumprir o déficit [...] (*Público*, 18 de maio de 2016, p. 1).

c. O Presidente da República, **Marcelo Rebelo de Sousa**, disse nesta quarta-feira que continua esperançado [...] (*Público*, 19 de maio de 2016, p. 1).

(176) a. Economista da Firjan, **Riley Rodrigues** diz que é preciso levar vetores de desenvolvimento e crescimento [...] (*O Globo*, 03 de março de 2016, p. 2).

b. O jornalista e crítico José Carlos Avellar, **importante pensador do cinema brasileiro e latino-americano**, morreu nesta sexta-feira, aos 79 anos (*O Globo*, 18 de março de 2016, p. 1).

c. O ex-presidente da Transpetro **Sérgio Machado** disse, em deleção premiada, que recebeu pedido de propina do presidente interino **Michel Temer** para financiar [...] (*O Globo*, 15 de junho de 2016, p. 1).

Em (175), o aposto (*um judeu húngaro*, António Costa, Marcelo Rebelo de Sousa) aparece delimitado dos outros constituintes por duas vírgulas: uma vírgula à direita do sujeito (*Imre Kertész*, o primeiro-ministro, o Presidente da República) e outra à esquerda do predicado (*sobreviveu*, recusou, disse). Neste particular, o aposto é, de facto, marcado.

Em (176), há aposto marcado e não marcado: marcado em (176 b) porque o sintagma que desempenha esta função (*importante pensador do cinema brasileiro e latino-americano*) está separado do sujeito (*o jornalista e crítico José Carlos Avellar*) e do predicado (*morreu*) por duas vírgulas e não marcado em (176 a e c), pois, no primeiro caso, só há uma vírgula a delimitar este constituinte (*Riley Rodrigues*) dos outros (*Economista da Firjan*, diz), ao passo que, no segundo caso, não há qualquer delimitador pontuacional entre o aposto (*Sérgio Machado*, *Michel Temer*) e os constituintes adjacentes (*o ex-presidente da Transpetro*, disse, presidente interino).

Conforme se observa no gráfico n.º 8, o *corpus* do português europeu contém 100% de realização de aposto marcado, ou seja, 20 ocorrências de aposto marcado e nenhuma de aposto não marcado. Entretanto, o *corpus* do português brasileiro contém uma percentagem dividida de realização de aposto marcado e não marcado, pois houve um registo de 13 ocorrências de aposto marcado e 12 de aposto não marcado:

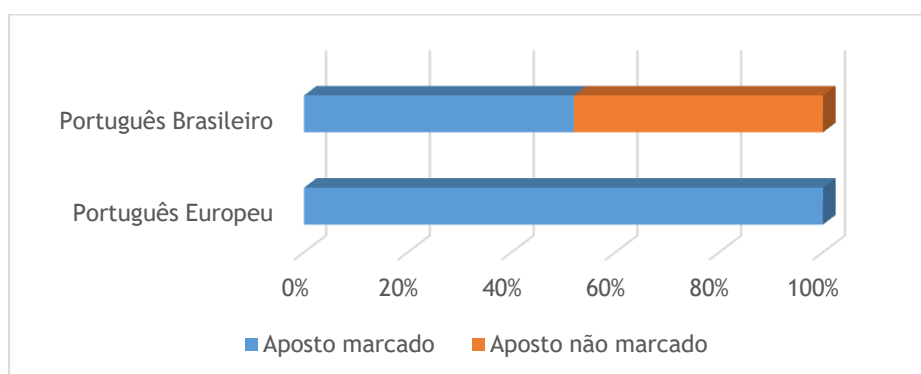


Gráfico n.º 8 Aposto marcado e não marcado

Verifica-se, pois, que, no *corpus* do português europeu, há um registo de 100% de aposto marcado e de 0% de aposto não marcado, ao passo que, no *corpus* brasileiro, há uma divisão percentual entre aposto marcado e não marcado. Entretanto, as orações adjetivas

apositivas, que exercem a função de aposto, aparecem todas separadas por vírgula nos enunciados dos *corpora* analisados. Quer dizer que, nas adjetivas apositivas, o aposto é predominantemente marcado nas duas normas do português em abordagem.

Em forma de subsídio à sintaxe descritiva do português, procedemos à subdivisão das orações adjetivas apositivas, identificadas nos textos inventariados, em apositivas intercaladas (177), apositivas transpostas (178) e apositivas enumerativas (179), uma proposta, portanto, pouco comum na literatura de especialidade:

(177) a. Para debater este tema, **que considera barra pesada**, convidou os escritores Mário de Carvalho, Margarida Fonseca Santos, Afonso Cruz e Cristina Carvalho, numa mesa que será moderada [...] (*Público*, 22 de fevereiro de 2016, p. 1).

b. O patrão do grupo Ferpinta, **que inclui mais de 20 empresas**, é líder nacional na produção de tubos de aço (*Público*, 20 de abril de 2017, p. 2).

c. A presença de Pelé e do time fez com que a guerra de Biafra, na Nigéria, **que já durava dois anos**, tivesse uma trégua (*O Globo*, 02 de março de 2016, p. 2).

d. Lançada oficialmente em fevereiro de 2015, a música, **que faz parte da trilha do popular game de futebol Fifa 16**, nada mais é que uma recriação em cima da melodia de Terapia (*O Globo*, 30 de março de 2016, p. 2).

(178) a. Mas, segundo a imprensa brasileira, Temer vai dispensar a cerimónia de posse e pondera convocar o seu conselho de ministros para uma primeira reunião aberta, **que seria transmitida ao vivo pela televisão** (*Público*, 12 de maio de 2016, p. 2).

b. O facto de a Espanha realizar em Junho novas eleições legislativas que permitam desbloquear o impasse político que se vive no país terá sido determinante para esta decisão de adiamento, **que acabou por se reflectir também no caso português** (*Público*, 18 de maio de 2016, p. 3).

c. Eram os mentores intelectuais de centenas de grupos em redes sociais, **que envolvem milhares de integrantes** (*O Globo*, 16 de março de 2016, p. 2).

d. Eles são um grupo fantástico, **que teve grande impacto na cena de jazz** (*O Globo*, 20 de maio de 2016, p. 1).

(179) a. Esta proposta só será exequível se mandarem também os doentes de férias e de folgas, afirma a bastonária, **que nota que há vários serviços hospitalares que já hoje devem 1300 horas e 800 horas aos enfermeiros, que há profissionais a fazerem horários ilegais** (*Público*, 01 de junho de 2016, p. 2).

b. A relutância dos ministros do PMDB de abandonarem o governo é um fator inesperado, **que tem criado uma saia justa para a presidente Dilma Rousseff, que prepara uma reforma ministerial para, justamente, preencher os espaços que vagariam com o desembarque do ex-aliado** (*O Globo*, 31 de março de 2016, p. 2).

É possível observar, a partir dos exemplos ilustrados acima, que as adjetivas apositivas intercaladas ocorrem em posição medial da frase, entre um núcleo nominal e verbal, demarcadas por duas vírgulas como em (177), as transpostas no membro direito da

frase demarcadas por uma vírgula (178) e as enumerativas também ocorrem no membro direito da frase, contudo, com valor aditivo ou enumerativo (179).

Assim como se descreve na tabela abaixo, a aposição relativa, no português europeu, é sobretudo intercalada do que transposta, diferenciando-se, mais uma vez, da norma brasileira onde é predominantemente transposta do que intercalada:

Norma	Aposição Relativa					
	Intercalada	Percentagem	Transposta	Percentagem	Enumerativa	Percentagem
Europeia	35	47	21	27	01	33
Brasileira	39	53	56	76	02	67

Tabela n.º 7 Aposição relativa

2.2.9. Sintaxe posicional dos clíticos

Com esta subsecção, procuraremos proceder à inferência da hipótese segundo a qual «a colocação dos pronomes átonos no Brasil difere da colocação atual portuguesa, embora encontre precedentes na língua medieval e clássica»²⁹⁸. Para tal, adotaremos a metodologia de abordagem dos clíticos apresentada em Ana Maria Martins²⁹⁹ que consiste na apresentação e discussão de estruturas morfossintáticas equivalentes atestadas nos dois *corpora*. É, pois, com base nisso que a nossa análise será efetuada a partir de frases declarativas e afirmativas, interrogativas e negativas e de orações subordinadas finitas e não finitas. Por não se tratar de uma dissertação sobre os pronomes átonos, não nos ocuparemos de outros aspetos também atinentes à sintaxe posicional dos clíticos, como a interpolação, a focalização, a topicalização à esquerda clítica e a assimilação. Fica, assim, mais um desafio profissional para futuras dissertações.

2.2.9.1. Frases declarativas e afirmativas

Em Eduardo Paiva Raposo *et alii*, refere-se que, em frases declarativas e afirmativas simples ou compostas sem atratores, os pronomes clíticos se pospõem ao verbo³⁰⁰. Em Ana Maria Martins, estas frases recebem a designação de estruturas não-dependentes que, conforme veremos mais adiante, se opõem às orações subordinadas, às orações coordenadas disjuntivas, às frases negativas e interrogativas parciais e que, como um todo, formam as estruturas dependentes, ou seja, aquelas que determinam a localização dos clíticos à posição pré-verbal³⁰¹. Todavia, o *corpus* analisado permitiu-nos constatar que, em frases declarativas e afirmativas sem atratores, há alternância livre entre posposição e anteposição no diassistema da língua portuguesa, pois observamos 13 ocorrências dos pronomes clíticos em

²⁹⁸ Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, *op. cit.*, p. 497.

²⁹⁹ Ana Maria Martins, *op. cit.*, pp. 13-25.

³⁰⁰ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*, *op. cit.*, vol. 2, pp. 2238-2240.

³⁰¹ Ana Maria Martins, *op. cit.*, pp. 15-17-

posição pós-verbal na variante europeia e 10 em posição pré-verbal na variante brasileira. Vejamos alguns exemplos das duas variantes:

- (180) a. Parece-me ser a primeira versão [...] (*Público*, 29 de fevereiro de 2016, p. 2).
b. Sinto-me livre na música. Além de que escuto muita coisa, sobretudo ao vivo ou graças a algum amigo que me mostra um disco (*Público*, 22 de abril de 2016, p. 3).
c. A China vê-a como província e promete o uso da força [...] (*Público*, 20 de maio de 2016, p. 2).
d. A maior quebra registou-se no ensino básico [...] (*Público*, 09 de junho de 2016, p. 1).
e. O amor sai muito caro. Traz-nos despesas imprevisíveis e insuportáveis de alma (*Público*, 15 de junho de 2016, p. 1)
- (181) a. O primeiro documento se refere à construção do chamado lote zero do BRT Transporte [...] (*O Globo*, 26 de fevereiro de 2016, p. 2).
b. Eu me submeterei à operação Lava-Jato, mas ela não é o meu foco (*O Globo*, 23 de maio de 2016, p. 3).
c. A pesquisa se baseou no ranking do Metracritie, site que avalia filmes a partir de críticas profissionais [...] (*O Globo*, 13 de abril de 2016, p. 1)
d. Ele me dizia que ia embora e vinha se despedir (*O Globo*, 16 de maio de 2016, p. 3).
e. Eles se expandiram para incluir minha música (*O Globo*, 20 de maio de 2016, p. 2).

Conforme se observa, em todos os enunciados de (180), os clíticos posicionam-se depois do verbo. Em (181), acontece o inverso: os clíticos posicionam-se antes do verbo. Poder-se-ia considerar, com efeito, que, nos tipos de frases em estudo, a posição pré-verbal dos clíticos atestada no português brasileiro reflete a alternância livre entre posposição e anteposição que vem do galego-português ao português arcaico médio: «entre o século XIII e o século XVI a colocação dos clíticos evolui no sentido de um progressivo aumento da colocação pré-verbal. Entre o século XII e o XIX, pelo contrário, regista-se um contínuo decréscimo de colocação proclítica»³⁰². Assim sendo, a atual norma do português europeu conserva o padrão posicional clítico que, na opinião de Ana Maria Martins, resultou da mudança gramatical ocorrida no século XVII³⁰³.

³⁰² *Idem, ibid.*, p. 275.

³⁰³ *Idem, ibid.*, p. 277.

2.2.9.2. Frases interrogativas e negativas

Nas frases interrogativas, os clíticos são estudados a partir da interface interrogativas totais e interrogativas parciais. A nível funcional e quando o foco da abordagem são os clíticos, as interrogativas totais também integram as estruturas não-dependentes, ao contrário das interrogativas parciais que integram as estruturas dependentes. Por isso, Ana Maria Martins refere que «as interrogativas totais não se distinguem das declarativas no que respeita à colocação dos clíticos»³⁰⁴. Num registo de seis realizações (três no *corpus* do português europeu e três no *corpus* do português brasileiro), verificamos padrões posicionais dos clíticos diferentes entre o português europeu e brasileiro: nas interrogativas parciais, a posição dos pronomes átonos é sempre proclítica no português europeu (182), ao passo que no português brasileiro pode ser proclítica (183 a) ou enclítica (183 b):

(182) a. E como é que isso **se** combate? (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 1).

b. [...] mas quantas pessoas mais velhas andaram em escolas que educavam separadamente rapazes e raparigas e hoje nem **lhes** passa pela cabeça que isso fosse um modelo correto ou justo? (*Público*, 27 de junho de 2017, p. 2).

c. Quantas pessoas **se** lembram que a escola em que andaram era uma escola profundamente promotora de desigualdades e injustiças sociais e isso não os impediu de serem militantes fiéis pelos valores da equidade educativa? (*Público*, 27 de junho de 2016, p. 2).

(183) a. Mesmo pelo fato de Céu aparecer em todas as capas de seus discos lançados até aqui, o que elas **nos** dizem para além da sua função plástica? (*O Globo*, 16 de março de 2016, p. 1).

b. Mas como viver juntos e apoiar-**nos** uns aos outros por meio destes novos tipos de distribuição e produção? (*O Globo*, 21 de março de 2016, p. 2).

c. Paixão e serenidade **se** opõem? (*O Globo*, 21 de maio de 2016, p. 1).

Sem registo no *corpus* do português europeu, o exemplo (183 c) ilustra que, em interrogativas totais, os clíticos também podem ocupar a posição pré-verbal no português brasileiro.

Relativamente às frases negativas, houve um registo de 13 realizações no *corpus* do português europeu e oito no *corpus* do português brasileiro. À semelhança do que sublinha Ana Maria Martins, poder-se-á constatar através dos seguintes exemplos que, nas duas variantes em estudo, «as orações que contêm um operador de negação predicativa apresentam invariavelmente o pronome complemento átono colocado antes do verbo»³⁰⁵:

(184) a. Por favor não **me** interprete mal neste desenrolar de desabafos, mas a minha ansiedade de o conhecer e de falar com o senhor fala mais alto (*Público*, 20 de abril de 2016, p. 3).

³⁰⁴ *Idem, ibid.*, p. 16.

³⁰⁵ *Idem, ibid.*, p. 17.

b. Não **o** sabia, não era consciente, e não creio que a música tenha obrigatoriamente de carregar uma mensagem (*Público*, 21 de abril de 2016, p. 2).

c. Na política doméstica ou externa não **lhe** faltam desafios de negociação (*Público*, 20 de maio de 2016, p. 2).

d. Não **se** esgota no labor a ideia negativa que os portugueses não ciganos têm dos portugueses ciganos (*Público*, 27 de junho de 2016, p. 2).

(185) a. A atriz não **se** furta ao que define como atitude cultural (*O Globo*, 16 de março de 2016, p. 2).

b. Não **se** nega que as investigações e as medidas judiciais poderiam ser retomadas perante o STF (*O Globo*, 18 de março de 2016, p. 1).

c. Procurado, o novo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, cujo titular é Gilberto Kassab (PSD-SP), não **se** manifestou sobre os questionamentos (*O Globo*, 17 de maio de 2016, p. 1).

d. Não **me** sinto atrapalhando o governo, me sinto ajudando (*O Globo*, 23 de maio de 2016, p. 1).

2.2.9.3. Orações subordinadas finitas

À exceção de um caso, os exemplos atestados demonstram que nas orações subordinadas finitas o padrão posicional dos clíticos é pré-verbal no português europeu e brasileiro, tal como sucedeu em todos os períodos da história da língua: «Nas orações subordinadas finitas, os pronomes pessoais átonos ocorrem em posição pré-verbal, em todas as épocas, independentemente do tipo de oração subordinada»³⁰⁶. A seguinte tabela demonstra o grau de realização das orações em epígrafe atestadas nos *corpora* do português europeu e brasileiro:

	Orações Subordinadas Finitas					
	Adjetivas		Substantivas		Adverbiais	
	Próclise	Ënclise	Próclise	Ënclise	Próclise	Ënclise
<i>Corpus Europeu</i>	25	0	03	0	03	0
<i>Corpus Brasileiro</i>	15	0	03	01	04	0

Tabela n.º 8 Sintaxe posicional dos clíticos nas orações subordinadas finitas

Seguem-se, por conseguinte, os principais contextos de ocorrência dos clíticos nas orações adjetivas (186), substantivas (187) e adverbiais (188):

(186) a. É com a tradução de *O Nome da Rosa*, em 1983, que Eco **se** torna popular em Portugal (*Público*, 20 de fevereiro de 2016, p. 3).

³⁰⁶ *Idem, ibid.*, p. 96.

b. Sílvia Pérez Cruz diz que tem uma voz muito ibérica. Diz que este fogo de flamenco que **lhe** ouvimos num canto indomado e que parece vir tanto da boca quanto do coração e do estômago [...] (*Público*, 21 de abril de 2016, p. 2).

c. Importa investir mais na sua formação académica e profissional ao mesmo tempo que **se** aposta numa rede nacional de criação de emprego (*Público*, 27 de junho de 2016, p. 3).

d. Esse sentimento que **se** consolida nas novas gerações corresponde ao desejo que se expressa para a cidade do século XXI (*O Globo*, 01 de março de 2016, p. 2).

e. Chegamos ao grupo com base nas informações que Taís Araújo **nos** apresentou e em pesquisas nas redes sociais (*O Globo*, 16 de março de 2016, p. 2).

f. Outro executivo que **se** pronunciou sobre a troca de governo foi o presidente da JBS, Wesley Batista, que disse esperar o encaminhamento de reformas estruturantes ao país (*O Globo*, 12 de maio de 2016, p. 2).

(187) a. Discorda que **se** importe este formato: Essa escrita criativa ensina um modelo (*Público*, 22 de fevereiro de 2016, p. 1).

b. Só me resta pedir-lhe que **me** ajude (*Público*, 20 de abril de 2016, p. 3).

c. Se fosse a resumir o seu significado, eu diria que **se** trata da assunção de que Portugal é um país da UE como os outros (*Público*, 20 de abril de 2016, p. 1).

d. Febraban, federação que representa os bancos, também **se** manifestou por meio de nota e disse que associa-**se** aos que veem na nova equipe de governo e manifesta seu apoio [...] (*O Globo*, 26 de fevereiro de 2016, p. 1).

e. Ele disse ainda que tem cobrado que o Ministério Público **se** pronuncie sobre as investigações em relação a ele, porque a situação é um incômodo (*O Globo*, 23 de maio de 2016, p. 2).

f. Segundo Machado, na conversa ficou claro que **se** tratava de pedido de repasse, por doação oficial, de propina de contratos da Transpetro, empresa subsidiária da Petrobras (*O Globo*, 16 de junho de 2016, p. 1).

(188) a. [...] à qual estava ligado desde 1959, quando **se** tornou consultor editorial - como forma de protesto por esta ter sido comprada pelo grupo Mondadori, ligado a Berlusconi (*Público*, 20 de fevereiro de 2016, p. 3).

b. Quando **lhe** atribuiu o Nobel da Literatura em 2002 - foi o primeiro escritor húngaro a recebê-lo [...] (*Público*, 31 de março de 2016, p. 1).

c. E não é apenas uma questão de gosto, até porque **me** expunha a levar com um simplório (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 2).

d. Quando **se** fala em saneamento básico, envolvem-se várias frentes na área da saúde (*O Globo*, 01 de março de 2016, p. 2).

e. Nós respeitadamente discordamos da decisão dada pelo ministro Gilmar Mendes. Em primeiro lugar, porque **nos** parece que a medida contraria a jurisprudência do próprio STF (*O Globo*, 18 de março de 2016, p. 1).

f. Temos pressa para que se resolva rápido a crise institucional e que sejam tomadas essas medidas porque a economia está sangrando diariamente (*O Globo*, 12 de maio de 2016, p. 1).

Em (187 d), ilustra-se um caso de realização dos clíticos em posição pós-verbal em vez da pré-verbal no português brasileiro, pois o verbo hospedeiro constitui o núcleo predicativo de uma oração substantiva. Verifica-se, assim, que a atual norma do português brasileiro admite alternância livre entre anteposição e posposição dos clíticos em orações subordinadas finitas.

2.2.9.4. Orações infinitivas regidas pela preposição *para*

Na presente subsecção, faremos a descrição dos casos de realização dos clíticos em orações subordinadas infinitivas regidas pela preposição *para*. No *corpus* do português europeu, as orações infinitivas introduzidas pela preposição *para* determinam a colocação dos pronomes átonos antes do verbo, pois, em cinco ocorrências, não se observou variação deste padrão posicional. No *corpus* do português brasileiro, não obstante, os pronomes átonos aparecem antes e depois do verbo em orações infinitivas introduzidas pela preposição *para* pelo facto de, em oito ocorrências, se observar cinco em posição enclítica e três em posição proclítica. A seguinte tabela demonstra a frequência e o valor percentual das construções em abordagem nas duas normas do português em abordagem:

	Orações infinitivas regidas pela preposição <i>para</i>			
	Próclise	Percentagem	Ênclise	Percentagem
Corpus Europeu	05	62	0	0
Corpus Brasileiro	03	38	05	100

Tabela n.º 9 Clíticos em orações infinitivas regidas pela preposição *para*

Vejamos, a seguir, o padrão posicional dos clíticos em seis das 13 ocorrências das orações infinitivas em estudo atestadas no *corpus*:

(189) a. Nos últimos anos Portugal já teve mais do que uma ocasião para se valer dos seus direitos (*Público*, 20 de abril de 2016, p. 2).

b. Não tenho a menor vocação e inclinação para me determinar por razões de ordem táctica (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 2).

c. Adepto do sound system – termo popularizado na Jamaica dos anos 1950 para se referir a um sistema de som improvisado, usado em festas de (*O Globo*, 20 de maio de 2016, p. 1).

d. No mundo de hoje, o que se quer é uma cidade confortável, disponível simultaneamente para se viver, trabalhar, se divertir, andar de bicicleta (*O Globo*, 01 de março de 2016, p. 2).

e. Aos colegas presentes e futuros, aí vai uma primeira contribuição para sustentá-los um pouquinho na corajosa resistência por esta escola que faz parte do nosso orgulho de gente de teatro (*O Globo*, 20 de maio de 2016, p. 1).

f. [...] o presidente do Conselho de Ética, José Carlos Araújo (PR-BA), acusou os aliados de Cunha de tentarem manobrar para tirá-lo da presidência do órgão (*O Globo*, 01 de junho de 2016, p. 1).

Nota-se, assim, mais um aspeto diferenciador entre a sintaxe posicional dos clíticos no português europeu e brasileiro, uma vez que, em orações infinitivas regidas pela preposição *para*, a próclise é categórica em Portugal, ao passo que no Brasil não é categórica, ou seja, o uso prevê a alternância livre entre anteposição e posposição que, segundo os dados apresentados por Ana Maria Martins, se trata de um padrão predominante nos dois primeiros séculos do galego-português:

Nos séculos XIII e início do XIV, regista-se variação livre entre anteposição e posposição do clítico ao verbo. A última atestação da colocação pós-verbal do clítico é de 1341. A partir desta data, *pera*, tal como *de*, condiciona necessariamente a anteposição. Assim, neste tipo de estrutura, há uma evolução no sentido da fixação da ordem clítico-verbo em contextos de primitiva ordem livre³⁰⁷.

2.2.9.5. Mesóclise: conclusão do estudo

A mesóclise, definida como a colocação de um pronome clítico no interior de um verbo, pode ocorrer com o futuro do indicativo e com o condicional³⁰⁸. Comparativamente aos outros dois padrões posicionais dos clíticos, a mesóclise foi o padrão menos frequente nos *corpora* em estudo. Sem qualquer ocorrência no *corpus* do português brasileiro, houve um registo de duas realizações no *corpus* do português europeu. Nos dois exemplos, ela é determinada pelo futuro imperfeito do indicativo (190 a) e pelo condicional (190 b):

(190) a. Não. **Dir-me-ão**: mas porque é que Portugal não tem esse discurso, não bate com o sapato na mesa e diz tem que se mudar a união monetária (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 2)

b. Sou obviamente um devotado respeitador das regras da lealdade e da cortesia institucional e **parecer-me-ia** muito mal que algum Chefe de Estado se postulasse como um qualquer foco de hostilidade ao executivo (*Público*, 15 de junho de 2016, p. 1).

Em síntese, podemos dizer que, quanto à sintaxe posicional dos clíticos, a norma do português brasileiro admite alternância livre entre anteposição e posposição em contextos em que a norma do português europeu não admite alternância, sobretudo em frases declarativas e afirmativas sem estruturas determinantes, em frases interrogativas totais e parciais e em orações subordinadas finitas e não finitas. Ainda dominante em Portugal, a mesóclise vai apresentando-se como um padrão posicional clítico em desuso no Brasil.

³⁰⁷ *Idem, ibid.*, p. 114.

³⁰⁸ *Idem, ibid.*, p. 155.

2.2.10. Ordem direta e derivada nas frases interrogativas totais e parciais

Quanto ao tipo de frase em epígrafe, houve um registo de 46 ocorrências no *corpus* do português europeu das quais 20 são interrogativas totais e 26 interrogativas parciais. No *corpus* do português brasileiro, houve, por conseguinte, oito ocorrências de frases interrogativas totais e de 20 interrogativas parciais:

	Frases Interrogativas		
	Totais	Parciais	Total
<i>Corpus Europeu</i>	20	26	46
<i>Corpus Brasileiro</i>	8	20	28

Tabela n.º 10 Frases interrogativas

Nas frases interrogativas totais, a ordem dos constituintes é a direta no português europeu e brasileiro, ou seja, não há alteração/inversão da posição básica, canónica ou habitual das palavras na frase:

(191) a. O star system fez dele um intelectual integrado? (*Público*, 26 de fevereiro de 2016, p. 6).

b. Alguém está a discutir isso em Portugal? (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 2).

c. As medidas continuam, têm é outro nível de incidência? (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 2).

d. A filiação do perfilhado é mais moral do que a filiação daquele que o pai rejeitou? (*Público*, 20 de abril de 2016, p. 4).

(192) a. Toda música é uma apropriação? (*O Globo*, 21 de março de 2016, p. 2).

b. O hip hop seria uma espécie de vingança estética dos colonizados? (*O Globo*, 21 de março de 2016, p. 2.).

c. Paixão e serenidade se opõem? (*O Globo*, 21 de maio de 2016, p. 1).

d. Já tem uma decisão do Henrique Alves sobre isso. Agora querem mudar para beneficiar o Cunha? (*O Globo*, 01 de junho de 2016, p. 3).

Em todos os exemplos, o padrão sintático é o SVO (sujeito, predicado, objeto), similar aos das frases declarativas afirmativas. Desta forma, as frases interrogativas totais constituem um universal sintático entre a norma do português europeu e brasileiro.

No entanto, nas frases interrogativas parciais, a ordem das palavras pode ser direta e derivada no português europeu e brasileiro. Tal como observaremos, a diferença entre as interrogativas parciais diretas e derivadas está no tipo de morfema interrogativo que determina a propriedade semântico-pragmática de cada frase. Relativamente ao número de frequência, houve, no *corpus* do português europeu, um registo de nove interrogativas parciais cuja ordem das palavras é a direta, bem como um registo de 17 interrogativas parciais 17 cuja ordem das palavras é a derivada. No *corpus* do português brasileiro, por

consequente, houve um registo de 18 interrogativas parciais cuja ordem é a direta e, portanto, um registo de duas interrogativas parciais cuja ordem é a derivada:

	A ordem das palavras nas frases interrogativas parciais				
	Direta	Percentagem	Derivada	Percentagem	Ordem Dominante
Português Europeu	09	33	17	89	Derivada
Português Brasileiro	18	64	02	11	Direta

Tabela n.º 12 A ordem das palavras nas frases interrogativas parciais

Verifica-se, com efeito, que a ordem derivada constitui o padrão sintático dominante das frases interrogativas parciais no português europeu porque, nesta variante e em conformidade com os dados estudados, a ordem direta só ocorre com frases que contenham estruturas interrogativas complexas, ou seja, formadas por um morfema interrogativo seguido da expressão expletiva *é que*. A este tipo de estruturas interrogativas atribuiremos a designação de locução pronominal ou adverbial interrogativa. Reparemos o contraste entre (193) e (194):

(193) a. E como **é que** isso se combate? (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 2).

b. Como **é que** isso se faz? (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 2).

c. O que **é que** isso significa? (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 2).

d. [...] até que ponto **é que** essa busca pode passar por uma refundação da social-democracia na Europa de uma forma que a resgate a contaminação neoliberal? (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 2).

(194) a. **Quantas** páginas deve ter um livro? (*Público*, 26 de fevereiro de 2016, p. 2).

b. **Que** mal fiz eu para ser tratada com indiferença [...]? (*Público*, 20 de abril de 2016, p. 3).

c. [...] E que disse Costa? (*Público*, 01 de junho de 2016, p. 1).

d. **Como** está hoje o socialismo democrático? (*Público*, 03 de junho de 2016, p. 2).

Em (193), a ordem dos constituintes é a direta, uma vez que o sujeito (isso, *essa busca*) se localiza à esquerda do predicado (*combate, faz, significa, pode passar*). Em (194), a ordem dos constituintes não é a direta, mas a derivada pelo facto de o sujeito (*um livro, eu, Costa, socialismo democrático*) se localizar à direita do predicado (*deve ter, fiz, disse, está*) e pelo facto de o objeto direto (*páginas, mal*) presente em (194 a e b) se encontrar deslocado da sua posição habitual, que é à direita do predicado. Em síntese, podemos assinalar que, no português europeu, a ordem inversa constitui o padrão sintático dominante das frases interrogativas parciais, afinal a ordem direta ocorre, principalmente, com locuções pronominais ou adverbiais interrogativas, como *que é que, quando é que, quanto é que*.

A tabela n.º 12 também demonstra que, no português brasileiro, a ordem direta constitui o padrão sintático de base das frases interrogativas parciais. Nesta variante do

português, a predominância da ordem direta, em detrimento da derivada, deve-se, em nossa opinião, à inexistência de parâmetros de restrição sintática entre interrogativas parciais complexas (195 a) e simples (195 b, c e d):

(195) a. **Como é que** a gente vai fazer um evento às segundas? (*O Globo*, 29 de fevereiro de 2016, p. 1).

b. **Como** o Rio pode responder a isso? (*O Globo*, 01 de março de 2016, p. 2).

c. **Quantos** atletas brasileiros conhecem duas rainhas? (*O Globo*, 02 de março de 2016, p. 3).

d. O que a cantora quer que enxerguemos em seu olhar escuro sob a sombra? (*O Globo*, 06 de abril de 2016, p. 4).

Verifica-se, pois, que, independentemente de a frase ser formada por uma estrutura interrogativa complexa (*como é que*) ou simples (*como, quantos, o que*), não ocorre a inversão da ordem básica dos constituintes. Em (196), embora as estruturas interrogativas sejam simples, é possível notar a inversão da ordem básica dos constituintes: o sujeito (*essa mulher*, Dulce Veiga) encontra-se localizado à direita do predicado (*é, andar*):

(196) a. Onde **andar**á Dulce Veiga? (*O Globo*, 24 de fevereiro de 2016, p. 1).

b. Mas quem **é** essa mulher? (*O Globo*, 18 de março de 2016, p. 2).

A partir do que se descreveu nos parágrafos anteriores, procedeu-se à representação do estudo da ordem das palavras nas frases interrogativas parciais no seguinte gráfico analítico-diferencial:

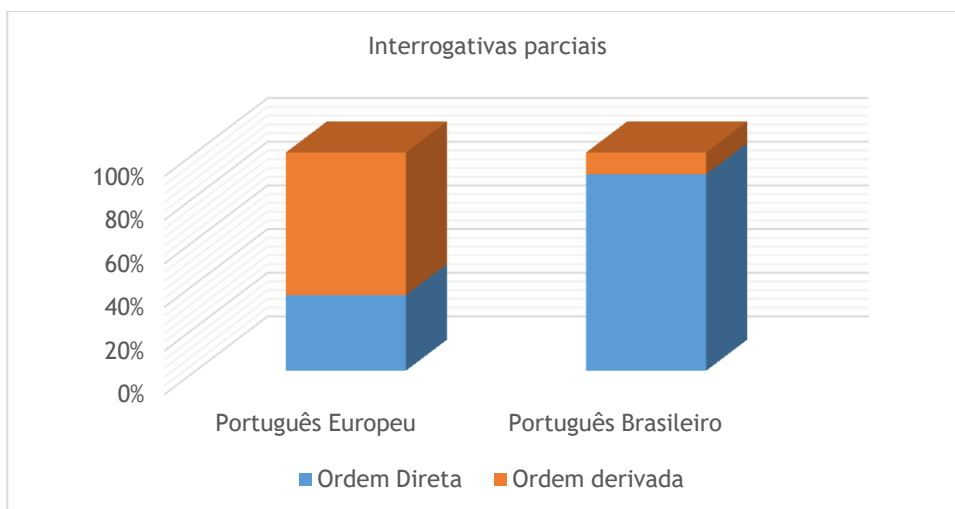


Gráfico n.º 9 Ordem das palavras nas frases interrogativas parciais

Com um registo de duas ocorrências, constatamos que, nas frases exclamativas parciais, a ordem das palavras é a direta e não a derivada na norma escrita do português brasileiro:

(197) a. Ajudou a levar o Brasil para o mundo, vendo e apontando filmes para festivais internacionais. **Quantas janelas ele abriu para o Brasil!** (*O Globo*, 18 de março de 2016, p. 1).

b. **Que alegria essa, a do diálogo sereno!** Sem gritaria, panelaços e palavras de ordem (*O Globo*, 21 de maio de 2016, p. 3).

Fica, assim, assinalado que, nas frases interrogativas totais, a ordem das palavras é direta no português europeu e brasileiro, ao passo que, nas interrogativas parciais, a ordem derivada constitui o padrão dominante em Portugal e a direta no Brasil. Importa referir, por último, que, em Portugal, há restrição sintática quanto à inversão/não inversão da ordem dos constituintes no subtipo de frase em estudo: a ordem direta ocorre essencialmente com locuções pronominais/adverbiais interrogativas e não o contrário. No Brasil, esta restrição é praticamente inexistente, porquanto as duas ordens podem ocorrer com pronomes/advérbios interrogativos ou com locuções pronominais/adverbiais interrogativas.

Capítulo 3

Da sincronia à diacronia: a estrutura da frase em três períodos da história do português

Com a elaboração deste capítulo, procederemos à operacionalização do princípio da complementaridade de abordagem dos fenómenos linguísticos apresentado em Eugenio Coseriu³⁰⁹ porque partimos da análise da estrutura da frase do português contemporâneo (europeu e brasileiro) no seu *estado aparente* para a análise de outros estádios da história da língua portuguesa. Neste sentido, a nossa dissertação diferenciar-se-á dos trabalhos elaborados segundo o princípio dicotómico de abordagem de fenómenos linguísticos, pois, e como assinala Paulo Osório, as dicotomias «estrutura/sistema, mudança/funcionalidade não constituem um todo que permitirá explicar a génese e o desenvolvimento de qualquer língua natural»³¹⁰.

O recurso a textos datados e localizados de fases pretéritas da língua faz com que a nossa dissertação também venha enquadrada no domínio da linguística histórica, porquanto, segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva, a linguística histórica, em sentido restrito, «se refere a todo tipo de trabalho sobre as línguas, desde que com base em *corpora* datados e localizados»³¹¹. Não se trata, assim, de um estudo sobre linguística histórica *latu senso* que «tem como objecto de estudo a mudança linguística no campo real de longa duração. Será, a meu ver, o tradicional entendimento sobre Linguística Histórica»³¹².

Como linhas orientadoras deste capítulo, procuraremos, em primeiro lugar, descrever a pertinência social e académica do *Corpus Informatizado do Português Medieval* e do *Corpus Davies* que, conforme veremos, se afiguram como duas fontes indispensáveis para quem se interesse pela sintaxe histórica do português; em segundo lugar, procuraremos caracterizar os referentes linguísticos e extralinguísticos do português arcaico, arcaico médio e clássico por serem os períodos que elencamos para o nosso trabalho. Por último, faremos a descrição de certos fenómenos sintáticos estudados no segundo capítulo sobre estes três estádios da história da língua portuguesa.

3.1. CIPM e *Corpus Davies*: para a investigação em sintaxe histórica

A linguística computacional tem colocado inúmeros recursos de trabalho à disposição do linguista e dos investigadores de outras áreas do saber. Atualmente, basta aceder a uma página da internet para se poder obter documentos dos diferentes estádios da história do português ou de outras línguas naturais. É com este propósito que surgem o *Corpus Informatizado do Português Medieval* e o *Corpus Davies do Português*. O primeiro *corpus* é um projeto elaborado por iniciativa dos pesquisadores do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa e reúne textos notariais, hagiógrafos, cantigas, crónicas e textos de costumes

³⁰⁹ Eugenio Coseriu, *op. cit.*, pp. 36-50.

³¹⁰ Paulo Osório, *Contributos para uma Caracterização Sintático-Semântica do Português Arcaico Médio*, Covilhã, UBI Editora, 2004, p. 67.

³¹¹ Rosa Virgínia Mattos e Silva, *op. cit.*, p. 25.

³¹² *Idem.*

que vão do século XII ao século XVI. O segundo também é um projeto institucional criado pelos professores Mark Davies da Universidade Brigham Young e Michael J. Ferreira da Universidade de Georgetown e reúne textos administrativos, jornalísticos, ficcionais e académicos que vão do século XIII ao século XX.

Duas particularidades pontuais e operacionais diferenciam os dois *corpora*: o *Corpus Informatizado do Português Medieval* não está lematizado, ou seja, caberá ao pesquisador efetuar a análise dos textos para a identificação do fenómeno linguístico a estudar, ao passo que o *Corpus Davies* já está lematizado, ou seja, a partir de determinadas chaves de entrada (século, subgénero textual, variante), o pesquisador obtém o número de frequência/ocorrência do dado linguístico que pretende estudar. Contudo, julgamos que constitui uma limitação de ordem metodológica ao investigador o facto de, no *Corpus Davies*, não se poder ter acesso ao texto como um todo. Afinal, é fundamental que o historiador da língua ou o sintaticista histórico proceda à exploração direta das fontes escritas:

O estudo dos estados passados de uma língua não pode contar com a experiência e a observação directa do linguista, mas apenas com a experiência dos dois clássicos métodos conjecturais da reconstrução entre as variedades contemporâneas deles geneticamente decorrentes, e da exploração das fontes escritas produzidas na época que é objecto de atenção³¹³.

O Projeto Gutenberg, disponível em <http://www.gutenberg.org/wiki/MainPage>, também é uma fonte documental indispensável a nós que nos dedicamos ao estudo da sintaxe histórica da língua portuguesa. Como todo o estudo diacrónico resulta da conjugação de várias sincronias, o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa dispõe de um *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* que contém textos de todas as nacionalidades da língua portuguesa.

Assim, para o presente capítulo, reunimos, a partir do *Corpus Informatizado do Português Medieval*, um *corpus* composto por 625,176 palavras das quais 459,920 palavras fazem parte de textos do período arcaico e 165,256 palavras fazem parte de textos do período arcaico médio. O período clássico será estudado a partir de alguns excertos textuais obtidos do *Corpus Davies* pelo facto de o último texto do *Corpus Informatizado do Português Medieval* ser de 1548 (primeira metade do século XVI) e o termo *a quo* do português clássico oscilar entre 1536 e 1572 (primeira e segunda metade do século XVI respetivamente), ou melhor, entre a data de impressão da *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira e a d' *Os Lusíadas* de Luís de Camões, conforme faremos menção em 3.2.

Assim como procedemos com o *corpus* selecionado para o segundo capítulo, no presente capítulo, trabalharemos com textos notariais, informativos e com duas crónicas: a *Crónica Geral de Espanha* e a *Crónica del Rei dom Joham de boa maneira parte I* em função da pertinência histórico-cultural e linguística das mesmas. Para uma apreciação geral do

³¹³ Ivo Castro, *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999, p. 173.

material documental com o qual trabalharemos, enumeramos, no seguinte quadro, os títulos dos textos que compõem o *corpus* deste capítulo:

N.º	Texto/Autor	Período/Data	Fonte
01	<i>Testamento de D. Afonso II</i>	Arcaico/1214	CIPM
02	<i>Notícia de Torto</i>	Arcaico/1214?	CIPM
03	Um documento notarial do Mosteiro de Chelas	Arcaico/1290	CIPM
04	<i>Crónica Geral de Espanha</i>	Arcaico/Século XIV	CIPM
05	Um documento notarial do Mosteiro de Chelas	Arcaico Médio/1536	CIPM
06	<i>Carta de Pêro Vaz de Caminha</i>	Arcaico Médio/1500	CIPM
07	<i>Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I</i> /Fernão Lopes	Arcaico Médio/Século XVI	CIPM
08	<i>Cartas</i> /António Vieira	Clássico/1626-1692	<i>Corpus Davies</i>
09	<i>Casamento Perfeito</i> /Diogo de Paiva de Andrade	Clássico/1630	<i>Corpus Davies</i>
10	<i>Anais de D. João II</i> /Frei Luís de Sousa	Clássico/1631	<i>Corpus Davies</i>
11	<i>Discursos Vários Políticos</i> /Manuel de Severim de Faria	Clássico/1631	<i>Corpus Davies</i>
12	<i>Epanaphora politica primeira</i> /Francisco Manuel de Melo	Clássico/1637	<i>Corpus Davies</i>
13	<i>Relação de tudo o que passou na felice aclamação do mui alto e mui poderoso Rei Dom João o IV, nosso senhor</i>	Clássico/1638	<i>Corpus Davies</i>
14	<i>Apolo</i> /Francisco Manuel de Melo	Clássico/1640?	<i>Corpus Davies</i>
15	<i>Cartas Espirituais</i> /Antonio Chagas	Clássico/1665	<i>Corpus Davies</i>
16	<i>Gazeta, em que se relatam as novas todas</i>	Clássico/1642	<i>Corpus Davies</i>
17	<i>Sermons</i> /António Vieira	Clássico/1667	<i>Corpus Davies</i>
18	<i>Nova Floresta</i> /Manuel Bernardes	Clássico/1688	<i>Corpus Davies</i>
19	<i>Cartas de José</i> / Cunha Brochado	Clássico/1690-1700	<i>Corpus Davies</i>
20	<i>Frutas do Brasil</i> /Frei Antonio do Rosario	Clássico/1702	<i>Corpus Davies</i>
21	<i>Tratado de sciencia Caba, ou Noticia da arte cabalística</i> /Francisco Manuel de Melo	Clássico/1724	<i>Corpus Davies</i>
22	<i>História da América Portuguesa</i>	Clássico/1730	<i>Corpus Davies</i>
23	<i>Academia Universal</i> /Manuel Consciência	Clássico/1732	<i>Corpus Davies</i>

Quadro sinótico n.º 6 Textos medievais e clássicos

Ao contrário do critério de trabalho adotado para a seleção dos textos dos períodos arcaico e arcaico médio, não foi possível optar pelo mesmo critério quanto ao período clássico dada a impossibilidade de se poder manusear os textos do *Corpus Davies*. Deste modo, em vez de textos integrais, são, na verdade, excertos textuais referenciáveis obtidos

através da pesquisa de aspetos sintáticos na referida plataforma. Não obstante a isso, podemos aludir que temos um *corpus* bastante representativo para caminharmos com alguma segurança nestes três degraus da história do português.

3.2. Três períodos/três marcos linguísticos para o estudo da sintaxe do português

Não faz parte dos objetivos desta dissertação propor um quadro de periodização da história da língua portuguesa porque «a periodização de uma fase da língua não é, nem poderia ser, consensual. Atribuir uma designação a uma determinada fase da história da língua implica um complexo de considerações de ordem cultural, histórica e social, além de linguísticas»³¹⁴. Outra limitação, no estudo da história da língua, está ligada à datação. O período clássico, por exemplo, tem como dois dos principais referentes extralinguísticos as datas de impressão da *Grammatica da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira³¹⁵ e d' *Os Lusíadas* de Luís de Camões³¹⁶.

Assim sendo, julgamos que só dois critérios nos concederiam alguma segurança para trabalharmos, no âmbito da história do português, sem qualquer *pedra no caminho*: empregar a variável século em vez da variável ano, visto que «na história de uma língua, o século talvez seja a unidade mínima de contagem de tempo»³¹⁷ e, por outro lado, restringir a perspetiva de abordagem à caracterização dos três períodos selecionados para o presente estudo, que são o arcaico, o arcaico médio e o clássico, articulando, com efeito, fatores do nível interno-externo.

Entre os historiadores da língua portuguesa³¹⁸, o período arcaico ou galego-português vai do século XIII até fins do século XIV e inícios do século XV. Trata-se, conforme se verifica, de um período que abarca dois séculos e meio (XIII, XIV e inícios do século XV). Também há alguma unanimidade entre os pesquisadores em mencionar o *Testamento de D. Afonso II* e da *Notícia de Torto*, datados de 1214, como dois fatores do nível externo indispensáveis no estudo deste período da história do português.

Do manuseamento e análise textual a que procedemos poderíamos elencar aqui inúmeros aspetos intralinguísticos do português arcaico. Contudo, julgamos pertinentes as conclusões a que Rosa Virgínia Mattos e Silva chegou sobre os verbos *haver* e *ter* em estruturas de posse. Na primeira fase do português arcaico, segundo assinala a autora em

³¹⁴ Esperança Cardeira, *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005, p. 32.

³¹⁵ Ivo Castro, *Curso de História da Língua Portuguesa*, p. 243.

³¹⁶ Jaime Ferreira Martins e Paulo Osório, *op. cit.*, p. 86.

³¹⁷ Ivo Castro, *op. cit.*, p. 19.

³¹⁸ Vide, por exemplo, Jaime Ferreira Martins e Paulo Osório, *op. cit.*, p. 61.

referência³¹⁹, *haver* era o verbo generalizado na expressão das estruturas de posse e, de igual forma, observa-se a expansão de *ter* sobre *haver* em construções de tipo AM e a consequente difusão para as estruturas do tipo AI³²⁰. Na segunda metade do XV, já bem perto do período arcaico médio, assistiu-se ao emprego alternado de *haver* e *ter* em estruturas de posse.

Cronologicamente, o português médio, arcaico médio ou pré-clássico situa-se entre a segunda metade do século XV até meados do século XVI. Com efeito, Paulo Osório propõe a data de 1420/1425 como o termo *a quo* e a data de 1450 como o termo *ad quem* deste estádio da história da língua portuguesa. Trata-se, na verdade, do período de consolidação da língua portuguesa, da fase em que decorre a «transição da língua medieval para uma plataforma estável e clássica»³²¹, isto é, da língua que, na opinião de Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, «já está diferenciada do galego e que conhecemos de preferência através da prosa cultivada durante os reinados dos primeiros monarcas da Dinastia de Avis [...]»³²².

No plano linguístico, é neste período que, segundo Paulo Osório, o condicional foi sendo substituído pelo imperfeito do indicativo e este, por sua vez, começa a adquirir traços sémiacos de delicadeza, aspeto durativo e de momento passado sem fronteiras temporais em relação ao momento da enunciação³²³. Em síntese, podemos elencar, a partir de Esperança Cardeira, os seguintes fatores que determinam a fronteira entre o português antigo e o português arcaico médio³²⁴:

- fim da produção trovadoresca;
- início da prosa histórica;
- elevação ao trono do Mestre de Avis e a consequente falência da antiga nobreza;
- a conversão de Lisboa em centro do Estado;
- rutura definitiva da antiga unidade galego-portuguesa.

O período clássico pode ser situado entre meados do século XVI até meados do século XVIII³²⁵. Tal como já referimos, a data de impressão da *Grammatica da linguagem portuguesa*, da representação do último auto de Gil Vicente (*Floresta de enganos*), da morte de Garcia de Resende³²⁶ e a data da publicação d' *Os Lusíadas*³²⁷ também são apontadas como o termo inicial do português clássico. Vale assinalar, por outro lado, que foi neste período que o português deixou de ser uma língua histórica uninacional/unicontinental para se transformar

³¹⁹ Rosa Virgínia Mattos e Silva, «Variação e Mudança no Português Arcaico: Ter ou haver em Estruturas de Posse», in *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*, São Paulo, Nova Fronteira, pp. 306-307.

³²⁰ A partir de Bernard Pottier, Paulo Osório, *op. cit.*, p. 117, sublinha que as estruturas de tipo AM aludem a bens adquiríveis materiais e as de tipo AI bens ou qualidades adquiríveis imateriais. Há um terceiro tipo, as estruturas de posse QI, que aludem a uma qualidade inerente, não transferível, do possuidor.

³²¹ Ivo Castro, *Curso de História da Língua Portuguesa*, p. 243.

³²² Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, *op. cit.*, p. 184.

³²³ Paulo Osório, *op. cit.*, pp. 262-263.

³²⁴ Esperança Cardeira, *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*, p. 29.

³²⁵ Cf., por exemplo, Jaime Ferreira Martins e Paulo Osório, *op. cit.*, p. 86.

³²⁶ Ivo Castro, *op. cit.*, p. 243.

³²⁷ Jaime Ferreira Martins e Paulo Osório, *op. cit.*, p. 86.

numa língua histórica multinacional e pluricontinental. Nesta conformidade, Paul Teyssier considera que «é também no decorrer do século XVIII que se documentam as primeiras alusões aos traços específicos que caracterizam o português falado no Brasil»³²⁸. Um século depois, os intelectuais brasileiros, hoje conhecidos como românticos, começariam a debater-se pela nacionalização do português no continente americano que, segundo Sílvio Elias, se traduziu na *questão da língua portuguesa no Brasil* ou *questão da língua brasileira*:

A questão da língua portuguesa no Brasil, também chamada questão da língua brasileira, surgiu no século XIX. Para isso, concorreram dois fatores: a) a Independência que, libertando o país da submissão oficial ao cânone português, permitiu que os brasileiros passassem a cuidar por si mesmos dos problemas relativos a língua herdada; b) o movimento romântico que buscava na alma do povo as bases da cultura nacional³²⁹.

3.3. Considerações sintáticas preliminares

Foi possível notar, através da análise dos textos, a complexidade de estudar a frase nos estádios pretéritos da história do português sobretudo a principiantes em matéria filológica como nós. Acrescida a esta limitação, era conveniente descrever essencialmente os aspetos sintáticos de que nos ocupamos no segundo capítulo. Não obstante, seria um trabalho mais de *superfície* do que de *profundidade* se abordarmos, neste particular, todos os aspetos sintáticos estudados no segundo capítulo. Daí que nos limitaremos à descrição dos seguintes aspetos: *haver* e *ter* expletivos, estruturas perifrásticas infinitivas e gerundivas com o auxiliar aspetual *estar*, objeto direto e indireto pronominal e a ordem dos constituintes nas frases interrogativas parciais.

3.3.1. *Haver* e *ter* expletivos

Ao contrário das conclusões a que Rosa Virgínia Mattos e Silva e Paulo Osório chegaram sobre *haver* e *ter* em estruturas de posse³³⁰, o verbo *haver* expletivo, grafado *aver* no português arcaico e arcaico médio, apareceu no *corpus* analisado como o único padrão dos três períodos em estudo: 39 ocorrências no período arcaico, 19 no português arcaico médio e 29 no período clássico. Contudo, não foi possível observar qualquer ocorrência do verbo *ter* expletivo que, assim como *haver*, apresenta a mesma grafia no português arcaico e arcaico médio: *teer*.

Eis alguns casos de realização de *haver* expletivo registados nos três períodos:

³²⁸ Paul Teyssier, *op. cit.*, p. 77.

³²⁹ Sílvio Elias, *Fundamentos Históricos-Linguísticos do Português do Brasil*, Rio de Janeiro, Lucerna, 2003, p. 139.

³³⁰ Trabalhos referenciados em 3.2.

(198) a. Em Espanha **ha** muytas nobrezas, as quaaes nom podem seer comtadas; e porende os antigos que a começaram a pobrar muito a preçarom por as bondades que em ella vyron (*Crónica Geral de Espanha*, XIV).

b. E este logar ouve este nome daquella grande cidade de Cartago d'Affrica que pobrou a raynha Dido, segundo co-ta- as estorias. A este logar soyam antigamente chamar Espartaris por que he em terra donde **ha** muyto esparto; e agora he chamada esta terra Mo-te Aragon (*Crónica Geral de Espanha*, XIV).

c. E em Molya **ouve** hu-a cidade antiga a que chamava- Bareçuca e em que **ouve** edifficios antigos muy maravilhosos. E de Molya a Saragoça ha cem mylhas (*Crónica Geral de Espanha*, XIV).

(199) a. [...] a mandar a vosa alteza ./ amdamos per hy veendo a Ribeira a qual he de mujta agoa E mujto boa ./ ao longo dela **ha** mujtas palmas nom mujto altas em que **ha** muito boos palmjtos . colhemos E comemos deles mujtos (*Carta de Pêro de Vaz Caminha*, 1500).

b. E quando os homee-s veem desacostumadas afeiçoões e prestamças, homde nom **ha** tall divedo que maa fama embargar possa, ligeiramente veem a presumpçom do erro em que taaes pessoas podem cahir (*Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I*, XVI).

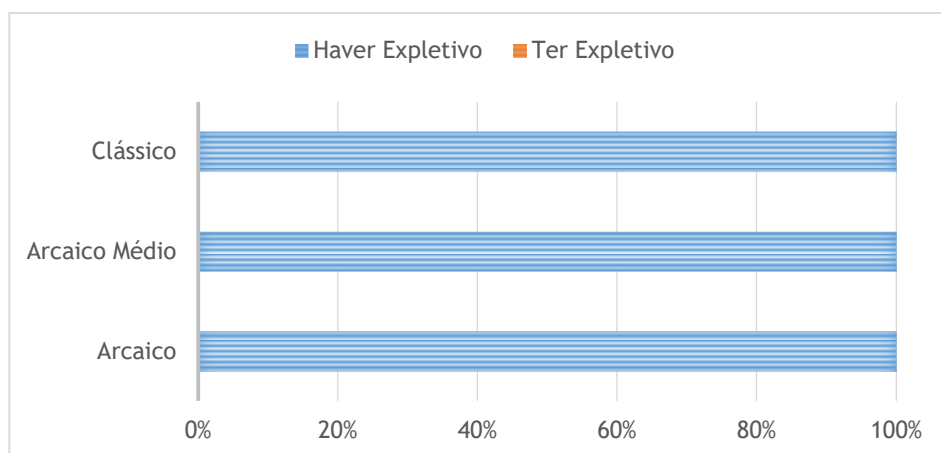
c. Falaaeo cõ dom Joham Meestre dAvis que ha tamanha razzom de sse doer da desomrra e assi como homde **ha** mui grãde amor se geeram desvairados cuidados, por çedo percallçar a fim de seu desejo [...] (*Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I*, XVI).

(200) a. Nesta corte nao **há** novidade alguma, mais que nas modas, de que nao sou grande cronista (José da Cunha Brochado, *Cartas*, 1690-1700).

b. [...] campo de batalha e nao como lugar onde tudo é livre e para tudo **há** exemplos que à distancia de 400 léguas lhe nao apague insensivelmente da memória que é [...] (José da Cunha Brochado, *Cartas*, 1690-1700).

c. Aqui nao **há** mais que conjectura dos projectos que cm Holanda maquina El-Rei Guilherme sobre a sucessao de [...] (José da Cunha Brochado, *Cartas*, 1690-1700).

Em (198), ilustra-se a realização do verbo *haver* expletivo no português arcaico, em (199) no português arcaico médio e em (200) no português clássico. Procedendo à conversão dos dados obtidos em gráfico, notaremos a nulidade do verbo *ter* expletivo nestes três estádios da história da língua portuguesa:

Gráfico n.º 10 *Haver e ter* expletivos no galego-português, português médio e clássico

A não realização do verbo *ter* expletivo nos três períodos em estudo está, de facto, representada no gráfico n.º 10. É verdade que, apesar da representatividade do *corpus* analisado, não rejeitamos a possibilidade da sua realização noutros textos destes períodos. Mas, se centrarmos a nossa abordagem apenas nos dados acima, podemos considerar que o verbo *ter expletivo*, constatado na variante brasileira, deve advir do português moderno ou deve ser uma propriedade sintática do português contemporâneo.

É, pois, em função da realização dominante de *haver* expletivo sobre *ter expletivo* que, no galego-português e no português arcaico médio, os valores dos auxiliares modais *ter de* e *ter que* aparecem aglutinados nas estruturas *ha de*, *ouve de* e *avya de*, conforme se demonstra na seguinte tabela:

	<i>Teer de</i>	Percentagem	<i>Teer que</i>	Percentagem	<i>Aver de</i>	Percentagem
Galego-Português	0	0	0	0	16	39
Português Médio	0	0	0	0	25	61

Tabela n.º 12 Auxiliares modais *ter de* e *ter que* no galego-português e português médio

No português clássico, as formas *ter de* e *ter que* já aparecem como estruturas diferenciadas de *haver de*, porquanto houve um registo de 29 realizações da primeira forma e 10 da segunda. Nos seguintes exemplos, constam alguns contextos de ocorrência de *haver* como auxiliar modal no galego-português (201) e português médio (202), assim como de *ter de* e *ter que* no português clássico:

(201) a. A huu-a por que taaes hi ouve com que elle fallou, que sse escusarom dello, quamdo ho **ouve de** poer em obra, temendosse da Rainha, que tiinha elRei de Castella por sua parte, que lhe podia depois aazar sua desomrra e morte (*Crónica Geral de Espanha*, XIV).

b. Emtom ho Arçebispo vee-dosse afficado destas e doutras rrazoões, **ouve de** comssettir ao acordo que os outros diziam (*Crónica Geral de Espanha*, XIV).

c. E mais me vallerya, Senhor, de me dares morte que esta vida que passo, ca a morte, hu-a vez, ligeira he de passar. Mas que- **ha de passar** grande tormenta cada dya, esto he mais que morte (*Crónica Geral de Espanha, XIV*).

(202) a. [E], por que em aquelle logar no- avya al poboado se no- a torre que Hercolles hy fezera, **ouve de** morar en tendas ataa que fez hu-a villa pequena em que morou (*Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I, XVI*).

b. E ben juro eu aaquelle Deus que tal sabor **ouve de** me aterrar que esto no- pode seer, ca eu prestes son de gostar mynha morte aquelle mais cedo que eu poder (*Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I, XVI*).

c. Este rei dom Afonssso foy chamado per sobrenome o Catholico, por que guardou bem e fielmente os ma-damentos de Deus e a fe catholica e esforçou todollos crista-a-os per seus boos exemplos pera guardarem a sancta ley. E, por que esto fazia, era amado de todollos crista-a-os. Quando **ouve de** reynar, prougue muito a todollos da terra co- elle (*Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I, XVI*).

(203) a. e só é bem que cuide e me alegre das ocasiões que V. S.^a **tem de** o lograr muito grande, quanto o estado desta mortalidade permite (Padre António Vieira, *Cartas, 1626-1629*).

b. [...] o desejo que província de Holanda **tem de** fazer a paz, e de não escandaliar a de Zelanda, faz verosímil que buscaria esta traça (Padre António Vieira, *Cartas, 1626-1629*).

c. O meu coração não **tem que** oferecer de novo a V. S.^a: ele e eu somos os mesmos. Guarde Deus a V. S.^a muitos anos com a felicidade que desejo e a Sua Divina Majestade peço. Roma, 12 de Abril de 1670 (Padre António Vieira, *Cartas, 1626-1629*).

d. Aqui se levantou dizendo com as mesmas vozes: "Nunca lhe pedi nada, nunca lhe pedi nada!" E eu a ele: "Sim pediu, sim pediu: nem **tem que** desconfiar disso; porque naquele tempo se podiam valer de mim, e eu fazer serviços a outros maiores, tirando o príncipe (Padre António Vieira, *Cartas, 1626-1629*).

3.3.2. Construções perifrásticas infinitivas e gerundivas com o verbo auxiliar aspetual *estar*

O *corpus* inventariado permitiu-nos constatar que as construções perifrásticas infinitivas e gerundivas formadas com o verbo auxiliar aspetual *estar* integravam a norma escrita dos três estádios da história da língua portuguesa como duas variantes em diálogo e concorrência dada a maior realização do *gerúndio* em detrimento do *infinitivo*:

Período	Estar + infinitivo	Porcentagem	Estar + gerúndio	Porcentagem
Arcaico	04	57	14	27
Arcaico Médio	0	0	07	13
Clássico	03	43	31	60

Tabela n.º 14 Construções perifrásticas infinitivas e gerundivas com o auxiliar aspetual *estar* no português arcaico, médio e clássico

A partir destes dados, pode-se dizer que a atual norma europeia conserva a estrutura perifrástica em estudo com menos realização (*infinitivo*) nos últimos três períodos da história do português. Assim sendo, a atual norma brasileira conserva a estrutura perifrástica com mais realização (*gerúndio*) nos três últimos períodos da história do português, tal como se expressa, à semelhança do que se representa na tabela anterior, no gráfico n.º 11:

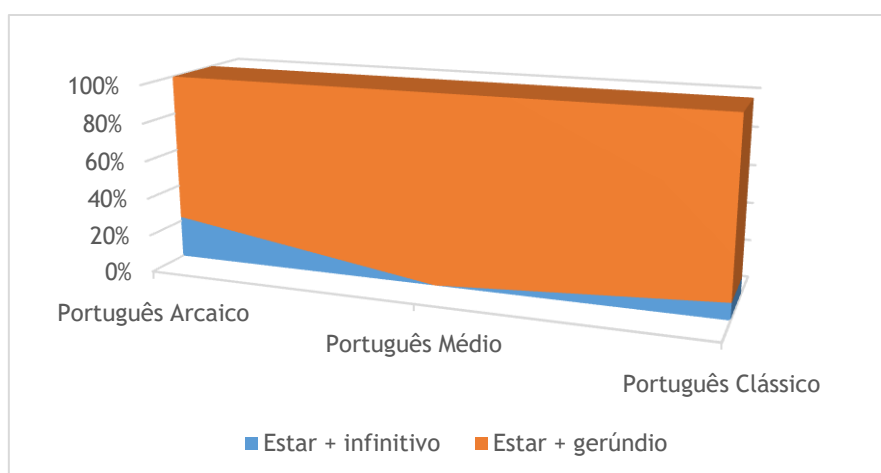


Gráfico n.º 11 Construções perifrásticas infinitivas e gerundivas com o auxiliar aspetual *estar* no português arcaico, arcaico médio e clássico

Os níveis de preenchimento do gráfico n.º 11 demonstram o declínio representativo das estruturas perifrásticas infinitivas formadas com o auxiliar aspetual *estar* pela afirmação das estruturas gerundivas no português arcaico, arcaico médio e clássico. Quer dizer que, nos três períodos da história do português em estudo, as estruturas infinitivas com o auxiliar aspetual em *estar* se apresentavam como formas não estabilizadas e as as estruturas gerundivas como formas estabilizadas. Vejamos alguns contextos de ocorrência dos dois subtipos de construções perifrásticas em abordagem:

(204) a. E ally estava hu~u~ scudeiro daquelle cavaleiro que **estava ouvyn**do as missas, que lhe tiinha o cavallo aa porta da igreja e o escudo e a lança (*Crónica Geral de Espanha*, XIV).

b. E assy **estavo~ estragando** toda a terra, em tal guysa que fogya toda a jente co~ o apertame~to da guerra (*Crónica Geral de Espanha*, XIV).

c. E, assy fazendo esto, algu-as vezes acontecia que adormecia o Cide em cima de hu-u- scano e- que **estava a comer** (*Crónica Geral de Espanha*, XIV).

d. Gonçallo Gonçalvez, o meor dos iffantes, **estava ainda por escabeçar** (*Crónica Geral de Espanha*, XIV).

(205) a. Que **estamos fazendo?** Tomemos este homem por deffensor, ca sua discríçom e fortelleza he tamta, que abastara pera empuxar todollos periigoos que nos aviinr podem (*Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I*, XVI).

b. Joham Gomçallves escrivam da Rainha, que **estava veemdo** o livro dos vassallos, quamdo esto vio, começaram de fugir ell e os seus, cada huu- per hu melhor aazo achava (*Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I*, XVI).

c. As gemtes **estavom oolhando** pellos muros aa de lomge, rrogamdo a Deos que os possesse em alguu-a aveemça, per que a çidade fosse deçercada, por a gramde mimgua (*Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I*, XVI).

(206) a. Que parecia que o mesmo Deus nos **estava dizendo** que era já chegada aquela felice hora que ele prometera a el-rei D. Afonso Henriques (*Relação de tudo o que passou na felice aclamação do mui alto e mui poderoso Rei Dom João o IV, nosso senhor*, 1638).

b. Liduvina estava vendo dentro também no rio com elas, ainda que mui quieta sem se mover de um lugar, assim por se ver fraca e desgostosa, (assim) porque nao lhe pareciam decentes aqueles jogos (Francisco Saraiva de Sousa, *Báculo pastoral de flores*, 1624).

c. E logo D. Fernando de Vasconcelos, bispo que entao era de Lamego e capelao-mór del-rei, tomou juramento à ifante que cumpriria tudo o que à sua conta **estava fazer** pera bem daquele contrato (Frei Luís de Sousa, *Anais de D. Joao III*, 1631).

d. [...] e se lhe satisfizesse o que constasse se lhe estava a dever, porquanto me fazia queixa o dito Manoel de Mendonça [...] (*Diario do Conde de Zarzedas*, XVII).

Em 204, ilustra-se a realização de perífrases gerundivas e infinitivas com o auxiliar aspetual *estar*, no galego-português, diferenciadas pelo mecanismo de regência incidido nas duas construções: regência direta em (204 a e b) e indireta em (204 c e d). Em (205), demonstra-se unicamente a realização de estruturas gerundivas com o auxiliar aspetual *estar* no português arcaico médio pelo facto não se registar, no *corpus* selecionado para este período, estruturas infinitivas. Em (206), observa-se, por fim, a realização alternada entre estruturas gerundivas (206 a e b) e infinitivas (206 c e d) no português clássico.

3.3.3. A realização do pronome *ele* como objeto direto reto: um vestígio sintático do português arcaico e clássico

À semelhança da constatação feita por Paulo Mosânio Teixeira Duarte e Maria Claude Lima referenciada em 2.2.5 sobre o objeto direto pronominal reto na variante brasileira, foi possível observar a realização do pronome *ele* como objeto direto no galego-português e no português clássico. Apesar de poucas, houve um registo de três ocorrências no galego-português (207) e de duas no português clássico (208):

(207) a. E, segundo como elle pode fazer, asanhouse aynda mais co-tra por que e-vyava- Pompeo a tantos feytos e nu-ca e-vyava- **elle**. E Julyo Cesar avya na corte muytos ajudadores que eram da sua parte e tiinham con elle descobertamente (*Crónica Geral de Espanha*, XIV)

b. Hecio, andando assy antre os e-miigos e preguntando muy esforçadamente por Torismundo, conheceu el os e-miigos e elles conheceron **elle** (*Crónica Geral de Espanha*, XIV)

c. Empero diz aquy o arcebispo do- Rodrigo e outrossy dom Lucas de Tuy, que acorda com elle, que ante mataro- **elle** que ne- hu-u- dos outros cavalleiros (*Crónica Geral de Espanha*, XIV).

(208) a. Com o trato e prática dos cafres começou o Sousa a enganar-se e a entrar em esperanças de conseguir melhor hospício e deliberou-se a esperar ali até que viesse certo mercador de Sofala, exortandão os cafres com grandes eficácias para que continuasse firme nessa resolução. Enviou **ele** a pedir ao Rei que lhe assinasse algum alojamento mais cómodo para a sua família e companheiros e o bárbaro, nada menos malicioso e (Manuel Consciência, *Academia Universal*, 1732).

b. Foi esta embaixada de tanto agrado àquela cúria, como o mostrou o pastor universal da Igreja, recolhendo com amorosos júbilos ao seu rebanho as fiéis e constantes ovelhas lusitanas, que tantos anos nao admitiram **ele** e os seus antecessores, em maior crédito da nossa constancia na religiao católica e da obediência dos nossos monarcas tao [...] (Rocha Pita, *História da américa portuguesa*, 1730).

Na atual norma escrita europeia, tal como já vimos, em vez da forma pronominal reta, o objeto direto é marcado predominantemente por uma forma pronominal átona. Contudo, o maior registo percentual coube ao objeto direto pronominal nos três períodos em estudo, conforme se explicita na seguinte tabela:

	OD Pronominal Nominativo		OD Pronominal Átono	
	Ocorrências	Porcentagem	Ocorrências	Porcentagem
Arcaico	03	60	30	31
Arcaico médio	0	0	32	33
Clássico	02	40	35	36

Tabela n.º 14 Objeto direto pronominal no português arcaico, arcaico médio e clássico

Ana Maria Martins considera, por um lado, que a realização do pronome *ele* como objeto direto no português medieval se deve ao facto de que, neste estágio da história da língua, os clíticos acusativos serem alternados pelos pronomes tónicos de terceira pessoa (*ele, ela, eles, elas*) não precedidos de preposição³³¹ e considera, por outro lado, que as estruturas com *ele* acusativo do português do Brasil não representam necessariamente continuidade histórica da língua, admitindo, assim, a possibilidade de se desenvolverem em épocas e locais diferentes: «Em todo o caso, é preciso não esquecer que ainda que tenhamos a mesma construção no português medieval e no português do Brasil, isso não implica que haja necessariamente continuidade histórica, pois a mesma construção pode ter-se desenvolvido independentemente (e em momentos diferentes) nas duas áreas»³³². Nós, diferente da autora em referência, não negaríamos a possibilidade de as construções em causa representarem continuidade histórica do português medieval, pois a norma brasileira, a exemplo da europeia ou da angolana, resultou de um único arquissistema linguístico.

3.3.4. Das realizações sintáticas do pronome *lhe* no português arcaico, arcaico médio e clássico

Vimos, em 2.2.3.3, que, na norma brasileira, o pronome *lhe* se diferenciava da norma europeia pelo seu valor cumulativo, ou melhor, pelo facto de poder ocorrer como objeto indireto e direto. Como nada na língua é por acaso, procuraremos ver que padrões sintáticos o respetivo pronome apresentou nos estádios anteriores da história do português em abordagem.

Deste quesito averiguamos que o valor cumulativo do pronome *lhe* de que nos referimos, ainda presente no Brasil, advém do português arcaico médio onde constatamos 818 ocorrências como objeto indireto e 14 enquanto objeto direto. Seguem-se algumas construções em que *lhe* ocorre como objeto direto:

(209) a. Allí disse o Meestre a Amtam Vaasquez que era Juiz do Crime na çidade, que mamdasse apregoar da parte da Rainha sob çerta pena, que nom fosse nehoo- tam ousado de hir aa Judaria por fazer mall a Judeus; e ell disse que o mamdaria apregoar da sua parte, mas nom ja da Rainha; e o Meestre *lhe* deffemdeo que o nom fizesse; e ell nom curou em esto de sua defesa (*Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I, XVI*).

b. [...] e huu- dia aa tarde depois de çea, sahiu Nuno Alvarez a folgar pella praya afumdo, comtra a egreja de samta Eirea; e passamdo per amte a porta dhoo-alfageme, *violhe* teer huu-a espada muito limpa e bem corregida, e Tomouha na mão e pregumtoulhe se *lhe* corregeria assi huu-a sua (*Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I, XVI*).

³³¹ Ana Maria Martins, *op. cit.*, p. 207.

³³² *Idem, ibid.*, p. 209.

c. E o capitam mandou no batel em terra njcolaa coelho pera veer aquele Rio E tanto que ele comecou pera la d hir acodiram pela praya homee-s quando dous quando tres de maneira que quando o batel chegou aa boca do Rio heram aly #xbiiij ou #xx homee-s. pardos todos nuus sem nhuu~a cousa que **lhes** cobre suas vergonhas (*Carta de Pêro Vaz de Caminha*, 1500).

Nas quatro situações em que o pronome *lhe* aparece em negrito, a transição verbal (*ver*, *defender*, *corrigir*, *cobrir*) é direta e não simultaneamente direta e indireta, fazendo, portanto, com que a função sintática aí exercida seja a de objeto direto e não indireto. No membro direito de (209 b), a par da transição verbal direta, o pronome *lhe* integra uma oração substantiva indireta que, em termos tradicionais, só pode ser objetiva direta e não indireta ou oblíqua.

A par do português arcaico médio, identificamos 849 ocorrências do respetivo morfema no português arcaico e 9283 no português clássico³³³, porém, todas realizadas como objeto indireto, ou seja, sem função cumulativa. Não obstante, a análise comparativa destes dados torna bastante residual a realização do morfema *lhe* como objeto direto em relação à sua função como objeto indireto que, em nossa opinião, se deve ao facto de ocorrer apenas num único período da história do português, tal como se representa no seguinte gráfico:

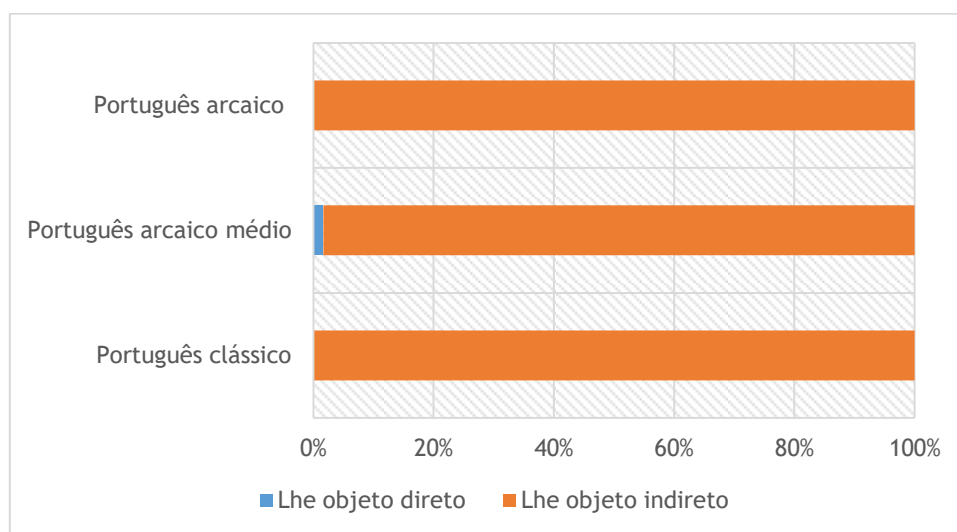


Gráfico n.º 12 Das realizações sintáticas do pronome *lhe* no português arcaico, arcaico médio e clássico

A sintaxe histórica do português não se confina nos aspetos estudados neste capítulo. Por isso, voltaremos a ocupar-nos dela em futuras dissertações. Em todo o caso, foi possível observar o comportamento e os níveis de realização de algumas estruturas sintáticas, como os expletivos *haver* e *ter*, as perífrases infinitivas e gerundivas formadas com o verbo auxiliar aspetual *estar* e o objeto direto nominal desde o galego-português ao português clássico.

³³³ Dados exclusivos do século XVII obtidos do *Corpus Davies*.

Conclusão

A dissertação, que agora concluímos, permitiu-nos entrar em contacto com determinadas áreas das ciências da linguagem, como o funcionalismo, a gramática diferencial e a linguística de *corpus*, que tanto contribuíram para o aprimoramento das noções que possuíamos sobre a língua portuguesa, interface ensino e investigação, e para a forma como, em três capítulos, procedemos à aplicação do método funcional e gramatical.

Inicialmente definido como um estudo sintático descritivo sobre a variante escrita contemporânea do português europeu e brasileiro, o emprego do princípio não-dicotómico de abordagem dos fenómenos linguísticos, proposto por Eugenio Coseriu, possibilitou-nos combinar, num único trabalho, a perspetiva sincrónica e diacrónica da língua. Assim, se, por um lado, encarávamos os sistemas linguísticos como dinâmicos e aparentemente estáveis, também passaremos a encará-los como historicamente recursivos, ou seja, não representam, necessariamente, um corte definitivo com determinadas estruturas sintáticas dos estádios anteriores da história da língua.

Foi, pois, através da opção por estas propostas metodológicas seguras que pudemos inferir a hipótese geral da nossa dissertação segundo a qual o português europeu se diferencia do português brasileiro não só em aspetos lexicais ou fónicos, mas também em aspetos sintáticos. Notamos, por exemplo, que, no português europeu, o sujeito indeterminado de primeira pessoa do plural é representado predominantemente pelo pronome *nós*. No português brasileiro, este subtipo de sujeito é representado alternadamente pelo pronome *nós* e pela locução pronominal *a gente*. Os expletivos *haver* e *ter* também foram descritos como duas propriedades morfossintáticas distintivas entre o português europeu e brasileiro: em Portugal, *haver* constitui o único padrão sintático, ao passo que, no Brasil, a norma admite emprego alternado entre *haver* e *ter*.

Constatamos, por conseguinte, que as perífrases verbais formadas pelo verbo auxiliar aspetual *estar* são predominantemente infinitivas no português europeu e predominantemente gerundivas no português brasileiro. A articulação estudo sintático sincrónico vs. estudo sintático diacrónico fez com que observássemos que as estruturas perifrásticas infinitivas, que hoje caracterizam a norma europeia, representavam o padrão não estabilizado no galego-português, português arcaico médio e clássico. Contudo, as estruturas perifrásticas gerundivas, hoje dominantes na norma brasileira, representavam o padrão estabilizado no galego-português, português arcaico médio e clássico.

Quanto à modalidade deontica, o auxiliar *ter de* apareceu registado no *corpus* como a estrutura de base do português europeu, ao passo que o auxiliar *ter que* apareceu registado como a estrutura de base do português brasileiro. As diferenças entre as duas normas estudadas foram, igualmente, notórias nos mecanismos de funcionamento dos outros constituintes da frase. Assim sendo, vimos que o objeto direto pronominal é representado sobretudo por um pronome átono na norma europeia e por um pronome átono ou reto na norma brasileira, um dado sintático, portanto, idêntico ao que ocorreu no galego-português e

no português clássico pelo facto de, nestes dois períodos da história da língua, os pronomes tónicos dativos de terceira pessoa poderem ocorrer como objeto direto sem a preposição que os antecedia.

Vimos, de igual modo, que, ao contrário do que sucede no português europeu, o pronome *lhe* exerce função sintática cumulativa no português brasileiro, ou melhor, pode ocorrer como objeto indireto e direto, tal como sucedia no português arcaico médio. Relativamente à sintaxe posicional dos clíticos, a variante escrita do português europeu mantém a ênclise, a próclise e a mesóclise como três padrões possíveis de colocação dos pronomes átonos e, com efeito, já não regista casos de alternância livre entre a anteposição e a posposição dominantes entre os séculos XIII a XVI em estruturas não-dependentes. A variante brasileira continua a registar casos de alternância livre entre anteposição e posposição em estruturas não-dependentes e a próclise vai apresentar-se como um padrão em desuso e, com base nisso, os três principais padrões posicionais dos pronomes átonos estão a reduzir-se à próclise.

Outro dado, que nos pareceu importante entre a sintaxe do português europeu e a do português brasileiro, tem a ver com a ordem das palavras nas frases interrogativas totais: nas frases interrogativas totais, a ordem das palavras é a direta no português europeu, ao passo que no português brasileiro pode ser direta ou derivada.

Em complementação do que descrevemos a partir de André Martinet, houve a necessidade de irmos buscar, ao longo da elaboração do trabalho, algumas noções sintáticas abordadas por funcionalistas espanhóis da Escola de Oviedo, como Emilio Alarcos Llorach, César Hernández Alonso, Salvador Gutiérrez Ordóñez e José Antonio Martínez que, atualmente, representam e dinamizam as propostas teóricas do funcionalismo europeu. Podemos, assim, dizer que todo o suporte teórico e metodológico a que recorreremos tornou possível a elaboração de um trabalho que permitiu distinguir uma gramática descritiva de uma gramática prescritiva ou, nos termos de Eugenio Coseriu, uma gramática da norma de uma gramática dos erros³³⁴.

Esperamos, portanto, que esta dissertação possa trazer alguma contribuição à sintaxe descritiva portuguesa e que nos possa servir de base para a introdução do modelo funcional europeu no domínio dos estudos linguísticos em Angola.

³³⁴ Eugenio Coseriu, *op. cit.*, p. 80.

Referências Bibliográficas

- AGOSTINHO, Isaac, *Pronominalização Relativa*, Luanda, Edição do Autor, 2011.
- ALARCOS LLORACH, Emilio, *Estudios de Gramática Funcional del Español*, Madrid, Editorial Gredos, S.A, 3ª ed., 1993.
- ALONSO-CORTÉS, Ángel, *Lingüística*, Madrid, Cátedra, 2002.
- AZEVEDO, Milton M., «A Variedade Caipira do Português Brasileiro Vernáculo em quatro livros de Valdomiro Silveira», in Carlos Assunção e José Esteves Rei (dir.), *Revista de Letras*, Vila Real, Centro de Estudos em Letras da UTAD, 2009, pp. 11-23.
- BAGNO, Marcos, *Preconceito Linguístico: O que é? Como se Faz?*, São Paulo, Loyola, 50ª ed., 2008.
- _____, *A Língua da Eulália: Novela Sociolinguística*, São Paulo, Parábola Editorial, 2010.
- BAYLON, Christian e FABRE, Paul, *Iniciação à Linguística*, trad. de Telmo Verdelho, Coimbra, Almedina, 1990.
- BECHARA, Evanildo, *Moderna Gramática Portuguesa*, São Paulo, Fronteira, 37ª ed., 2009.
- BENVENISTE, Emile, *O Homem na Linguagem*, Lisboa, Vega, 2ª ed., 1992.
- BORBA, Francisco da Silva, *Introdução aos Estudos Linguísticos*, São Paulo, Pontes, 1991.
- BRITO, Ana Maria Barros de, *A Sintaxe das Orações Relativas em Português*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso, *Estrutura da Língua Portuguesa*, Petrópolis, Vozes, 25ª ed., 1970.
- _____, *Princípios de Lingüística Geral: Introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Padrão-Livraria Editora, 1989.
- CAMPOS, Maria Henriqueta Costa, *Aspeto e Modalidade: Estudos de Linguística Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1997.
- _____, *Dever e Poder: Um Subsistema Modal do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- CAMPOS, Maria Henriqueta e XAVIER, Maria Francisca, *Sintaxe e Semântica do Português*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999.
- CARDEIRA, Esperança, *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- CARREIRA, Maria Helena de Araújo, *Semântica e Discurso: Estudos de Linguística Portuguesa e Comparativa*, Porto, Porto Editora, 2001.
- CARRILHO, Ernestina, «Expletivos do Português Europeu em foco: a evidência dos dados», in *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Coimbra, APL, 2001, pp. 130-145.
- _____, *Expletive in European Portuguese Dialects*, Tese de Doutoramento em Linguística, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2005.

CASTELEIRO, João Malaca, *Sintaxe Transformacional do Adjectivo: Regência das Construções Completivas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.

_____, *A Arte de Mandar em Português: Estudo Sintático-Estilístico Baseado em Autores Portugueses e Brasileiros*, Rio de Janeiro, Lexikon, 2014.

CASTILHO, Ataliba T. de, «Língua Portuguesa e Política Linguística», in *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pp. 193-221.

CASTILHO, Ataliba T. de e BASÍLIO, Margarida (orgs.), *Gramática do Português Falado*, vol. 1, Campinas, UNICAMP, 4ª ed., 2002.

CASTRO, Ivo, *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1991.

_____, *Introdução à História do Português*, Lisboa, Colibri, 2006.

_____, «Diversidade Linguística», in MATEUS, Maria Helena Mira (coord.), *Mais Línguas, Mais Europa: Celebrar a Diversidade Linguística e Cultural da Europa*, Lisboa, Colibri, 2001, p. 23-25.

COSERIU, Eugenio, *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral*, trad. de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira, Rio de Janeiro, Presença, 2ª ed., 1987.

COSTA, João, *O Advérbio em Português Europeu*, Lisboa, Colibri, 2008.

COUTO, Mia, *O Fio de Missangas*, Lisboa, Caminho, 8ª ed., 2015.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, João Sá da Costa, 21ª ed., 2014.

CLAIRIS, Christos, *No Rumo de uma Linguística Inacaba: Ensaio de Linguística Funcional*, trad. de Maria Joana Vieira Santos, Coimbra, Almedina, 2005.

DUARTE, Inês, *A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre Movimento*, Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1987.

_____, *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise*, Lisboa, Universidade Aberta, 1991.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira e LIMA, Maria Claudete, *Classes e Categorias em Português*, Fortaleza, UFC Edições, 2000.

DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan, *Dicionário das Ciências da Linguagem*, Lisboa, Dom Quixote, 8ª ed., 2009.

ELIAS, Sílvio, *Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil*, Rio de Janeiro, Lucerna, 2003.

ENDRUSCHAT, Annette e SCHMIDT-RADEFELDT, Jürge, *Introdução Básica à Linguística do Português*, trad. de António C. Franco, Lisboa, Edições Colibri, 2015.

FARIA, Isabel Hub *et alii* (org.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1996.

FERREIRA, Jaime Manuel e OSÓRIO, Paulo, *Introdução à História da Língua Portuguesa: dos Factores Externos à Dinâmica do Sistema Linguístico*, Alpiarça, Cosmos, 2008.

- FERREIRA, Manuela Barros e RAPOSO, Domingos (coord.), *Convenção Ortográfica da Língua Mirandês*, Miranda do Douro/Lisboa, Câmara Municipal Miranda do Douro/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1999.
- FONSECA, Joaquim, *Língua e Discurso*, Porto, Porto Editora, 2009.
- FRANCO, António, «A Gramática de Valências como Modelo para a Construção Alemão-Português: a Ordem das Palavras na Frase Alemã e Portuguesa à luz desta Gramática», in FRANCO, António (org.), *Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português e Alemão*, Porto, Instituto de Estudos Germanísticos, 1989, pp. 171-189.
- GARMADI, Juliette, *Introdução à Sociolinguística*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983.
- GLEASON JR., H. A., *Introdução à Linguística Descritiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed., 1961.
- GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador, *Principios de Sintaxis Funcional*, Madrid, Arco/Libros, S.L., 1997.
- HERNÁNDEZ ALONSO, César, *Gramática Funcional del Español*, Madrid, Editorial Gredos, S.A, 3ª ed., 1996.
- KRISTEVA, Julia, *História da Linguagem*, trad. de Maria Margarida Barahona, Lisboa, Edições 70, 1969.
- LADO, Robert, *Introdução à Lingüística Aplicada*, Petrópolis, Vozes, 1971.
- LAPA, Manuel Rodrigues, *Estilística da Língua Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 11ª ed., 1984.
- LIMA, Rocha, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 31ª ed., 1992.
- MARTIN, Eugenio Cascón, *Sintaxis: Teoría y Práctica del Análisis Oracional*, Madrid, Editorial Edinumen, 2000.
- MARTINET, André, *Estudios de Sintaxis Funcional*, trad. espanhola de Esther Diamante, Madrid, Gredos, 1978.
- _____, *Fonction et Dynamique des Langues*, Paris, Armand Colin, 1989.
- _____, *Função e Dinâmica das Línguas*, trad. Jorge Morais de Barbosa e Maria Joana Vieira Santos, Coimbra, Almedina, 1995.
- _____, *Éléments de Linguistique Générale*, Paris, Armand Colin, 1996.
- MARTINS, Ana Maria, *Clíticos na História do Português*, Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1994.
- MARTINEZ, José Antonio, *Funciones, Categorías y Transposición*, Madrid, Istmo, 1994.
- _____, *Propuesta de Gramática Funcional*, Madrid, Istmo, 1994.
- _____, *La Oración Compuesta y Compleja*, Madrid, Arco Libro, S.L., 1999.
- MATEUS, Maria Helena Mira e CARDEIRA, Esperança, *Norma e Variação: O Essencial sobre Linguística*, Lisboa, Caminho, 2007.
- MATEUS et alii, Maria Helena Mira, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 2003.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia, *O Português Arcaico: Uma Aproximação*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2008.

_____, «Variação e Mudança no Português Arcaico: Ter ou haver em Estruturas de Posses», in *Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*, São Paulo, Nova Fronteira, pp. 299-334.

MIGUEL, Afonso, *Sobre a Indeterminação de Sujeito e Voz Passiva em Português Europeu*, Luanda, Mayamba, 2013.

MÓIA, Telmo, *A Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do Português*, Dissertação de Mestrado em Linguística Descritiva, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1992.

MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza (orgs.), *Introdução à Sociolinguística: O Tratamento da Variação*, São Paulo, Editora Contexto, 2015.

MOREIRA, Maria Isabel Antunes, *A Linguística de Corpus Aplicada ao Estudo do Léxico nos Contos da Tradição Oral*, Tese de Doutoramento, vol. 1, Vila Real, UTAD, 2016.

NETO, Serafim da Silva, *História da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Presença, 6ª ed., 1992.

NUNES, Maria Celeste Redondo Salvado, *Norma e Variedade: Estudo do Vocalismo e do Léxico nos Falares do Concelho do Fundão*, Tese de Doutoramento, Covilhã, UBI, 2010.

NUNES, Cristina Maria de Sousa, *Contributo para o Estudo da Pontuação: Análise de Um Corpus Jornalístico Português e Brasileiro*, Tese de Doutoramento, Évora, Universidade de Évora, 2014.

OSÓRIO, Paulo, *Contributos para uma Caracterização Sintático-Semântica do Português Arcaico Médio*, Covilhã, UBI Editora, 2004.

OSÓRIO, Paulo e MARTINS, Edson Ferreira, *A Sintaxe das Construções com Se no Português do Brasil*, Alpiarça, Zaina Editores, 2007.

PALMER, F. R., *A Semântica*, Lisboa, Edições 70, 1976.

_____, *Mood and Modality*, New York, Cambridge University Press, 2007. PERES, João Andrade e MÓIA, Telmo, *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1995.

PEREIRA, Sandra Maria de Brito, *Gramática Comparada de a gente: Variação no Português Europeu*, Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Lisboa, 2003.

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva *et alii*, *Gramática do Português*, vols. 1-2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

ROSÁRIO, Álvaro e XOSÉ, Xove, *Gramática da Língua Galega*, Vigo, Editorial Galaxia, S.A, 2002.

RONCARATI, Claudia e ABRAÇADO, Jussara (orgs.), *Português Brasileiro II: Contato Lingüístico, Heterogeneidade e História*, Niterói, Eduff, 2008.

SANTOS, Maria Joana de Almeida Vieira dos, *Os Usos do Conjuntivo em Português: Uma Proposta de Análise Sintáctica e Semântico-Pragmática*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SAPIR, Eduard, *A Linguagem: Uma Introdução ao Estudo da Fala*, trad. de Joaquim Mattoso Camara Jr., São Paulo, Editora Perspetiva, 2ª ed., 1980.

SAUSSURE, Ferdinand, *Cours de Linguistique Générale*, Paris, Payot & Rivages, 1995.

SILVA, Ana Alexandra Lázaro Vieira da, *Estatuto Sintático dos Advérbios: «Função e Classe»*, Évora, Centro de Estudos em Letras da Universidade de Évora, 2009.

SÓRIA, Maria Vasconcellos de Paiva, *Nós e a gente e o sujeito nulo de primeira pessoa do plural*, Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Lisboa, 2013.

STOCK, Leo, *Gramática Latina*, Lisboa, Editorial Presença, 2009.

SOUZA, M. Cecília P. de e KOCH, Silva e Ingedore Villaça, *Linguística Aplicada ao Português: Sintaxe*, São Paulo, Cortez Editora, 1998.

TEYSSIER, Paul, *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 6ª ed., 1994.

TESNIÈRE, Lucien, *Elementos de Sintaxis Estructural*, tomo I, trad. espanhola de Esther Diamante, Madrid, Editorial Gredos, 1994.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos, *Na Trilha da Gramática: Conhecimento Lingüístico na Alfabetização e Letramento*, São Paulo, Cortez Editora, 2013.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar e MARIA ALBERTINA, Mendes da Luz, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Edições 70, 1971.

VILELA, Mário, *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*, Coimbra, Almedina, 1992.

_____, *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina, 1999.

XAVIER, Maria Francisca, «Dos Problemas de Constituição às Potencialidades de Utilização de Corpora: O Caso do CIPM», in Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Celeste Rodrigues e José Bettencourt Gonçalves (coord.), *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. 1, Lisboa, APL, 1996, pp. 159-164.

Corpora

<http://www.cipm.fcsh.unl.pt>

<http://www.corpusdoportugues.org>

<http://www.clul.ulisboa.pt>

<http://www.gutenberg.org.WikiPage>

Jornais

<http://www.publico.pt>

<http://www.oglobo.com>

<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>

ANEXOS

A. Corpus do Português Europeu

Público	Data	Título/subgénero	Autor (a)
	20/02/016	«Morreu Umberto Eco, o filósofo que ajudou a reinventar a figura do intelectual» /Notícia	Alexandra P. Coelho
	22/02/016	«Literatura ou culinária criativa?» /Reportagem	Rita Pimenta
	26/02/016	«A educação do futuro» /Opinião	Daniel Rodrigues
	30/03/016	«Um raio de um filme: não dá nada, tira tudo» /Opinião	Luís Miguel Oliveira
	31/03/016	«Morreu o Nobel da Literatura Imre Kertész, um sobrevivente do Holocausto» /Notícia	Isabel Salema
	12/04/016	«Secretário de Estado demite-se em desacordo com o ministro da Educação» /Notícia	Liliana Valente
	13/04/016	«Marcelo também tem um sonho: ver a Europa manter-se unida e solidária» /Notícia	Liliana Valente
	20/04/016	«Um país como os outros» /Opinião	Rui Tavares
	20/04/016	«Já percebi que não quer assumir-me como filha» /Reportagem	Ana Henriques
	21/04/016	«Quando ela canta tira-nos o ar» /Crítica musical	Gonçalo Frota
	12/05/016	«Michel Temer tem seis meses para salvar o Brasil» /Notícia	Kathleen Gomes
	16/05/016	«Venezuela não era uma ditadura até à semana passada» /Reportagem	Lurdes Pereira
	16/05/016	«O visitante dos museus é jovem, tem formação e procura-os porque a arte lhe dá prazer» /Reportagem	Lucinda Canelas
	18/05/016	«Costa recusa medidas adicionais para o défice pedidas por Bruxelas» /Notícia	Sílvia Amaro e Sérgio Aníbal
	19/05/016	«Costa quer mais privados na Educação, mas ainda ninguém disse sim» /Notícia	Clara Viana e Samuel Silva
	20/05/016	«A mulher mais poderosa do mundo de língua chinesa quer a paz, não a guerra» /Reportagem	Lurdes Pereira
	23/05/016	«Julgamento e outros actos judiciais regressam a tribunais encerrados em 2014» /Notícia	Lusa
	01/06/016	«Marcelo, Costa e Il Gattopardo» /Opinião	Santana Castilho
	02/06/016	«No Alentejo bebe-se e fuma-se mais, no Algarve os jovens preferem a cannabis» /Reportagem	Natália Faria
	03/06/016	«Não há uma ruptura dramática [com a austeridade] que mereça desfiles e procissões» /Entrevista	São José Almeida e Liliana Valente
	09/06/016	«Há menos alunos em todos os níveis do ensino básico ao secundário» /Notícia	Clara Viana
	15/06/016	«Jeremy Corbyn enfrenta o primeiro motim da era pós-referendo» /Notícia	Ana Fonseca Pereira
	15/06/016	«Um erro de Marcelo» /Opinião	Paulo Rangel
	27/06/016	«Ciganos: há vida para além da feira» /Reportagem	Ana Cristina Pereira

	27/06/016	«A desilusão espanhola» /Opinião	Francisco Louçã
	27/06/016	«Universidade Nova de Lisboa será mesmo fundação até final do ano» /Notícia	Samuel Silva
	27/06/016	«Messi anuncia fim da carreira na seleção após nova derrota da Argentina» /Notícia	Hugo Daniel Sousa

B. Corpus do Português Brasileiro

O Globo	Data	Título» /Subgénero	Autor(a)
	22/02/016	«Estado afirma que 90% das obras da Linha 4 já foram concluídas» /Notícia	NA ³³⁵
	24/02/016	«Moody´s rebaixa Brasil, que perde último selo de bom pagador» /Notícia	Andrea Freitas
	25/02/016	«Brasileiros tentam vaga de médico com salários de R\$ 88 mil na Nova Zelândia» /Notícia	NA
	26/02/016	«Irritada com o PT, Dilma cogita não ir ao aniversário do partido» /Notícia	Simone Iglesias <i>et alii</i>
	28/02/016	«Dicarpio vence seu primeiro Oscar; Spotlight leva como melhor film» /Notícia	Mario Anzuoni
	29/02/016	«Só 8% dos brasileiros dominam o português e matemática» /Notícia	NA
	29/02/016	«Livro relembra a história do Samba do Trabalhador» /Crítica literária	Leonardo Lichote
	29/02/016	«Lula não vai depor em investigação sobre triplex no Guarujá» /Notícia	NA
	01/03/016	«A cidade pós-olímpica que o Rio quer» /Reportagem	Guilherme Ramalho <i>et alii</i>
	02/03/016	«Quem vai acender a pira olímpica? Veja razões a favor e contra» /Opinião	NA
	16/03/016	«Tais Araújo sobre racismo: Fico feliz que a justiça tenha sido feita» /Notícia	Natália Boere
	16/03/016	«Fifa cobra indenização milionária de dirigentes acusados de corrupção» /Notícia	NA
	18/03/016	«Demolidor: Saiba mais sobre Elektra e o Justiceiro» /Crítica fílmica	Eduardo Rodrigues e Liv Brandão
	18/03/016	«Morre José Carlos Avellar, crítico e pensador do cinema brasileiro» /Notícia	NA
	21/03/016	«SFF suspende posse de Lula e mantém investigações com Moro» /Notícia	Carolina Brígido
	21/03/016	«Professor e pesquisador inglês defende a cultura da cópia na música» /Entrevista	Mariana Filgueiras

³³⁵ NA - não assinado/a

	30/03/016	«Não vai ter golpe» /Opinião	Merval Pereira
	30/03/016	«Dunga diz que é normal ser contestado na seleção brasileira» /Notícia	Jorge Saenz
	30/03/016	«Fenômeno independente do Carnaval de Salvador, Baiana Sistem lança disco» /Reportagem	Lucas Oliveira
	31/03/016	«Ministros do PMDB resistem a sair e complicam reforma de Dilma» /Reportagem	Júnia Gama <i>et alii</i>
	31/03/016	«Vencedor do Nobel de literatura Imre Kertesz morre aos 85 anos» /Notícia	NA
	06/04/016	«Descansar a vista» /Crítica musical	Fred Coelho
	13/04/016	«Estudo aponta atores e atrizes que fazem os piores filmes de Hollywood» /Notícia	NA
	20/04/016	«Dilma decidiu ir a Nova York na quinta-feira, e Temer assumirá Presidência» /Notícia	Júnia Gama e Catarina Alencastro
	28/04/016	«Temer planeja propor idade mínima de 65 anos para aposentadoria» /Notícia	Geralda Doca
	12/05/016	«Em governo Temer, empresários esperam retomada do crescimento» /Notícia	Ana Paula Ribeiro
	16/05/016	«Temer escolhe Maria Silvia Bastos para presidir BNDEE» /Notícia	Júnia Gama <i>et alii</i>
	17/05/016	«Pesquisadores criticam junção de ministérios da Ciência e Tecnologia com o das Comunicações» /Reportagem	Paula Ferreira
	20/05/016	«Teori inclui mais provas na denúncia contra Lula na Lava-Jato» /Notícia	Carolina Brígido
	20/05/016	«Restringir a alma de um país a uma secretaria é destrutivo» /Reportagem	Gabreila Goulart
	20/05/016	«Encontros jazzísticos marcam o Bourbon Festival Paraty» /Reportagem	Silvio Essinger
	23/05/016	«Jucá diz que gravação está fora de contexto e que sua permanência depende de Temer» /Notícia	Bárbara Nascimento e Marta Beck
	25/05/016	«Temer quer liberar venda de lotes de terra a estrangeiros» /Notícia	Danilo Farielo
	01/06/016	«Relator lê nesta quarta voto que pede cassação de Eduardo Cunha» /Reportagem	Isabel Braga
	01/06/016	«Dilma e Temer disputam votos no Senado sobre impeachment» /Notícia	Fernanda Krakovies
	03/06/016	«Brasileiro compra cinco vezes mais ingressos para o Euro do que para a Copa América» /Notícia	Gustavo Laio
	03/06/016	«Na Conta da Petrobras» /Opinião	Merval Pereira
	07/06/016	«Ao vivo: Pedido de Prisão de Cunha monopoliza debate no Conselho de Ética da Câmara» /Reportagem	Isabel Braga

	08/06/016	«35 anos depois, diretor de fotografia de O barco ganha US\$ 540 mil em processo» /Notícia	NA
	15/06/016	«Sérgio Machado diz que Temer pediu R\$ 1,5 milhão em doação ilegal para Chalita» /Notícia	Carolina Brígido <i>et alii</i>
	16/06/016	«PGR deve dizer que não cabe abertura de inquérito sobre Temer» /Notícia	André de Sousa <i>et alii</i>

C. Textos Medievais e Clássicos

N.º	Texto/Autor	Período/Data	Fonte
01	<i>Testamento de D. Afonso II</i>	Arcaico/1214	CIPM
02	<i>Notícia de Torto</i>	Arcaico/1214?	CIPM
03	Um documento notarial do Mosteiro de Chelas	Arcaico/1290	CIPM
04	<i>Crónica Geral de Espanha</i>	Arcaico/Século XIV	CIPM
05	Um documento notarial do Mosteiro de Chelas	Arcaico Médio/1536	CIPM
06	<i>Carta de Pêro Vaz de Caminha</i>	Arcaico Médio/1500	CIPM
07	<i>Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I/Fernão Lopes</i>	Arcaico Médio/Século XVI	CIPM
08	<i>Cartas/António Vieira</i>	Clássico/1626-1692	<i>Corpus Davies</i>
09	<i>Casamento Perfeito/Diogo de Paiva de Andrade</i>	Clássico/1630	<i>Corpus Davies</i>
10	<i>Anais de D. João II/Frei Luís de Sousa</i>	Clássico/1631	<i>Corpus Davies</i>
11	<i>Discursos Vários Políticos/Manuel de Severim de Faria</i>	Clássico/1631	<i>Corpus Davies</i>
12	<i>Epanaphora politica primeira/Francisco Manuel de Melo</i>	Clássico/1637	<i>Corpus Davies</i>
13	<i>Relação de tudo o que passou na felice aclamação do mui alto e mui poderoso Rei Dom João o IV, nosso senhor</i>	Clássico/1638	<i>Corpus Davies</i>
14	<i>Apolo/Francisco Manuel de Melo</i>	Clássico/1640?	<i>Corpus Davies</i>
15	<i>Cartas Espirituais/Antonio Chagas</i>	Clássico/1665	<i>Corpus Davies</i>
16	<i>Gazeta, em que se relatam as novas todas</i>	Clássico/1642	<i>Corpus Davies</i>
17	<i>Sermons/António Vieira</i>	Clássico/1667	<i>Corpus Davies</i>
18	<i>Nova Floresta/Manuel Bernardes</i>	Clássico/1688	<i>Corpus Davies</i>
19	<i>Cartas de José/ Cunha Brochado</i>	Clássico/1690-1700	<i>Corpus Davies</i>
20	<i>Frutas do Brasil/Frei Antonio do Rosario</i>	Clássico/1702	<i>Corpus Davies</i>
21	<i>Tratado de sciencia Caba, ou Noticia da arte cabalística/Francisco Manuel de Melo</i>	Clássico/1724	<i>Corpus Davies</i>
22	<i>História da américa portuguesa</i>	Clássico/1730	<i>Corpus Davies</i>
23	<i>Academia Universal/Manuel Consciência</i>	Clássico/1732	<i>Corpus Davies</i>

